

---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**O paradoxo da Responsabilidade de Proteger: o caso da Síria**

Luísa Gomes Cassamá

Orientador(es) | Silvério Carlos Rocha-Cunha

Évora 2021

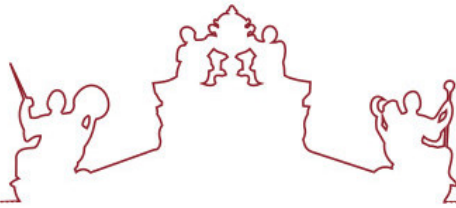
---

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

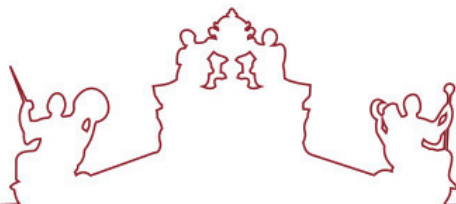
**O paradoxo da Responsabilidade de Proteger: o caso da Síria**

Luísa Gomes Cassamá

Orientador(es) | Silvério Carlos Rocha-Cunha

Évora 2021





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Irene Viparelli (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Arguente)  
Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora) (Orientador)

Évora 2021



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me apoiaram e que nunca me deixaram cair, em especial ao Hugo, à Elisabete e à Sara. Sem esquecer dos meus pais, Malique Cassamá e Fatumata Gomes, que de tudo fizeram para mudar o seu destino e criar um novo mundo aos filhos.

Por fim, dedico também, aos meus primos: Wilham Mendes; Olivio Gomes; e Philippe Gomes. Que a morte não seja impedimento de sonhar.

## **Agradecimentos**

Agradeço o Professor Silvério, por ter sido incansável durante todo este processo. Não existem palavras de gratidão que possam expressar o meu sentimento.

Agradeço também, a Professora Isabel Camisão por me ter orientado durante o início do processo desta dissertação.

## Resumo

A proteção de civis em caso de conflito surge na década de 90 como um dos maiores desafios para a comunidade internacional. A necessidade de encontrar uma forma de ultrapassar este dilema e conseguir uma proteção efetiva das pessoas contra violações graves dos Direitos Humanos levou a que a doutrina Responsabilidade de Proteger (R2P) fosse endossada em 2005. Este estudo tem como finalidade compreender a atuação do órgão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) na Síria, tendo sido analisadas 11 resoluções vetadas do CSNU. Os resultados indicam fragilidades do CSNU que são motivadas pelo uso do veto.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade de Proteger; Conselho de Segurança das Nações Unidas; Síria; *Mass Atrocities*; Poder.

## **Abstract**

The protection of civilians in the case of conflict emerged in the 1990s as one of the greatest challenges for the international community. The need to find a way to overcome this dilemma and achieve effective protection of people from gross human rights violations led to the Responsibility to Protect (R2P) doctrine being endorsed in 2005. This study aims to understand the performance of the United Nations Security Council (UNSC) body in Syria, and we analysed 11 vetoed UNSC resolutions. The results indicate weaknesses of the CSNU that are motivated by the use of the veto.

**Keywords:** Responsibility to Protect; United Nations Security Council; Syria; Mass Atrocities; Power.

## Índice

Agradecimentos .....	2
Resumo.....	3
Abstract .....	4
Índice de Gráficos .....	7
Índice de Tabelas .....	8
Índice de Anexos.....	9
Lista de Siglas e Acrónimos .....	11
Introdução.....	12
<b>I. Revisão de literatura.....</b>	<b>15</b>
1.1. Prevenção do Conflito .....	15
1.2. Uso da força e Intervenção Humanitária.....	15
1.3. O Princípio da Soberania e a ONU.....	19
1.4. Responsabilidade de Não Vetar.....	20
<b>II. História da Responsabilidade de Proteger.....</b>	<b>21</b>
2.1. Conceitos de Genocídio, Crimes contra a Humanidade, Crimes de Guerra e Limpeza Étnica .....	21
2.2. Dos conflitos interestatais ao primórdio da R2P .....	24
<b>III. Contextualização do Estudo de Caso – Síria 2011-2019.....</b>	<b>27</b>
3.1. Das manifestações pacíficas à militarização do conflito .....	28
3.1.1. Geopolítica do conflito sírio.....	30
3.1.1.1. Eixo da Resistência .....	30
3.1.1.2. Forças da oposição e grupos armados.....	34
3.1.1.3. Ocidente .....	38
3.1.1.4. Rússia e China .....	40
3.1.1.5. Liga Árabe.....	42
3.1.1.6. Israel .....	43
3.2. Gás Sarin e Gás Cloro .....	44



3.3. <i>Mass Atrocities</i> cometidas no conflito .....	45
<b>IV. Conselho de Segurança .....</b>	<b>48</b>
4.1. Estrutura do Conselho de Segurança.....	48
4.2. Processo de tomada de decisão e Poderes.....	49
4.3. Mudança de agenda do Conselho de Segurança.....	53
<b>V. Metodologia.....</b>	<b>58</b>
<b>VI. Análise de Conteúdo .....</b>	<b>59</b>
6.1. Tema I. Recurso ao uso da força .....	59
6.2. Tema II. Cooperação.....	65
6.3. Tema III. Soberania .....	66
6.4. Tema IV. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário e R2P....	68
6.5. Tema V. Carta das Nações Unidas .....	71
6.6. Tema VI. Intervenção Humanitária.....	75
Conclusão.....	81

## Índice de Gráficos

**Gráfico 1:** *Mass atrocities* cometidas no conflito.....p.46

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Referências à R2P nas resoluções do CSNU sobre o estudo de caso.....	p.55
<b>Tabela 2:</b> Tema I. Recurso ao uso da força, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.59
<b>Tabela 3:</b> Tema II. Cooperação, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.65
<b>Tabela 4:</b> Tema III. Soberania, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.66
<b>Tabela 5:</b> Tema IV. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário e R2P, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.68
<b>Tabela 6:</b> Tema V. Carta das Nações Unidas, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.71
<b>Tabela 7:</b> Tema VI. Intervenção Humanitária, subcategorias, frequência e percentagem.....	p.75

## Índice de Anexos

Anexo 1 - *Mass Atrocities* cometidas no conflito sírio

Anexo 2 – Análise de conteúdo

1. Documentos .....	100
2. Uso da Força.....	102
2.1. Responsabilização perante as violações .....	102
2.1.1. Investigação independente ONU.....	106
2.2. Violência Regime (+) .....	106
2.3. Cessar a violência (+).....	109
2.4. Uso da Força contra a ONU .....	113
2.5. Uso da Força.....	113
2.6. Tribunal Penal Internacional .....	114
2.7. Uso da Força Oposição .....	115
3. Armas Químicas .....	116
3.1. Investigação OPAQ.....	116
3.2. Cooperação.....	120
3.3. Proibição .....	122
3.4. Utilização .....	125
3.5. Segurança dos peritos.....	126
4. Cooperação.....	127
4.1. Cooperação do regime.....	127
4.1.1. Falta de reformas .....	133
4.1.2. Falta de implementação das resoluções .....	134
4.2. Cooperação dos grupos armados.....	135
5. Mudança Política .....	138
5.1. Apoio ao Estado soberano da Síria .....	138
5.2. Ameaça à paz e segurança internacional .....	139
5.3. Transição política .....	141
6. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário (+) (+) .....	144

6.1. Direitos fundamentais .....	149
6.1.1. Segurança dos deslocados.....	149
6.1.2. Libertação de presos políticos.....	150
6.2. Comissão Internacional Independete Síria (+) .....	151
7. R2P .....	152
7.1. Responsabilidade Primária .....	152
8. Carta das Nações Unidas (+) (+) (+) (+).....	153
8.1. P5 CSNU .....	156
8.1.1. France .....	156
8.1.2. United States of America.....	158
8.1.3. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (+) .....	159
9. Ajuda Humanitária (+) .....	162
10. Intervenção externa.....	165
10.1. Grupos Terroristas .....	165
10.2. Pacificação diplomática do conflito .....	168
10.2.1. Plano do Enviado Especial.....	169
10.3. Intervenção de Estados.....	173
10.4. Intervenção de Organizações Internacionais.....	174

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

**CMS** – Conselho Militar Supremo

**CNS** – Conselho Nacional Sírio

**CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas

**DAESH/ISIS** - Estado Islâmico do Iraque al-Sham

**EUA**- Estados Unidos da América

**FSA** - Free Syrian Army

**ICISS** - International Commission on Intervention and State Sovereignty

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OTAN** - Organização do Tratado Atlântico Norte

**PYD** - Partiya Yekîtiya Demokrat (Partido da União Democrática)

**RN2V** – Responsibility not to Veto

**R2P** – Responsibility to Protect

**SDF** – Syrian Democratic Forces

**SNA** – Syrian National Army

**TIJ** - Tribunal Internacional da Justiça

**TPI** - Tribunal Penal Internacional

**EAU** – Emirados Árabes Unidos

**YPG** – Yekîneyên Parastina Gel (Unidades de Proteção Popular)

## Introdução

As guerras são fenómenos recorrentes nas Relações Internacionais, sendo consideradas um meio para atingir a paz. Porém, a sua capacidade catastrófica, do ponto de vista civil, levou a que a Organização das Nações Unidas (ONU) adotasse a Convenção sobre Prevenção e Castigo no Crime de Genocídio em 1948. Esta Convenção tinha como objetivo garantir que crimes como o Holocausto não sucederiam de novo. No entanto, na década de 1990, surgem conflitos internos como é o caso do Ruanda, da Somália, da Bósnia e do Kosovo, que vieram salientar a necessidade do direito da intervenção humanitária e lançar o debate sobre a intervenção de Estados terceiros no território de um Estado soberano.

O conceito Responsabilidade de Proteger (R2P), inicialmente delineado pelo Canadá, em 1999, tinha como fim proteger civis em conflitos armados. Contudo, a expressão R2P foi apresentada pela primeira vez no relatório da International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS) [Comissão Internacional de Intervenção e Soberania do Estado] em 2001. A criação desta Comissão foi uma iniciativa do Canadá para dar resposta à questão levantada pelo então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan:

From Sierra Leone to the Sudan to Angola to the Balkans to Cambodia and to Afghanistan, there are a great number of peoples who need more than just words of sympathy from the international community. They need a real and sustained commitment to help end their cycles of violence, and launch them on a safe passage to prosperity (...) who might invoke these precedents, and in what circumstances?<sup>1</sup>

Esta iniciativa resultou, em 17 de setembro de 1999, na adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) da resolução 1265, especificamente focada na proteção de civis.

Após um longo período de negociações, a R2P surge como um compromisso internacional em 2005. A Cimeira Mundial da ONU, A/RES/60/1<sup>2</sup>, contou com a participação de todos os Estados-membros, onde concordaram

---

<sup>1</sup>In: United Nations, discurso do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan disponível *online* em <https://www.un.org/press/en/1999/19990920.sgsm7136.html> (consultado a 5 de novembro de 2017).

<sup>2</sup>In: United Nations Resolutions A/RES60/1 disponível *online* em <http://www.undocs.org/A/RES/60/1> (consultado a 5 de novembro de 2017).

formalmente que deve ser inegável a responsabilidade de cada Estado proteger a sua população de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Este conceito assenta em três pilares: primeiramente, o Estado é responsável por proteger a sua população em caso dos crimes acima enunciados; em segundo, deve haver uma responsabilidade internacional de incentivar e ajudar os Estados a cumprirem a mesma; e por último, caso se constate que o Estado falha na proteção dos seus cidadãos, a comunidade internacional deve intervir, utilizando primeiramente meios pacíficos (negociação diplomática, humanitária) e só depois destes falharem, devem agir coletivamente através do CSNU e de acordo com a Carta da ONU.

Não obstante, a aceitação da norma R2P por parte dos órgãos da ONU, especialmente pelo CSNU, a sua implementação continua longe de ser uma realidade, como demonstra o conflito sírio. A Síria, desde que o conflito escalou, conta com cerca de 465,000 mortos. Apesar do plano de paz delineado pela Liga Árabe e pela ONU em 2012, o enviado Kofi Annan não conseguiu alcançar o fim do conflito. Registou-se, até aos dias de hoje, um conflito incessável, no qual o governo sírio e as outras fações cometem crimes de guerra e ataques contra os civis.

Face ao exposto, consideramos particularmente pertinente analisar a atuação do CSNU na Síria, à luz da doutrina da R2P. Dado que a dimensão deste trabalho não permitiria tratar com profundidade todos os conflitos em que a R2P poderia informar a atuação do CSNU, escolhemos como estudo de caso a guerra civil na Síria. Esta escolha justifica-se desde logo pelo número muito elevado de vítimas mortais deste conflito, mas também pelo facto de se tratar de um conflito interno com sérias repercussões internacionais, nomeadamente pelo número de pessoas que se viram obrigadas a abandonar o país e a procurar asilo noutros países.

Esta dissertação tem, pois, como objetivo, avaliar a atuação do CSNU na aplicação da R2P e perceber de que forma a sua estrutura e método de decisão afeta a efetiva aplicação desta doutrina. Estabelecemos como proposição inicial que o CSNU tem sido incapaz de implementar efetivamente a R2P que endossou em 2005. Com esta investigação, pretende-se responder à seguinte questão: Como é que o veto é o principal responsável pela não intervenção militar do CSNU na Síria? De forma a compreender a motivação que leva à implementação do veto pelo CSNU. Para tal, analisar-se-á todas as resoluções respetivas à Síria vetadas pelo CSNU, no período 2011 a 2018.



A metodologia abordada visa o método de análise qualitativo, com recurso à análise de conteúdo de Bardin (2011, p.89), onde as resoluções acima enunciadas passarão pela pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo I terá como objetivo fazer uma revisão de literatura, na qual enunciaremos os principais argumentos dos autores quanto à questão da R2P. O capítulo II providenciará informações pertinentes sobre as *Mass atrocities* e a História da R2P, desde o momento da sua conceção até à atualidade. O capítulo III contextualizará o estudo de caso esclarecendo diacronicamente o início do conflito, assim como os beligerantes do conflito. O capítulo IV evidenciará a estrutura do CSNU e a forma que decorre o processo de tomada de decisão. O capítulo V responderá a todas as questões referentes à metodologia utilizada. Por fim, o capítulo VI analisará através de uma análise de conteúdo a utilização do veto na Síria.

## I. Revisão de literatura

### 1.1. Prevenção do Conflito

O princípio da doutrina R2P baseia-se na ideia de que é necessário uma norma internacional capaz de dar resposta aos civis no caso de *mass atrocities*, quando o próprio Estado não consegue fazê-lo. É nesta visão que a prevenção do conflito assume um papel determinante para a execução da doutrina.

John Janzekovic e Daniel Silander (2013, p.2) abordam esta questão, focando-se na dicotomia entre a proteção e a prevenção, sendo que a prevenção antes da proteção foi, em muitos casos, muito tarde ou até mesmo inexistente. Este estudo abordou também o conceito de segurança humana, centralizando-se no desenvolvimento da R2P, e, argumentando que a R2P implica obrigações legais e morais para a comunidade internacional atuar no interesse da segurança e do bem-estar das pessoas. No entanto, apesar dos requisitos acima enunciados serem reconhecidos por um vasto número de atores internacionais, regista-se a incapacidade de agir (Janzekovic e Silander, 2013, p.123).

Por outro lado, Julia Hoffman e André Nolkaemper (2012, p.9) centram a sua pesquisa na investigação de quais instrumentos e procedimentos são os mais adequados para abordar as causas das atrocidades em massa, de modo a levar a uma prevenção real e não a uma resposta. Para tal, consideram que o CSNU deve agir de forma mais preventiva, e não agir apenas em caso de atrocidades em massa, podendo transformar a comunidade internacional de forma a ser mais responsiva e responsável. Por outro lado, levantam a questão da responsabilidade partilhada (a não precisão da divisão torna a R2P complexa) (Hofmann e Nolkaemper, 2012, p.356).

### 1.2. Uso da força e Intervenção Humanitária

A questão do uso da força é debatida em vários níveis. Taylor Seybolt aborda três questões de partida sobre a eficácia e consequência das forças militares quando os Estados recorrem ao uso da força para cumprir a R2P: “Can military force prevent or stop atrocities? Which factors influence the ability to protect civilians with force? Does R2P make military intervention more likely?” (2016, p.561-562). O autor conclui que o uso da força pode prever ou acabar um

genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, e limpezas étnicas. Acrescenta que, um amplo conjunto de governos apoiam o uso da força para proteger os civis, mas esse apoio ainda não resultou em intervenções (Seybolt, 2016, p. 575). Apesar de o uso da força não ser encarado como uma resposta viável em torno da R2P (devido ao seu uso menos frequente), a R2P deve cumprir o seu papel em situações críticas (onde um grande número de pessoas enfrentam violência iminente), sendo que os líderes políticos e militares devem trabalhar com analistas para desenvolver mecanismos e doutrinas organizacionais que permitirão aos governos atuar para acabar com as atrocidades (Seybolt, 2016, p.575).

Já para Lisa-Marie Komp (2013, p.13), a grande questão gira em torno do princípio do uso da força: “How can the use of force make the Council work better?” E, com isso, de que forma serão afetados os seus poderes, as suas limitações legais e a sua dinâmica de trabalho. Realça ainda a autora que, legalmente, a R2P não muda os poderes e limites do CSNU e que, apesar do debate feroz sobre a reforma do CSNU, o veto continua a impedir que a ONU intervenha em várias crises. A China por exemplo opõe-se a utilizar o uso da força nas relações internacionais (o que dificulta as Resoluções). Afirma ainda que, enquanto o veto não for formalmente abolido, existe a possibilidade de usá-lo, independentemente de motivos morais ou conceituais (Komp 2013, p.14).

Alguns autores, como Aidan Hehir e Anthony Lang (2015, p.156) focam o seu estudo da R2P na análise do papel do Tribunal Penal Internacional (TPI), pois acreditam que a sua consolidação permite o uso seletivo e arbitrário quer da força militar quer da censura punitiva, ao invés de fortalecer os procedimentos formais de uma ordem legal normativa. Para os autores, o problema da ineficácia da R2P e também do próprio TPI encontra-se nos poderes estabelecidos para o Conselho de Segurança, sendo que sugerem uma reforma do Conselho de Segurança que poderia funcionar de uma melhor forma para proteger as populações e os indivíduos. Tal reforma seria baseada numa ordem jurídica e política mais bem definida, com uma estrutura judicial fortalecida, organizada em torno do TPI e da R2P. O “xerife” para estes é aquele que age exclusivamente de acordo com os seus próprios interesses (2015, p.156). Atualmente, a R2P facilita uma ordem mundial em que certos agentes – especificamente o P5 – podem aumentar seletivamente seu próprio poder mas ainda não conseguem defender a proteção dos indivíduos. Esta seletividade

prejudicial foi aparente durante a resposta do CSNU às revoltas árabes, especialmente no que se refere às situações na Líbia, no Bahrein e na Síria. (2015, p.178).

A literatura não é consensual no que concerne à avaliação da importância da R2P, sobretudo na dimensão que comporta o uso da força. Com efeito, uma abordagem diferente é-nos proposta por Heidarali Teimouri, que, centrando a sua análise no estudo de caso que abordamos nesta dissertação, questiona a utilidade do papel da ONU no caso da Síria: “Can we make a difference in that situation? Would a military intervention have an impact? What would be the aftermath of our involvement on the ground? Could it trigger even worse violence or the use of chemical weapons?” (2015, p.1279). Salienta o mesmo autor que qualquer tipo de intervenção militar baseada na neutralidade é, de facto difícil, sendo que uma intervenção ao abrigo da R2P, segundo este, seria impossível e possivelmente embaraçosa, trazendo um pior resultado. Por outro lado, afirma o autor que a Síria pós-intervenção precisaria de um governo legítimo e estável, que conseguisse manter a neutralidade. Porém, sem uma perspectiva exata do seu sucessor torna o caso complexo (Teimouri, 2015, p.1286).

Também questionando a adequação do uso da força no conflito sírio, Gareth Evans centra o seu estudo nas consequências da não intervenção na Síria, colocando a questão “Does R2P have a future?” (2014, p.19). Primeiramente, o autor faz uma distinção entre o caso da Líbia e o caso da Síria, considerando que uma intervenção militar neste último seria sempre mais difícil de ser realizada e resultaria em mais baixas (2014, p.19). Corroborar que a única solução para o caso sírio seria por via diplomática entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Rússia. Enfatiza ainda que o desacordo evidente no CSNU é apenas sobre como a norma R2P deve ser aplicada nos casos mais difíceis, onde a prevenção falhou manifestamente e os danos aos civis vivenciados ou temidos são tão grandes que a questão da força militar deve ser considerada. Em suma, existe o perigo de um risco excessivo para a credibilidade de toda a R2P (2014, p.24).

Por seu turno, Thomas Cuny relata a paralisia do CSNU face aos 120 mil mortos e 5 milhões de deslocados na Síria (dentro e fora do país). Afirma que não era a norma R2P, mas sim a geopolítica coletiva que explica a ação na Líbia e a inação na Síria (2014, p.35). Salienta, ainda, que a R2P é um princípio e não uma tática, princípio esse permaneceu inalterado na Síria (2014, p.35). A R2P

indica claramente que a soberania do Estado já não é absoluta, mas depende de um comportamento responsável. Se um governo violar o direito internacional e, em particular, se permitir atrocidades ou perpetrar abusos, o CSNU pode agir ou não. Os interesses políticos variam, caso a caso. Em termos de aplicação da norma emergente, a Síria não é a Líbia, e o Sri Lanka não é a Costa do Marfim. (2014, p.37).

Para Ramesh Thakur, a China e a Rússia opuseram-se à autorização de qualquer ação internacional (2014, p.41). A Síria provocou desafios, contudo, não foi descartada a R2P. Existe um interesse para consolidar a norma e prevenir o uso indevido. A proteção de civis é um problema sem soluções, sendo necessário haver uma aceitação daqueles que vivem em zonas de segurança e daqueles que estão presos em zonas de perigo. Para a R2P ser significativa, deve-se incluir a força militar como a opção de último recurso (conceitualmente, não sequencialmente). Devido à dificuldade de atingir o equilíbrio, e de uma intervenção que controlasse o regime de Assad, nota-se uma verdadeira ineficácia da ONU (2014, p.41).

Luke Glanville considera as seguintes questões: “Does the failure of the international community to undertake a similar military intervention in Syria, then, suggest a weakening of the intervention norm? Does it demonstrate a weakening of these felt moral, social, and political imperatives to intervene in response to mass atrocities?” De facto considera a resposta da comunidade internacional “lamentável” e que pouco diz sobre o enfraquecimento ou não da norma da intervenção militar para a proteção das populações (2014, p.45-46).

Michael Aaronson argumenta que o respeito pelos princípios humanitários proporcionam uma melhor defesa do que a intervenção humanitária (2014, p.57). E, que essa falta de respeito pelo cariz humanitário – não exclusivamente na Síria – é uma das dimensões mais importantes da crise. (2014, p.57). Reitera que a R2P implica mesmo quando falta um consenso político para a intervenção coerciva, a ação ilimitada para proteger e auxiliar os civis (2014, p.59).

### 1.3. O Princípio da Soberania e a ONU

Uma das questões que permeia a literatura sobre a R2P é a dificuldade de conciliação desta doutrina com o princípio tradicional de soberania dos Estados.

Luke Glanville (2016, p.151) aponta uma incompatibilidade entre o conceito R2P com o princípio da soberania. Colocando a questão “What is sovereignty and how is it related to R2P?” (2016, p.151), afirma ainda que “the idea that sovereign states should be accountable to international society for the protection of their populations is not only dangerous, because it threatens the supposed traditional rights of peoples to govern themselves free from external interference, but it is fundamentally incoherent, since a power which is accountable to another, external, body clearly lacks sovereign authority” (2016, p.151). Glanville conclui que a soberania pode ser entendida como uma reivindicação legítima à autoridade política (2016, p.153). Defende ainda o autor que, se reconhecermos que a soberania, na sua história, foi construída para implicar responsabilidades para a proteção das populações, também precisamos de lutar com a injustiça e, por vezes, as formas abusivas pelas quais estas responsabilidades foram aplicadas internacionalmente. E que devemos ter cuidado para não assumir que os problemas das atrocidades em massa podem ser resolvidos construindo regras para a soberania de uma maneira particular (2016, p.163).

O estudo de Anne Orford centra-se naquilo que foi o começo da atuação do Secretário-geral da ONU, escolhendo o emblemático Dag Hammarskjöld. Enquanto Hammarskjöld afirmava que a ONU poderia permanecer como um mediador neutro (de interesses e ideologias), em matéria de resolução de conflitos, Orford nota (2011, p.192) que tal neutralidade revelou-se, na prática, impossível. Primeiramente porque a realização da R2P não pode ser um processo neutro, devido ao seu conceito, que tem como base a capacidade de garantir proteção. Em segundo lugar, a execução da R2P, em termos concetuais, não pode ser neutra, pois será necessário escolher entre as reivindicações institucionais e a autoridade. Por último, a decisão de técnicas para manter a ordem e proteger a vida nunca podem ser imparciais (Orford, 2011, p.193).

#### 1.4. Responsabilidade de Não Vetar

A Responsabilidade de Não Vetar (RN2V) assenta na ideia de que, em casos de atrocidade em massa, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) deveria suspender o direito de veto. O artigo científico, elaborado pelo Citizens for Global Solutions, propõe que os 5 países membros permanentes do CSNU deviam concordar em não usar o seu veto para bloquear a ação em resposta ao genocídio e atrocidades em massa, passando pela maioria (2014, p.2). Argumenta que a agenda da R2P deve ter apoio, sendo que o CSNU tem um papel vital na sua implementação. O P5 tem, assim, responsabilidades especiais na prevenção, ou até mesmo na suspensão das atrocidades em massa. Assim, removeria potenciais obstáculos na intervenção (2014, p.2). Segundo este estudo, o caso da Síria “is most clearly an example of the need for a Responsibility Not to Veto (...) thousands of deaths and human rights atrocities by the government and the rebel forces. (...) Each time however, China and Russia have exercised their veto deliberately violating the ‘Responsibility to Protect’ doctrine that they both signed” (2014, p.7).

Ainda sobre a questão do veto, Justin Morris e Nicholas Wheeler colocam a seguinte questão: “How should we judge when a state is acting in its vital interest and when it is using this argument as a smokescreen to disguise baser motives?” (2016, p.237). Denotam que a natureza do Estado é um desafio para a resolução, visto que pedir aos governos nacionais – que determinam os seus interesses – para abdicar dessa preposição é, para eles, irracional (2016, p.238). O uso da força nos assuntos internos dos Estados é um ato intrinsecamente político e, enquanto um código de conduta do P5 sobre o uso do veto seria útil, dado que o P5 deveria justificar derrogações em termos do critério acordado, seria todavia erróneo pensar que a existência do próprio código aumentaria a probabilidade de um grande consenso de poder em todos os casos de grande sofrimento humano. Apesar das mudanças sentidas desde 1945, o veto continua fortemente persuasivo, e a emergência da R2P pouco fez para o mudar (2016, p.241).

## II. História da Responsabilidade de Proteger

### 2.1. Conceitos de Genocídio, Crimes contra a Humanidade, Crimes de Guerra e Limpeza Étnica

A prática de destruição de grupos não é um fenómeno isolado na história. Na Grécia Antiga, em Roma, em Espanha, com a conquista das Américas, e até mesmo na Europa colonial registaram-se a destruição de muitos povos (Bellamy, 2012, p.1). O termo genocídio foi desenvolvido por Raphaël Lemkin (advogado polaco) no seu livro *Axis Rule in Occupied Europe*, em resposta ao Holocausto vivenciado pelos judeus, mas também como forma de resposta às anteriores ações destinadas especificamente ao extermínio de um grupo de pessoas. Este conceito é proveniente da palavra grega *genos*, que simboliza raça ou tribo, e do latim *cide*, que remete para o ato de matar (Lemkin, 1944, p.79). Segundo Raphaël Lemkin, o genocídio pode ser entendido como a destruição de uma nação ou de um grupo étnico. Salaria ainda que, frequentemente, o genocídio não significa impreterivelmente a imediata destruição de uma nação, a não ser quando acompanhada por assassinatos em massa de todos os membros de uma nação. Tem como objetivo a desintegração: das instituições políticas e sociais; da cultura; da língua; do sentimento de pertença nacional; da religião; da economia existente dos grupos nacionais; e a destruição da segurança, liberdade, saúde e dignidade pessoal, e ainda as vidas dos sujeitos pertencentes a esses grupos (Lemkin, 1944, p.79).

A sua campanha para que o genocídio fosse reconhecido como um crime internacional, e a visível incapacidade de condenação por genocídio no Julgamento de Nuremberga levaram a que a 11 de setembro de 1946 fosse reconhecido como tal, pela primeira vez na Assembleia Geral (AG) da ONU, com a resolução A/RES/96-I. Todavia, apenas em 1948 foi enunciado como um crime independente na Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 9 de dezembro. De realçar que esta Convenção, que foi ratificada por 149 Estados, agrega os princípios do direito internacional consuetudinário geral, i.e., todos os Estados estão abrangidos nesta Convenção e são obrigados a reconhecer o genocídio como um crime e possui normas do *ius cogens*, que são perspetivadas universalmente como preceitos obrigatórios. O mesmo será dizer não são permitidas derrogações em nenhuma das circunstâncias (Hannikainen, 1988, p.788).



Atualmente, a definição de genocídio utilizada no contexto internacional encontra-se no art. 6º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI). Segundo este, Genocídio é, qualquer ação cometida com o fim de destruir, no seu todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, nomeadamente:

- a) Assassinar membros do grupo;
- b) Ofender com gravidade física ou mentalmente os membros do grupo;
- c) Aplicar propositadamente ao grupo condições de vida que visam danos físicos totais ou parciais;
- d) A estipulação de ações com o objetivo de impossibilitar nascimentos dentro do grupo;
- e) A mudança forçada de crianças de um grupo para outro.

Central para a investigação desenvolvida neste trabalho é também o conceito de crimes contra a humanidade, que surgiu pela primeira vez com as tropas Aliadas em 1915. Como está definido no art.7º do Estatuto de Roma, os crimes contra a humanidade são ataques generalizados ou sistemáticos contra qualquer população civil, sendo que ataque é considerado:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Servidão;
- d) Expatriação ou deslocação coagida dos cidadãos;
- e) Aprisionamento ou supressão da autonomia física;
- f) Tortura;
- g) Qualquer tipo de repressão sexual (violação, servidão sexual, entre outros);
- h) Perseguição de um grupo por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais ou religiosos;
- i) Ausência forçada de pessoas;
- j) *Apartheid*;
- k) Atos que possam suscitar deliberadamente grande sofrimento ou lesões graves

fisicamente ou mentalmente.

A extensão da definição de crimes de guerra impede uma definição pormenorizada. No entanto, uma definição moderna e consensual de um crime de guerra pode ser a violação do direito internacional, que regulamenta a legalidade e a condução da guerra, especialmente em relação aos não-combatentes (civis, prisioneiros de guerra, feridos) (Mccglynn, 2011, p.1). Segundo o art. 8º do Estatuto de Roma, os atos associados aos crimes de guerra são os seguintes: assassinato; maus-tratos; trabalhos forçados ou para qualquer outro fim das populações civis nos territórios ocupados; assassinato ou maus-tratos de prisioneiros de guerra; execução de reféns; destruição sem motivo estratégico de cidades e aldeias ou devastações que as exigências militares não justifiquem; entre outros. Por outro lado, realça, na alínea 3, a responsabilidade de um Governo de manter ou restabelecer a lei e a ordem no Estado ou de defender a unidade e a integridade territorial do Estado, por via de todos os meios legítimos.

Associado à história mais recente, o termo limpeza étnica (*etničko čišćenje*) surgiu no contexto do conflito de 1990 na ex-Jugoslávia. Apesar de ser um conceito muitas vezes mencionado na R2P ou em resoluções do CSNU, a limpeza étnica ainda não foi reconhecida como um crime independente no direito internacional, o que dificulta a sua definição exata e a delimitação clara dos atos que caberiam neste tipo de crime. Porém, a limpeza étnica é reconhecida, no âmbito do TPI, havendo frequentes julgamentos e acusações derivados deste “crime”. Ademais, é possível encontrar tentativas de definição deste tipo de ação nas análises de casos concretos. De acordo com uma Comissão de Peritos, formada para avaliar o caso da ex-jugoslávia (S/1994/674), a limpeza étnica significa:

...is a purposeful policy designed by one ethnic or religious group to remove by violent and terror-inspiring means the civilian population of another ethnic or religious group from certain geographic areas. To a large extent, it is carried out in the name of misguided nationalism, historic grievances and a powerful driving sense of revenge. This purpose appears to be the occupation of territory to the exclusion of the purged group or groups.

Para tal caso, recorreu-se a: assassinato em massa; tortura; detenções injustificadas; execuções extrajudiciais; violações e agressões sexuais e físicas graves; enclausuramento; deslocamento e deportação de civis; ataques militares deliberados (por vezes em hospitais), ou ameaças de ataques a civis e destruição

de áreas civis; roubo.

Por sua vez, de acordo com Mulaj, a limpeza étnica pode ser definida como “a deliberate policy designed by, and pursued under, the leadership of a nation or ethnic community or with its consent, with the view to removing an “undesirable” indigenous population of a given territory on the basis of its ethnic or religious origin, or a combination of these, by using force and/or intimidation” (2013, p.4). De realçar que, apesar da inexistência de uma definição clara de limpeza étnica plasmada no direito internacional, são inúmeras as situações de conflito que continuam a ser classificadas como tal, até porque, como refere Michael Mann (2005, p.2), são vários os conflitos étnicos e religiosos que continuam a eclodir (em países como Irlanda do Norte, País Basco, Cíprica, Bósnia, Kosovo, Macedónia, Alegria, Turquia, Israel, Iraque, Chechénia, Azerbaijão, Afeganistão, Paquistão, Índia, Sri Lanka, Kashmir, Burma, Tibete, Xinjiang, Fiji, sul das Filipinas, várias ilhas da Indonésia, Bolívia, Peru, México, Sudão, Somália, Senegal, Uganda, Serra Leoa, Libéria, Nigéria, Congo, Ruanda e Burundi).

## 2.2. Dos conflitos interestatais ao primórdio da R2P

“States sovereignty, in its most basic sense, is being redefined by the forces of globalization and international cooperation”

(Annan- Relatório Anual, 1999)

Na sua génese, a ONU foi criada em 1945 para prevenir os conflitos entre os Estados. Todavia, com o fim da Guerra Fria, o mundo assistiu à proliferação dos conflitos interestatais que, num primeiro momento, expuseram as dificuldades da Organização para impedir as atrocidades resultantes deste tipo de conflito (relembre-se os massacres ocorridos no Camboja, na Somália, no Ruanda, em Sebrenica, e no Kosovo). A resposta inadequada ao conflito da Somália em 1993 e do Ruanda em 1994 colocou em questão a eficácia do mecanismo de *peacekeeping*, devido à despreocupação demonstrada no seio da ONU que, no caso do Ruanda, resultou em milhares de mortes (Cater, 2016, p.115).

Mais tarde, a intervenção da OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte) no conflito do Kosovo, em 1999, acabaria por se revelar essencial para o desenvolvimento da R2P, pois esta intervenção, sem o mandato do CSNU,

levantou a preocupação do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, interrogando-se: quando é que é legítimo alianças intergovernamentais, neste caso, a OTAN, poderem intervir sem a aprovação do CSNU?<sup>3</sup> Com efeito, os massacres presenciados pela comunidade internacional geravam contradições no seio internacional, sendo que os países ocidentais acreditavam que uma mudança do *peacekeeping* tradicional da ONU poderia resolver a questão, enquanto os EUA acreditavam que, se a OTAN interviesse militarmente com as forças Croatas, poderiam reverter a situação (Cater, 2016, p.115).

O Canadá, na qualidade de membro não permanente do CSNU entre 1999 e 2000, afirmou a sua posição alicerçada no conceito de segurança humana. Conceito esse introduzido com o Relatório de Desenvolvimento Humano em 1994, que ganhou amplitude quando abordado pelo Canadá no CSNU, tendo como objetivo: a proteção de civis; o suporte nas operações de paz; governança e responsabilidade; e segurança pública. Em conformidade, em 1999, o Canadá convocou uma reunião do CSNU, tendo como agenda a proteção dos civis no conflito armado. Estes esforços resultaram num relatório do CSNU sobre o aumento da proteção destes civis neste tipo de situação e na adoção das duas primeiras resoluções do CSNU relativos a este tema: a resolução 1265, que visa especificamente a proteção de civis; e a resolução 1270, que diz respeito à proteção de civis numa missão de *peacekeeping* na Serra Leoa (Cater, 2016, p.117).

No relatório do milénio da ONU “We the Peoples” (2000), Kofi Annan demonstrou uma vez mais preocupação sobre os massacres ocorridos até então, e questionou as críticas a ele dirigidas afirmando:

I recognize both the force and the importance of these arguments. I also accept that the principles of sovereignty and non-interference offer vital protection to small and weak states. But to the critics I would pose this question: if humanitarian intervention is, indeed, an unacceptable assault on sovereignty, how should we respond to a Rwanda, to a Srebrenica—to gross and systematic violations of human rights that offend every precept of our common humanity? (Annan, 2000, p.48).

Como resposta a este apelo lançado pelo SG da ONU e ao relatório acima referido, o Estado do Canadá reúne uma equipa distintamente internacional – (International Commission on Intervention and State Sovereignty - ICISS) – para

---

<sup>3</sup> In: Discurso de Kofi Annan a 18 de maio de 1999, disponível *online* em: [https://www.un.org/press/en/1999/19990518.SGS\\_that\\_are\\_motivated\\_by\\_the\\_use\\_of\\_the\\_veto.M6997.html](https://www.un.org/press/en/1999/19990518.SGS_that_are_motivated_by_the_use_of_the_veto.M6997.html) (consultado a 24 de outubro de 2017).

explorar esta problemática. Na sequência do trabalho desta equipa, foi delineado, em 2001, um relatório intitulado *Responsibility to Protect*, aparecendo assim, pela primeira vez, de forma explícita a expressão “Responsabilidade de Proteger”. Este relatório da ICISS pretendia substituir a ideia comprometida de intervenção humanitária. Centrava-se na responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional de proteger as pessoas do genocídio, assassinato em massa e limpeza étnica em larga escala, abordando também o conceito de segurança humana. Segundo o relatório, embora os Estados fossem os principais responsáveis pela proteção e segurança dos seus cidadãos, se eles deixassem de exercer essa responsabilidade, “the principle of non-intervention yields to the international responsibility to protect” (2001, p.13), representando, assim, a mudança de soberania como controlo para soberania como responsabilidade.

O relatório procurou também estabelecer um código de conduta mais claro para as intervenções humanitárias e defendeu uma maior confiança nas medidas não militares. Nele foi declarado que a opção militar era, de facto, o último recurso, enfatizando a natureza excepcional de tal intervenção, justificada apenas no caso de perda de vidas em grande escala real ou apreendida, ou limpeza étnica em larga escala (2001, p.34). Uma intervenção militar deveria ser autorizada pelo CSNU, mas, se este a rejeitasse ou deixasse de tratar do assunto, ela poderia ser considerada pela Assembleia Geral (AG) numa sessão extraordinária de emergência sob o procedimento *Uniting for Peace*. Também poderia ser abordado por organizações regionais dentro das suas áreas de operação, sob o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, mas sujeito a uma posterior autorização do CSNU. O relatório também sugeriu que os membros permanentes do Conselho de Segurança poderiam abster-se de exercer seu veto em questões que envolvam a R2P, quando seus interesses vitais não forem afetados (2001, p.13). Este relatório redirecionou o debate internacional, introduzindo os crimes de atrocidade como um interesse mundial, ao mesmo tempo que fornecia respostas à comunidade internacional sobre como atuar em casos como estes, recorrendo à prevenção, à responsabilidade de reação e à responsabilidade de reconstrução.

Relativamente às negociações da Cimeira Mundial da ONU, os membros permanentes do CSNU divergiam nas suas opiniões, dividindo-se em duas partes - com a França e o Reino Unido a favor da R2P, e a China e a Rússia mais céticos (Cater, 2016, p.123).<sup>4</sup> Durante a Cimeira Mundial da ONU, a 24 de

---

<sup>4</sup> No entanto todos os países concordaram que havia problemas chave.

Outubro de 2005, a questão da R2P ressurgiu como parte da Declaração do Milênio. A R2P, as populações vítimas de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade constam nos parágrafos 138, 139 e 140, e são frequentemente denominados por cláusula de proteção. A resolução A/RES/60/1, acordada pelos 150 Estados-membros participantes afirmam explicitamente na cláusula de proteção, que cada Estado individual tem de aplicar a R2P e proteger as suas populações contra essas atrocidades, e que tal proteção implica a prevenção de tais crimes, incluindo o seu incitamento.

O texto define, ainda, as obrigações da comunidade internacional de “encourage and help States to exercise this responsibility and support the United Nations in establishing an early warning capability” (parágrafo 138) através da ONU, usando meios pacíficos, de acordo com os Capítulos VI e VIII da Carta. Também permite uma ação coletiva, de maneira oportuna e decisiva, por meio do Conselho de Segurança, de acordo com a Carta, incluindo o Capítulo VII, caso os meios pacíficos sejam inadequados e as autoridades nacionais manifestamente não protejam suas populações (parágrafo 139). E realça ainda o apoio da comunidade internacional para o “Special-Adviser” do Secretário-geral (SG) na Prevenção do Genocídio (parágrafo 140) (2005, p.30). Estas disposições da Cimeira Mundial sobre a R2P foram reafirmadas no CSNU pela resolução 1674 (28 de abril de 2006) sobre a proteção de civis em conflitos armados e a resolução 1706 (31 de agosto de 2006), solicitando a implantação de uma força de paz da ONU no Darfur.

### **III. Contextualização do Estudo de Caso – Síria 2011-2019**

Tendo em consideração que é necessário analisar - a origem, os principais atores, e as *mass atrocities* - para perceber a dinâmica do conflito, e como esta “metamorfose” está relacionada com a doutrina R2P, neste capítulo, far-se-á um breve retrocesso na História Política da Síria, e posteriormente um resumo dos pontos essenciais do conflito armado com início em fevereiro de 2011 até outubro de 2019.

### 3.1. Das manifestações pacíficas à militarização do conflito

O conflito sírio, na perspectiva de Rifkind e Picco, pode ser compreendido pela mudança das suas fronteiras nos últimos 100 anos - as fronteiras sírias conhecidas atualmente são fruto do acordo Sykes-Picot em 1916<sup>5</sup> e da 1ª Guerra Mundial -, bem como o resultado da guerra do Iraque em 2003, no qual resultou no domínio dos xiitas, o que, conseqüentemente, levou à necessidade dos sunitas de equilibrar a balança de poder. Para estes, a eclosão do conflito não remonta para 2011 nem remonta para a Síria, tratando-se, assim, de uma guerra que ultrapassa o nível regional, entre duas vertentes islâmicas o Xiismo e o Sunismo (2016, p.130). Elrich também afirma que os conflitos entre Sunitas, Alauitas, Xiitas e outros grupos religiosos e étnicos complexificaram a guerra (2014, p.7).

Xavier Baron salienta que a política da Síria no final do século XX vai ser fundada por três elementos: “Les Alaouites, le Baas et l’armée”. Refere ainda que existe uma forte interligação destes elementos na estrutura do poder, sendo que o enfraquecimento de um ou de outro desequilibraria a política síria no final dos anos 60 com a chegada dos “baasistas” ao governo (2013, p.217).

A minoria Alaouita, nascida no século IX e considerada uma secção do xiismo, desenvolveu-se graças às cruzadas. Porém, o secretismo à sua volta garantiu um menor número de fiéis “seulement à ceux qui peuvent avoir accès au «sens caché» de la doctrine et qui peuvent l’interpréter” (2013, p.217), o que resultou na perseguição desta minoria, vistos como mais infiéis que os judeus e os cristãos. Após séculos de exílio, readquirem o seu estatuto perante a civilização com o colapso do Império Otomano, permitindo a integração dos Alaouitas nos meios escolares e universitários e posteriormente à influência de partidos políticos como o Partido Popular Sírio e o Baas (Baron, 2013, p.218-221).

Foi graças a esta consolidação que Hafez al-Assad tornou-se ministro da Defesa, reunindo-se de oficiais leais “En quelques années, même si la troupe demeure essentiellement suniite, les officiers supérieurs, ceux qui encadrent l’appareil militaire, sont majoritairement alaouites et forment un groupe soudé

---

<sup>5</sup> Este acordo secreto foi celebrado entre a França e o Reino Unido, com o aval da Rússia e tinha como finalidade a partilha das províncias árabes do Império Otomano. Tendo-se estabelecido que a França permaneceria com o Líbano e a Síria, e, o Reino Unido com o Iraque e a Palestina.

derrière Hafez al-Assad et sa famille. Cette mutation de l'armée réussie, Hafez al-Assad veillera à ce qu'elle ne change plus" (Baron, 2013, p.223).

Logo após a eleição de Hafez em 1973 como presidente, este conseguiu obter uma *fatwa*, certificando que os Alaouitas são xiitas e por isso muçulmanos (p.263). O seu regime foi marcado por um controlo total do país e bastante repressivo. Do ponto de vista da política externa denota-se: a guerra frente à Irmandade Muçulmana; o desejo de reaver as Colinas de Golã; a consolidação da aliança com o Irão e com a Rússia; e a implementação da sua influência no Líbano (Baron, 2013, p.264).

Porém, a Primavera Árabe, com início na Tunísia, em 2011, teve um papel fundamental no que se refere à tomada de consciencialização por parte das restantes populações, levando a que as manifestações pacíficas alusivas ao direito da liberdade de expressão e fim à opressão dos regimes se tornassem cada vez mais populares nos países árabes. Essa é a razão pela qual é geralmente denotada o início da fase da revolta civil do conflito da Primavera Árabe.

Neste contexto, o deterioramento das condições da sociedade síria, em particular o aumento da pobreza e do desemprego, a implementação de políticas económicas neoliberais que beneficiavam uma pequena elite, o regime ditatorial baseado em detenções, torturas, falta de liberdade de expressão quer para os civis, quer para os media, gerou indignação por parte do povo sírio, como expõe Elrich (2014, p.47):

Assad allowed no genuine opposition parties, functioning trade unions, or opposition media. Facebook and other social media were banned prior to February 2011. Assad lived in a political cocoon, however, absolutely convinced that he was immune from the Arab Spring. He believed his own public-relations propaganda that Syrians would never rebel against a pan-Arabist, anti-Israel, anti-imperialist fighter like himself.

Os primórdios do conflito da Síria estão relacionados com uma gravura na parede de uma escola na cidade de Daraa<sup>6</sup>, a fevereiro de 2011. O que começou como uma diversão de quinze jovens despoletou uma grande onda de violência por parte do regime de Assad, que prendeu e torturou todos os que faziam parte deste acontecimento. A milícia Shabiha, apesar de não ser de forma oficial, é um grupo defensor de Assad, sendo apontado como o executante das

---

<sup>6</sup> Na gravura lia-se "É a tua vez Doutor", nome pelo qual Assad era apelidado (Ziter, 2015, p.2).



inúmeras violências exercidas contra os civis. Grande parte dos seus membros são provenientes da minoria alauita, da qual estão inclusas as famílias Assad, Deeb<sup>7</sup> e Makhlouf<sup>8</sup>, o governo, serviços de segurança e militares<sup>9</sup>.

O sentimento de injustiça da maioria sunita levou a inúmeras manifestações contra o governo, nas quais aclamavam eleições livres, um governo parlamentar, a libertação dos prisioneiros políticos e o direito aos protestos pacíficos, o que resultou em mortes e detenções (Elrich, 2014, p.10). Os protestos rapidamente se espalharam para Damascus, Latakia, Homs, Baniyas, Hama, Aleppo e Al Raqqa.

### 3.1.1. Geopolítica do conflito sírio

Este subcapítulo tem como finalidade expor toda a questão geopolítica por detrás dos principais atores, como também, descrever como a sua entrada foi mudando a morfologia do conflito.

#### 3.1.1.1. Eixo da Resistência

O Eixo da Resistência, composto pelo Irão, pela Síria, pelo Hezbollah e pelo Hamas, tem como objetivo ser uma aliança contra as políticas no Médio Oriente de Israel e do Ocidente, em particular dos EUA.

O Irão (de maioria xiita) e a Síria detêm uma aliança geopolítica que remonta para a revolução do Irão em 1979. Esta aliança consolidou-se, igualmente, na altura da Guerra do Iraque nos anos 1980-1988, onde a Síria foi o único Estado árabe a apoiar o Irão (Lesch, 2013, p.125). A Guarda Revolucionária do Irão ajudou na criação do grupo xiita libanês Hezbollah, sendo que o Irão permaneceu a chave para o recurso militar e económico (Elrich, 2014, p.80). Evidentemente, esta relação permitiu ao Irão alargar a sua

---

<sup>7</sup> Imad Mohammad Deeb Khamis, pertencente à família Deeb, foi Ministro da Eletricidade de 2011 a 2016 e é desde 2016 o Primeiro-ministro de Assad.

<sup>8</sup> Esta família representa o lado materno de Bashar al-Assad, e como tal beneficia de privilégios sobretudo financeiros com o regime de Assad.

<sup>9</sup> In: Who are the Shabiha? disponível *online* em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14482968> (consultado a 16 de dezembro de 2020).

esfera de influência para o Médio Oriente, e em particular até o conflito israelo-árabe, através do seu amplo apoio ao Hezbollah e Hamas (Lesch, 2013, p.125-126). Em termos de geoestratégia, a Síria desempenha um papel essencial para a sobrevivência do Hezbollah no Líbano, pois é através do mesmo que o Irão transfere todas as logísticas militares (como os mísseis de maior alcance, poder e precisão), melhorando o seu arsenal (International Crisis Group, 2018, p.5). Tal, sem o apoio de Bashar al-Assad resultaria no seu declínio. Como explica MacFarquhar, “Iran would also lose its main arms pipeline to Hezbollah in Lebanon, further undermining its ambition to be the primary regional power from the Levant to Pakistan”<sup>10</sup>. Em contrapartida, o apoio do Irão ofereceu profundidade estratégica a Damasco, especialmente nos momentos de maior vulnerabilidade, pois, ao longo dos anos, a política estratégica da Síria tem estado em desacordo com a dos restantes Estados do Médio Oriente<sup>11</sup> (Lesch, 2013, p.126).

No decurso do tempo, desenvolveram-se, também, relações económicas, nomeadamente com o desenvolvimento das oportunidades de investimento, turismo e comércio entre os dois países. Como refere Lesch “as discounted oil from Iran was shipped into Syria, allowing Syria’s oil companies to export the country’s meager oil supplies at market price and the country to pocket the difference” (2013, p.126).

A presença do Irão no conflito deve-se, assim, ao sentimento de ameaça da maioria sunita, que mudaria radicalmente a geopolítica da região (Elrich, 2014, p.0). Neste conflito, o apoio do Irão passa pela parte financeira e logística (incluindo o fornecimento de analistas para controlar a internet), pressionando ainda o Iraque para proceder da mesma forma<sup>12</sup>.

O Hezbollah “Partido de Deus” teve início em 1980 como uma organização islâmica revolucionária, aclamando um Estado como o Irão num Líbano multissectorial. Em 1992, integrou o parlamento, e desde 2005 que é parte integrante do governo. A sua aliança com a Síria advém do reinado de

---

<sup>10</sup> In: In Shift, Iran’s President Calls for End to Syrian Crackdown disponível *online* em <https://www.nytimes.com/2011/09/09/world/middleeast/09iran.html> (consultado a 24 de dezembro de 2020).

<sup>11</sup> Como é o caso do pós Guerra do Golfo de 1991, onde a Síria esteve perto de assinar um tratado de paz com Israel.

<sup>12</sup> In: In Shift, Iran’s President Calls for End to Syrian Crackdown disponível *online* em <https://www.nytimes.com/2011/09/09/world/middleeast/09iran.html> (consultado a 24 de dezembro de 2020).

Hafez al-Assad, contudo, intensificou-se com Bashar al-Assad (Rifkind, Picco, 2016, p.128). Apesar da sua diferença ideológica<sup>13</sup>, a sua união é resultado da resistência contra Israel, EUA e os seus aliados árabes, como é o caso da Arábia Saudita (Elrich, 2014, p.80-81).

As suas respostas políticas e militares no conflito desde 2012 devem-se à defesa identitária xiita, à resistência anti-israelita e anti-ocidente, e à defesa da soberania libanesa (contra a expansão da ameaça sunita extremista, como o ISIS) (Klasta, 2013, p.85). Tendo o líder Nasrallah salientado que “If Syria falls into the hands of America, Israel and the takfiris, the people of our region will go into a dark period...If Syria falls, Palestine will be lost”<sup>14</sup>.

A sua intervenção militar no conflito conferiu ao regime uma vantagem que impediu várias derrotas, como é o caso da cidade de Qusayr em maio de 2013, que permitiu a expulsão de rebeldes em áreas fronteiriças, e na qual o Hezbollah fez um investimento militar considerável e obteve um grande número de perdas (Klasta, 2013, p.88). Como identifica Klasta (2013, p.89), a sua atuação é, porém, em pontos particulares que beneficiam o seu interesse, sendo em todas as localidades xiitas:

Les localités chiïtes au sud-ouest de Homs, où le Hezbollah est obligé d’intervenir pour protéger les habitants chiïtes. Par ailleurs, cette zone représente un noeud clé dans la stratégie des rebelles, car les armes, les munitions et les combattants radicaux en provenance du Liban transitent par Al-Qusair. Les localités autour du lieu saint de Sayyida Zainab au sud-ouest de Damas, sont importantes également, car le mausolée exerce une attraction sur tous les chiïtes du Moyen-Orient. La route entre Damas et Beyrouth possède également une importance stratégique, ainsi que toutes les localités utilisées comme dépôts d’armes par le Hezbollah en Syrie.

Tanto o Irão como o Hezbollah têm perdido popularidade no seio sunita sírio, pelas suas escolhas políticas e militares, onde, outrora, eram respeitados pela luta armada contra Israel e o Ocidente. O “Partido Satanás”, nome pelo qual é apelidado o Hezbollah na Síria, contribui para o extremismo e aprofunda a fragmentação sectária regional, o que constitui uma ameaça à sua

---

<sup>13</sup> Pois Assad é Alauita.

<sup>14</sup>In: Hezbollah leader stand by syrian regime disponível *online* em <https://www.theguardian.com/world/2013/may/25/hezbollah-leader-syria-assad-qusair> (consultado a 26 de setembro de 2020).

profundidade estratégica, devido ao afastamento de largos segmentos da população síria<sup>15</sup>.

O grupo islâmico Hamas, “Movimento de Resistência Islâmico”, surge na Palestina em 1987, contra a ocupação de Israel na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Desde 2005, período em que venceu as eleições, o Hamas passou a ter o controlo da Faixa de Gaza. Tem como foco componentes sociais, políticos e económicos e ainda a pobreza extrema<sup>16</sup>. Apesar de ter sido inicialmente membro do eixo da resistência, Hamas distanciou-se (meses após o conflito da Síria em 2011) como forma de protesto à opressão do governo sírio contra o seu povo, reconhecendo, inclusive, que são os sunitas a força por detrás do Hamas (Lesch, 2013, p.133).

A Síria sempre foi um forte apoiante da facção Fatah, da Jihad Islâmica, da Frente Popular para a Libertação da Palestina e do seu Comando Geral transformando-se na sua sede ao longo dos anos. Esse apoio permitiu um ganho adicional, pois teria podido utilizar a sua influência contra Israel em qualquer negociação sobre as Colinas de Golã (Lesch, 2013, p.133-134). No entanto, ao escalar o conflito, procedeu à retirada dos seus membros e das respetivas famílias, ainda que tenha mantido o seu cargo político.

Segundo Fabrice Balanche, a crise síria, independentemente das condições internas que originaram o conflito, é apanhada pela geopolítica regional, dominada, atualmente, pela oposição entre o Irão e Arábia Saudita e o retorno de uma certa guerra fria ao nível internacional. Enfatiza ainda que “Tant que les acteurs extérieurs seront dans une stratégie de confrontation, la Syrie restera un champ de bataille” e que no plano interior o conflito político tornou-se rapidamente numa “guerre civile communautaire” e, devido a certos aspetos, uma guerra de religião (2013, p.5-6).

---

<sup>15</sup> In: How Hezbollah Is Changing the War in Syria – and Vice Versa disponível *online* em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/syria/how-hezbollah-changing-war-syria-and-vice-versa> (consultado a 16 de dezembro de 2020).

<sup>16</sup>In: Hamas Covenant 1988 disponível *online* em [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/hamas.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hamas.asp) (consultado a 17 de dezembro de 2020).

### 3.1.1.2. Forças da oposição e grupos armados

Segundo a BBC, estima-se que existam cerca de mil grupos armados de oposição ao regime e no total 100 mil combatentes<sup>17</sup>. Devido ao tamanho desta dissertação, será escolhido para este ponto os grupos de oposição armados e forças da oposição com maior impacto no conflito.

De forma a enfrentar os massacres executados pelo Estado, um grupo de civis e militares liderado pelo coronel Riyad Al-Assad criou formalmente, a 26 de julho de 2011, o **Free Syrian Army (FSA)**, que se caracteriza como sendo um grupo armado moderado da oposição ao regime com o objetivo de libertar o povo sírio do regime de Assad e das milícias estrangeiras assim como do Daesh<sup>18</sup>. Apesar do seu papel crucial no controlo de algumas cidades do noroeste próximas da fronteira turca, Homs e Aleppo, o FSA entrou, em 2012, em declínio, sendo que os rebeldes apontavam a falta de armas efetivas. Os seus aliados - EUA, Turquia, Arábia Saudita e Qatar - com o propósito de coordenar militarmente e de fornecer armas, em especial, a CIA e a Turquia estabeleceram, em Istambul, um centro de operações. Para os EUA, o controlo de armamento, levaria à diminuição da influência do grupo armado Jabhat al-Nusra (Elrich, 2014, p.53-54).

É também nesta perspetiva de neutralizar o regime de Assad que emerge o **Partido Democrático da União** (conhecido por PYD), sendo o primeiro grupo Curdo armado e o mais influente no conflito na região de Rojava<sup>19</sup>, contrabandeando armas com o Partido de Trabalhadores Curdos (PKK). Este partido tem como líder Shahoz Hassan e foi fundado em 2003, em oposição ao regime de Assad. A sua prioridade é o reconhecimento constitucional dos direitos Curdos e uma “democratic autonomy”, recusando o federalismo e a auto-administração. A 11 de junho de 2012, o Conselho do Povo do Curdistão Ocidental assinou um acordo de cooperação com o Conselho Nacional Curdo para a formação do Conselho Supremo Curdo. Todavia, o Conselho Nacional Curdo acusa o PYD de atacar oponentes Curdos<sup>20</sup>. O PYD estabeleceu ainda as

---

<sup>17</sup> In: Guide to the Syrian Rebels disponível *online* em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-24403003> (consultado a 20 de dezembro de 2020).

<sup>18</sup> In: Plataforma do Free Syrian Army disponível *online* em <http://fsaplatform.org/past-op> (consultado a 20 de dezembro de 2020).

<sup>19</sup> Em 2012 a região da Rojava ganhou a sua autonomia administrativa.

<sup>20</sup>In: The Kurdish Democratic Union Party disponível *online* em <https://carnegie-mec.org/diwan/48526?lang=en> (consultado a 4 de janeiro de 2020).

Forças de Autogestão Curdas (FAC), em janeiro de 2014, como forma de controlo das regiões curdas a norte e a este da Síria<sup>21</sup>.

Não obstante o seu cariz político e não armado, os seguintes Conselhos e Coligações foram criados como forças da oposição ao regime. Nesta perspetiva, o **Conselho Nacional Sírio** (CNS), formado a 2 de outubro de 2011 em Istambul (Turquia), desempenha uma função política ativa no conflito, visando a representação da revolução para o resto do mundo, bem como ser o governo de transição após a queda do regime de Assad, baseando-se nos ideais democráticos e liberais<sup>22</sup>. Por outro lado, a criação do **Conselho Militar Supremo** (CMS), a dezembro de 2012 pelo FSA, como forma de comando entre os grupos da oposição (no total eram 30 grupos, tendo cada “frente” de batalha um “civilian-military council and a commander”), foi rapidamente encorajada pelo Ocidente (EUA, UE), pelos países do Golfo e ainda pela Turquia<sup>23</sup>. Porém, o seu papel de líder não foi bem-sucedido (podendo dever-se à quantidade de grupos e líderes armados). Apesar disso, resultou como um elo de apoio entre os aliados e os grupos armados. Já a **National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces** é resultado de um acordo celebrado entre os grupos de oposição (Partido Democrático da União Árabe Socialista, Movimento “Juntos” para a Síria Livre e Democrática, Bloco Nacional Democrático, Aliança Nacional, FSA), em novembro de 2012, em Doha (Qatar), tendo como fim derrubar o regime de Assad e ser o governo de transição para um país livre e democrático<sup>24</sup>. Em dezembro de 2012, foi reconhecido pelos EUA, Reino Unido, França, Turquia e países do Golfo como legitimamente representativo do povo sírio.

O caos instalado na Síria deu origem à entrada dos grupos fundamentalistas islâmicos. É o caso do **Jaysh al-Islam** (Arma do Islão), constituído em setembro de 2013 e que emergiu de milícias sunitas em Damascus, sendo este liderado por Zahran Alloush e financiado pela Arábia Saudita. Este grupo tem como base o Islão e afirma que a Síria está a ser invadida pelo Irão e pelos xiitas. Por

---

<sup>21</sup>In: The Kurdish Human Rights Violations disponível *online* em <http://sn4hr.org/blog/2016/01/18/16610/> (consultado a 8 de janeiro de 2020).

<sup>22</sup> In: Conselho Nacional Sírio *online* em <http://syriancouncil.org/en/mission-statement.html> (consultado a 25 de dezembro de 2020).

<sup>23</sup> In: Guide to the Syrian Rebels disponível *online* em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-24403003> (consultado a 24 de dezembro de 2020).

<sup>24</sup> In: National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces disponível *online* em <http://en.etilaf.org/about-us/goals.html> (consultado a 24 de dezembro de 2020).

outro lado, é um grupo que se mostra relutante em negociar com o governo de Assad (Elrich, 2014, p.54-55).

O **Ahrar al-Sham** (Movimento Islâmico dos Homens Livres do Levante) foi uma das maiores milícias na Síria, sendo que Sham/Cham (Levante) era a designação antiga da Síria, aquando o Império Otomano (Guidère, 2016, p.47). E, neste caso, Levante é referente à Síria e ao Líbano. Foi fundado em 2011 por prisioneiros políticos ultraconservadores (alguns, membros da Irmandade Muçulmana, apesar da sua rutura em 2012), e tinham como área de atuação a província de Idlib, no noroeste sírio, próximo à fronteira turca, apesar de possuírem também rebeldes em Hama e Aleppo. O líder é Hassan Aboud, e têm como fim estabelecer um Estado Islâmico Sunita. Este grupo diferenciou-se dos demais grupos ultraconservadores pela sua perceção de que o povo sírio não aceitaria um Estado sunita, mudando a sua abordagem para uma cooperação inicial com o CMS, apesar da posterior separação. A Frente Islâmica mudou o rumo do conflito, pois foi a aliança rebelde mais forte que se opunha ao CMS e FSA - esta aliança formada em novembro de 2013 pelo al-Sham tinha como aliados grupos conservadores, al-Nusra e Daesh - e ainda a sistemas representativos parlamentares, salientando que “God is the only sovereign”. Contou com o apoio dos líderes da ala ultraconservadora do Kuwait, Arábia Saudita e Qatar (Elrich, 2014, p.55).

Criado com a ajuda da al-Qaeda, em Janeiro de 2012, o **Jabhat al-Nusra** (A Frente do Suporte das Pessoas do Levante) tinha por objetivo expandir a sua influência na Síria, como descreve o líder Abu Mohammad al-Jolani: “consult Muslim scholars to establish the rule of Islamic law” e ainda a ideia de que “It can have civilian institutions, but not democracy”. Em dezembro de 2012, os EUA colocaram al-Nusra na sua lista das organizações terroristas devido às ligações com a al-Qaeda (Elrich, 2014, p.55). Em 2016 Al-Qaeda dissolve o grupo al-Nusra sendo substituído para **Jabhat Fatah al-Sham**, o que posteriormente também será permutado para **Hay’at Tahrir al-Sham** apesar da sua desvinculação à al-Qaeda em 2017<sup>25</sup>.

O **Estado Islâmico do Iraque al-Sham** (ISIS, ISIL ou Daesh), inicialmente afiliado com a al-Qaeda, tem como líder Abu Bakr al-Baghdadi. A sua formação remonta a 2007, no Iraque, como parte de um movimento da ala

---

<sup>25</sup>In: Hay’at Tahrir al-Sham (HTS) disponível *online* em <https://www.csis.org/programs/transnational-threats-project/terrorism-backgrounders/hayat-tahrir-al-sham-hts> (consultado a 24 de junho de 2019).

ultraconservadora em oposição à ocupação dos EUA entre 2003 a 2011. A sua finalidade é de restabelecer o Califado, regendo-se pela Sharia (lei islâmica). O ISIS recebeu financiamento do golfo, de empresários do Anbar no Iraque, do pagamento de taxas nas fronteiras e de áreas sírias que detinham o controlo (Elrich, 2014, p.49-61).

No plano regional, constituíram-se milícias armadas como o **Syrian Democratic Forces** (SDF) que, apesar de ser maioritariamente composto por combatentes do YPG (e por pequenos grupos arménios), é resultado de uma aliança entre milícias Curdas e Árabes fundada em 2015. A criação do mesmo deve-se ao sentimento de discriminação que estes têm vindo a sentir antes e depois do início de conflito. E ainda do **Syrian National Army** (SNA) formado pela Turquia a 30 de dezembro de 2017. O seu aparecimento surge depois da Operação Eufrates<sup>26</sup> como uma ajuda para assegurar o território conquistado nas áreas do YPG e PYD, grupos considerados terroristas do ponto de vista do Estado turco<sup>27</sup>. É composto assim, por 36 grupos.

O conflito é marcado pelo controlo e pela influência do ISIS em grande parte do território. Este grupo obteve sucesso militar em algumas ocasiões contra o exército sírio, usando combatentes e armas contrabandeadas do Iraque, que possibilitaram a conquista de algumas cidades (Elrich, 2014, p.61). O ISIS, a partir da sua entrada, modificou a morfologia do conflito. Considerando, em janeiro de 2014, a cidade de Raqqa a capital do califado, como tal, o grupo começou por reconstruir as infraestruturas danificadas, estabeleceu escolas, hospitais, leis e forças policiais, bem como, taxas e serviços civis a fim de obter um Estado tradicional<sup>28</sup>.

A sua influência em vários territórios (cerca de um terço da Síria e do Iraque) permitiu um lucro milionário devido à exploração e venda de recursos naturais, como o gás natural e o petróleo, chegando a ser a organização terrorista mais rica do mundo. Em 2015, detinha uma fortuna avaliada em dois milhares de euros e teve uma população de quase 10 milhões, graças ao seu poder de persuasão, que atraiu cerca de 30 mil jihadistas estrangeiros para o seu

---

<sup>26</sup> Esta operação no norte da Síria (Afrin) foi a primeira desencadeada pela Turquia no conflito, e tinha como objetivo “limpar” a área sob o jugo do ISIS e YPG.

<sup>27</sup> Essa denominação é resultado dos ataques que estas milícias Curdas perpetraram em solo turco, perfazendo um número de mortos superior a 40 mil pessoas desde 1984.

<sup>28</sup>In: Raqqa Capital of the Caliphate disponível *online* em <https://www.rand.org/nsrd/projects/when-isil-comes-to-town/case-studies/raqqah.html> (consultado a 24 de junho de 2019).



território (Guidère, 2016, p.61). O avanço deste grupo sunita agravou a crise de refugiados sentida na Europa, na Turquia e nos países vizinhos.

Em termos de influência territorial, verificou-se em 2015, um maior domínio em áreas perto do Líbano devido à sua aliança com o Hezbollah. Em contrapartida, observou-se um maior domínio das forças de oposição (como o FSA) em áreas fronteiriças a Israel e à Turquia, também motivado por alianças.

Por outro lado, a população curda representa 2 milhões de pessoas. Sendo que, para Assad a região curda (no nordeste da síria) é estrategicamente fulcral pela sua fronteira com a Turquia e o Iraque, dispondo também de um solo fértil abundante em água e toda a reserva limitada de petróleo do país (Elrich, 2014, p.92), a sua afiliação com os grupos curdos na Turquia permite a sua vasta influência territorial junto à fronteira turca.

No entanto, a partir de 2017, houve uma perda muito significativa de território do ISIS<sup>29</sup>. A reconquista da cidade de Raqqa pelos curdos e pelo regime de Assad, em Outubro, foi considerada o ponto de conversão para a batalha contra o ISIS que, com a perda da sua influência territorial em Mosul viu o recuo da sua organização para cerca de menos 60%. Esta perda do ISIS é justificada pela atuação exterior de países como o Bahrein, a Jordânia, o Qatar, a Arábia Saudita, os EUA, a Turquia, França, Rússia, entre outros, que realizaram inúmeros ataques aos territórios do ISIS e às refinarias de petróleo por estes exploradas.

Este longo retiro beneficia principalmente os regimes de Badgad e Damascus, mas também os Curdos da Síria e do Iraque, e outras forças da oposição (grupos armados, políticos ou países), sendo que o regime de Assad passa a ter o controlo de grande parte da Síria. Assim como, os Curdos que expandem o seu território. As forças da oposição perdem as regiões de Daraa e algumas cidades de Damascus, aumentando a sua influência em Idlib e Homs.

### 3.1.1.3. Ocidente

A pressão do Ocidente para que Assad abandonasse o governo revelou-se sem efeito, pois, Assad recusava abandonar o poder, tendo organizado um

---

<sup>29</sup> Esta perda significativa de território deve-se também à queda do ISIS em Mossul (Iraque) em julho de 2017.

referendo para uma nova Constituição, e em seguida eleições legislativas de múltiplos partidos em 2012.

A primeira resposta ao massacre de Houla, por parte da Austrália, França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Espanha, Turquia, EUA e Canadá, consistiu na expulsão dos diplomatas sírios (Kassim, 2014, p.15-16).

A nível organizacional, a União Europeia (UE) implementou, a 23 de Março sanções<sup>30</sup> a familiares (mãe, irmã, mulher e primos) e apoiantes (como Imad Khamis, responsável por usar o corte de eletricidade como um método de repressão) de Assad. Adotou, ainda a 31 de maio de 2013, pela primeira vez, medidas restritivas contra a Síria.

Os EUA adotaram a primeira sanção contra a Síria em 2004 - pelas suas leis que suportavam o terrorismo, a sua ocupação no Líbano, a posse de armas de destruição maciça e programas de mísseis, e a sua desestabilização no Iraque - 13338, entre 2011 e 2012 foram determinadas cinco ordens executivas do governo americano contra a Síria, todas relativas ao bloqueio de propriedade, pelo que: duas, 13582 e 13608 dizem respeito a certas transações, sendo que a última refere-se exclusivamente ao governo sírio. Uma é referente a pessoas ligadas ao governo do Irão e da Síria que estão conectadas com o abuso dos direitos humanos no solo sírio (13606); e outra é relativa aos oficiais seniores do governo sírio (13573)<sup>31</sup>.

Devido ao rápido progresso do ISIS no território sírio, parte da comunidade internacional decide recorrer ao uso da força. Nesse sentido, os EUA, a 8 de agosto de 2014, fazem o primeiro ataque ao ISIS no Iraque, seguindo-se a Síria no final de setembro de 2014, sem o consentimento de Bashar al -Assad. As intervenções militares perduraram tendo como alvo o regime e os grupos extremistas. Em 2017, os EUA começam a fornecer armamento ao YPG.<sup>32</sup>

A Turquia rompeu os laços com a Síria após os massacres do regime. A sua primeira ação militar ocorre com a Operação Eufrates em 2016. E em

---

<sup>30</sup>In: COUNCIL IMPLEMENTING REGULATION (EU) No 266/2012 disponível *online* em <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:087:0045:0048:EN:PDF> (consultado a 10 de dezembro de 2020).

<sup>31</sup>In: Syria Sanctions disponível *online* em <https://home.treasury.gov/policy-issues/financial-sanctions/sanctions-programs-and-country-information/syria-sanctions> (consultado a 25 de dezembro de 2020).

<sup>32</sup>In: Syria Profile Timeline BBC disponível *online* em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14703995> (consultado a 13 de dezembro de 2020).

ofensivas conjuntas com o FSA, a sua motivação prende-se com a ameaça Curda e extremista, e pelo grande fluxo de refugiados<sup>33</sup>.

#### 3.1.1.4. Rússia e China

A Rússia, conquanto o seu suporte ao regime de Assad se remonte para o início do conflito, somente em maio de 2015, intervém militarmente. De acordo com Charap et al. (2019, p.13), os relatórios da imprensa indicaram que, inicialmente, a Rússia entregou ao regime munições, armas de pequeno calibre, e armas ligeiras, passando depois a fornecer helicópteros de ataque, veículos aéreos não tripulados, sistemas de defesa aérea, veículos blindados, radares, sistemas de guerra eletrónica, e bombas guiadas.

A justificação para a ação remete para o cerco da cidade de Palmira pelo ISIS e pelo Jabhat al-Nusra, no nordeste da Síria. Segundo a visão da Rússia, a derrota militar do regime, que resultava na perda de territórios, traduzir-se-ia na vitória decisiva dos grupos, o que levaria à consolidação de regimes extremistas e a consequências regionais e globais (Charap et al., 2019, p.4). É de salientar que, apenas 10% dos ataques russos eram direcionados para o ISIS, sendo o outro foco grupos Chechenos, o FSA, o Jaish al-Fatah, e outros grupos rebeldes, nas regiões de Homs, Idlib e Latakia. Como refere Kilcullen (2016,p.188-189):

So, unsurprisingly, non-ISIS groups—those most threatening to the regime—were targeted first. Within a week, Russian strikes did go in against ISIS, but the focus continued to be on relieving pressure on the regime. ISIS positions were not being struck for their own sake, but only if destroying them would help the regime consolidate its territory and prepare for a counterstroke. Russian intervention thus had a fundamentally different philosophy from that of the U.S.-led coalition in Syria: whereas we were intervening against ISIS, the Russians were intervening in support of Assad.

No seu discurso para a Assembleia Geral, Vladimir Putin começa por ressaltar os danos que as interferências nos assuntos internos dos Estados causam, tais como o uso da força que, em vários momentos, ocasionaram conflitos internos que ainda hoje ecoam. Na sua crítica ao atentado à soberania estatal, evidencia a liberdade individual, os direitos humanos e à vida. A

---

<sup>33</sup> Idem.

preocupação da Rússia face ao terrorismo é flagrante no discurso, apelando para uma união dos Estados para combater o extremismo<sup>34</sup>. O discurso aponta, assim, para duas questões: primeiramente, o facto de a Rússia ter vetado, no início do conflito, três ações militares entre outubro de 2011 e julho de 2012, justificando a sua posição de não interferência nos assuntos internos dos Estados; e, por último, a sua guerra declarada ao extremismo islâmico, que pode ser explicada pelo facto de a Rússia ser alvo de inúmeros ataques terroristas e ter combatido rebeliões islâmicas na Chechénia (podendo fundamentar o seu uso da força) (Charap et al., 2019, p.13).

No entanto, para autores como Ekaterina Stepanova, a posição russa face a R2P pode ser fundamentada pelo facto de a doutrina ser vista como uma criação do Ocidente (2016, p.410). Ou, como indica Charap et al, a intervenção aumentaria a sua influência junto do Ocidente e fá-la-ia voltar à alta política internacional (2019, p.7).

As desavenças no seio do CSNU tornaram-se mais conturbadas depois da intervenção da Líbia (resolução 1973), onde a OTAN excedeu do ponto de vista da Rússia e da China os limites que lhe foram atribuídos na intervenção. Isto levou consequentemente a uma acentuada divisão dos membros permanentes. Einsiedel e Malone justificam esta segmentação devido à crescente utilização de vetos conjuntos por parte da China e da Rússia “six on Syria (2011–2017)”. A união destes dois países deve-se à partilha de ideias similares no CSNU, no que diz respeito ao princípio de soberania do Estado e de não intervenção. E, ainda, uma forma de garantir a multipolaridade do CSNU, restringindo o poder dos EUA de forma equilibrar a balança de poder (2018, p.198).

Apesar de a China reconhecer que as crises humanitárias são uma preocupação legítima da comunidade internacional, é o *modus operandi* da doutrina R2P que provoca reticências (Bellamy, Davies, 2009, p.557).

---

<sup>34</sup>In: Read Putin’s U.N. General Assembly speech disponível *online* em <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/28/read-putins-u-n-general-assembly-speech/> (consultado a 6 de fevereiro de 2021).

### 3.1.1.5. Liga Árabe

A Liga Árabe, em novembro de 2012, suspende a Síria como membro, acusando-o do fracasso das negociações do plano de paz para o cessar-fogo delimitado em conjunto com a ONU, e impõe sanções económicas.

As monarquias do golfo<sup>35</sup>, de maioria sunita, em conjunto com a Jordânia, participam de uma coligação internacional<sup>36</sup> com a finalidade de derrotar o ISIS. Exercendo apoio militar, financeiro e cultural, motivados pelo factor geopolítico acima citado, a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos (EAU) são os países mais ativos militarmente. A Jordânia (que representa o flanco ocidental no conflito), em conjunto com a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), estão “led efforts to build the capacity of Iraqi officers in areas such as countering improvised explosive devices, explosive ordnance disposal and demining”. Também os EAU ganharam notoriedade no Conselho de Cooperação do Golfo<sup>37</sup> por mérito da sua força aérea - estando cada vez mais aptos de consumir reabastecimentos aéreos, bem como ataques contra “dynamic targets”, i.e. veículos blindados e transportes de tropas. A Arábia Saudita tem apoiado militarmente o FSA e grupos rebeldes cuja ideologia política se enquadra na extrema-direita islamita (Elrich, 2014, p.11). Porém, participa no conflito bombardeando alvos estáticos, como sedes militares, campos de treino e instalações. O Qatar, apesar de não efetuar ataques militares, conduz operações de patrulha aérea. Ainda que as monarquias do golfo façam parte da coligação internacional, as contribuições financeiras privadas para grupos como o ISIS constituem um *handicap*. O Kuwait surgiu inicialmente como o centro financeiro para indivíduos ou instituições de caridade dispostos a apoiar milícias sunitas extremistas na Síria. Contudo, apesar das políticas estabelecidas e adotadas (leis que impedem a angariação de fundos para os jihadistas a monitoração das atividades das instituições de caridade, entre outras) por estas monarquias persistem outras formas de

---

<sup>35</sup> Constituído pelo: Bahrein, Qatar, Kuwait, Iraque, Arábia Saudita, Omã e Emirados Árabes Unidos.

<sup>36</sup> A Global Coalition to Counter ISIS é um grupo estabelecido internacionalmente para derrotar o ISIS.

<sup>37</sup> É um bloco económico regional criado a 25 de maio de 1981 na qual fazem parte: Omã, Bahrein, Qatar, Kuwait, Arábia Saudita e EAU.

financiamento, como a transferência de dinheiro (sistema *hawala*, que é proibido em Omã, mas permitido nas restantes monarquias)<sup>38</sup>.

#### 3.1.1.6. Israel

Os conflitos de Israel com a Síria remetem para junho de 1967<sup>39</sup>, tendo estas relações continuado hostis. O seu propósito na guerra da Síria é impedir que os seus rivais (Irão, Síria e Hezbollah) consolidem uma presença militar permanente no território sírio, o que determinaria o aumento da sua força nas guerras futuras na região. Contudo, Israel também influencia hoje o Líbano, a Jordânia e a Palestina (tendo assumido uma postura mais assertiva quando o grupo Hezbollah venceu a batalha em al-Qusayr, perto da fronteira com o Líbano em maio de 2013). Os seus ataques estão especialmente direcionados para aeroportos, portos navais, bases militares, milícias e centros de precisão de armas do Hezbollah (International Crisis Group, 2018, p.i). Por outro lado, desde 2013 que providencia ajuda (roupa, comida e assistência médica) aos residentes do território fronteiriço de Golã, e também em Quneitra e alguns campos humanitários (International Crisis Group, 2018, p.4-5).

---

<sup>38</sup>In: The Gulf monarchies' complex fight against Daesh disponível *online* em <https://www.nato.int/docu/review/2016/Also-in-2016/geopolitics-gulf-monarchies-fight-against-daesh/EN/index.htm> (consultado a 25 de junho de 2019).

<sup>39</sup> Conhecida como a Guerra dos Seis Dias, foi o conflito territorial no qual estiveram envolvidos a Síria, o Egito, o Iraque e a Jordânia contra Israel. Este último acabou por ser o vencedor tendo alargado as suas fronteiras para a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, Jerusalém Oriental e as Colinas Golã.

### 3.2. Gás Sarin e Gás Cloro

O gás Sarin, desenvolvido na Alemanha em 1938, foi primeiramente utilizado como um pesticida, porém, é considerado mortal quando existe um contacto (Elrich, 2014, p.60). Este fenómeno dá-se, pois a enzima Acetilcolinesterase (encontrada no corpo humano) muda por completo a sua estrutura física, o que causa o seu bloqueio, e leva à acumulação de um neurotransmissor entre células nervosas ou através de sinapses, e, de seguida, à hiper-estimulação dos músculos, glândulas e outros nervos. Estes efeitos resultam numa contração dos músculos cada vez maior e, conseqüentemente, com que os músculos queimem com a exaustão, pois não conseguem relaxar, ocasionando grandes momentos de sofrimento. Este agente, ao entrar na corrente sanguínea, habitualmente pelos pulmões ou pela pele, causa um colapso do diafragma, que bloqueia os pulmões e asfixia a vítima. As suas características (inodoro e incolor) potencializam a fácil penetração nos pulmões, o que provoca a morte imediata, ou leva a deficiências em casos de sobrevivência. Contrariamente à tradicional guerra, não causa danos infraestruturais, por esse motivo é considerado uma arma de destruição em massa. Por ser um agente nervoso da série G (designação militar), apenas persiste no ambiente por um curto período de tempo<sup>40</sup>.

Igualmente um agente de asfixia, o gás cloro<sup>41</sup>, quando inalado, provoca lesões essencialmente nas vias respiratórias (nariz, garganta e pulmões), causando uma sensação de afogamento.<sup>42</sup>

As armas químicas marcaram uma nova fase do conflito sírio, pelo que a ONU enviou inspetores de armas e a Comissão Internacional Independente de Investigação sobre a República Síria para recolha de informação. Verificaram a utilização de armas químicas na região de Al Ghouta (que matou 1.400 pessoas), em setembro de 2013, e ainda, ataques químicos que resultaram na morte de cinco pessoas na cidade Khan Sheikhun (Idlib) em 2017. Também

---

<sup>40</sup> In: What is a Chemical Weapon? disponível *online* em: <https://www.opcw.org/our-work/what-chemical-weapon> (consultado a 10 de setembro de 2020).

<sup>41</sup> A sua utilização em larga escala foi em França aquando a Primeira Guerra Mundial, pela Alemanha. Foram utilizados 168 toneladas de gás cloro libertados de 5.730 cilindros. Inúmeros países utilizaram o gás (ou os seus derivados) nas guerras travadas (França, Japão, Itália, Iraque, entre outros), muito devido ao fabrico do hidróxido de sódio no qual o cloro é produzido em grandes quantidades (Tu, 2018, p.4).

<sup>42</sup> In: What is a Chemical Weapon? disponível *online* em: <https://www.opcw.org/our-work/what-chemical-weapon> (consultado a 10 de setembro de 2020).

constataram o uso do gás cloro nos ataques efetuados em 2014 e 2015. O regime é identificado nos relatórios como sendo o autor dos ataques. No entanto, a acusação mútua entre o regime e os grupos extremistas e a não reivindicação dos ataques impede a responsabilização dos atos cometidos.

Face à pressão do Ocidente de agir militarmente no conflito, o regime declarou 1.308 toneladas de agentes nervosos. A Organização para a Proibição de Armas Químicas concluiu a destruição de todo o armamento declarado em janeiro de 2016. No entanto, o regime continuou a utilizar este tipo de armamento nos ataques, ao que os EUA responderam com dois ataques: o primeiro à Base Aérea de Shayrat, em abril de 2017; e o segundo, em abril de 2018, em conjunto como o Reino Unido e a França, a um centro de investigação científica, uma instalação de armazenamento de armas químicas, e uma instalação contendo armazenamento de equipamento de armas químicas.<sup>43</sup>

### 3.3. *Mass Atrocities* cometidas no conflito

O Gráfico 1 analisa todas as *Mass Atrocities* cometidas no conflito por cada um dos atores, com base nos relatórios anuais sobre as mais notáveis violações dos direitos humanos no site *Syrian Network for Human Rights*. Para tal, considerou-se os seguintes componentes dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra: execução extrajudicial; perseguição; desaparecimento forçado; prisões arbitrárias; mortos em ataques químicos; torturados até à morte; combatentes; e vítimas de munição *cluster*.

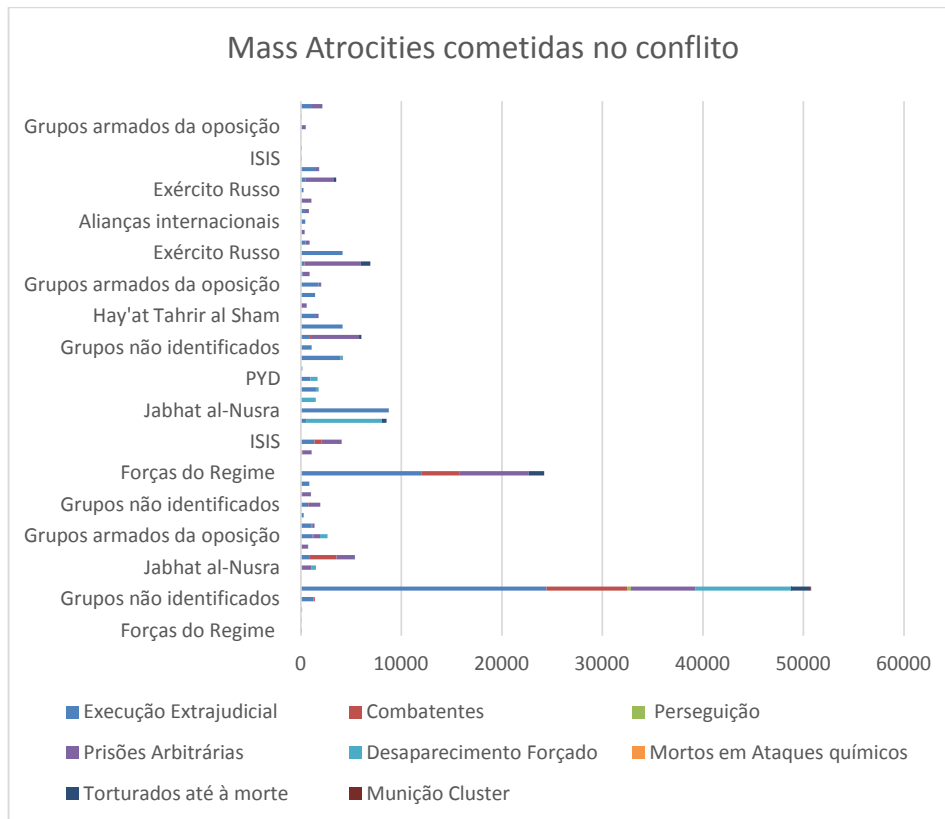
---

<sup>43</sup> In: Arms Control Association disponível *online* em <https://www.armscontrol.org/blog/2018-09-23/what-you-need-know-about-chemical-weapons-use-syria> (consultado a 14 de dezembro de 2020).



Gráfico 1- *Mass atrocities* cometidas no conflito de 2011-2019

Fonte: Elaboração própria



As Forças do Regime surgem de forma destacada ao longo dos anos como o principal autor de execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias e assassinato de combatentes. Nas primeiras semanas após o início do conflito, foram reportados inúmeros crimes perpetrados pelo regime sírio, com o registo de 787 mortes, nas quais 75 eram crianças e 53 mulheres<sup>44</sup>. De acordo com a carta da Missão Permanente da República da Síria, datada a 27 de dezembro de 2011, registaram-se 2.131 civis mortos, 215 polícias e 915 soldados, tendo sido Homs a cidade com o maior registo de mortos. Registaram-se ainda, 666 civis, 70 militares e 164 polícias sequestrados<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> In: Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic A/HRC/19/69 disponível *online* em <https://undocs.org/A/HRC/19/69> (consultado a 6 de janeiro de 2020).

<sup>45</sup> Idem.

O massacre de Houla, na região de Damascus, a 25 de maio de 2012, levado a cabo pela milícia Shabiha, culminou no assassinato de 108 pessoas sunitas, nas quais 49 crianças e 34 mulheres<sup>46</sup>.

No mesmo ano, verificou-se, por parte dos observadores das Nações Unidas, assassinatos de dezenas de homens, mulheres e crianças (pelo menos o assassinato de 49 crianças abaixo da faixa etária dos 10 anos), bem como centenas de feridos na aldeia de El-Houleh (Homs). Esses ataques foram orquestrados “by shooting at close range and by severe physical abuse by pro-regime elements and a series of Government artillery and tank shellings of a residential neighbourhood”. Segundo o Alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na sua declaração a 27 de maio de 2012, o incidente acima descrito podia ser entendido como crimes contra a humanidade<sup>47</sup>.

Em janeiro de 2014, foi provado pela Comissão Internacional Independente de Investigação sobre a República Síria <sup>48</sup> os crimes de tortura e assassinato de pessoas detidas pelas autoridades sírias. Foram também provados: ataques generalizados à população civil; privação de alimentos aos civis como um método de combate; deslocações forçadas à população; ataques às infraestruturas civis, bombardeamentos e o uso de armas pesadas; desaparecimento forçado (que era direcionado para os civis considerados pertencentes a grupos armados, ou civis não leais ao governo ou a outras partes do conflito); e ainda violência sexual. Estes dois últimos eram práticas recorrentes nos centros de detenção<sup>49</sup>.

Seguindo-se os grupos extremistas como o ISIS e o Hay’at Tahrir al Sham, que sobressaem com as execuções extrajudiciais, os desaparecimentos forçados e as prisões arbitrárias. Grande parte dos assassinatos e execuções do ISIS foram realizados à população residente nos territórios controlados, bem

---

<sup>46</sup> In: Houla How a massacre unfolded disponível *online* em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-18233934> (consultado a 6 de janeiro de 2020).

<sup>47</sup> A Resolução S-19/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas foi posteriormente adotada pelo Conselho de Direitos Humanos, a 4 de junho de 2012.

<sup>48</sup> Devido ao agravamento do conflito sírio, o Conselho dos Direitos Humanos - A/HRC/S-17/2/Add.1 - implementou uma Comissão Internacional Independente para apurar a suposta existência de violação dos direitos humanos realizados em março de 2011.

<sup>49</sup>In: Resolução A/HRC/RES/31/17 Síria disponível *online* em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/072/25/PDF/G1607225.pdf?OpenElement> (consultado a 16 de março de 2021).

como a prática de crimes de natureza sexual (violência sexual, violação e gravidez forçada), sobretudo na população étnica Yazidi<sup>50</sup>.

A execução extrajudicial do Exército russo é explicada pelos ataques operados em suporte do regime, que visava a população civil em zonas de rebeldes como parte do problema (Kilcullen, 2016, p.188).

Face ao exposto, os componentes enumerados estão associados aos crimes contra a humanidade, aos crimes de guerra, mas também ao genocídio e à limpeza étnica devido à perseguição do grupo religioso Sunita “ Tu vois, dès qu’il n’y a pas de villages ou de quartiers sunnites, il n’y a pas eu de problèmes”, sendo que as cidades alauitas aliadas a Bashar al-Assad permaneceram intactas como narra Pichon (2016, p.11-12):

À Massyaf, grande ville ismaélienne de l’arrière-pays de Tartous, aucune trace de la guerre non plus. Les ismaéliens sont restés loyaux au régime et ont su tenir leur territoire: du haut de la forteresse construite par le « Vieux de la montagne », on peut certes entendre très loin le canon qui tonne autour de Hama, mais la vie est normale, la guerre est invisible.

## IV. Conselho de Segurança

Numa era em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) enfrenta grandes dilemas em questões de assuntos domésticos, é necessário compreender qual é a sua composição e de que maneira o processo de tomada de decisão é realizado. É igualmente necessário entender quando é feita a mudança de agenda do CSNU sobre a R2P e o seu porquê.

### 4.1. Estrutura do Conselho de Segurança

Após o fracasso da Sociedade das Nações no impedimento de uma nova guerra mundial, foi necessário estruturar uma organização que se mantivesse com o propósito de prosseguir com um ambiente estável, seguro e pacífico. Desta forma, meses após a Conferência de São Francisco, emergiu oficialmente

---

<sup>50</sup>In: Rule of Terror: Living under ISIS in Syria A/HRC/27/CRP.3 disponível *online* em <https://undocs.org/A/HRC/27/CRP.3> (consultado a 6 de janeiro de 2020).

a ONU, a 24 de outubro de 1945. No Capítulo V, da Carta das Nações Unidas<sup>51</sup>, está previsto que os aliados, vencedores da guerra acima citada (República Popular da China, Federação Russa, Reino Unido, República Francesa e Estados Unidos da América) ficarão encarregues de assegurar uma paz duradoura, por via do CSNU<sup>52</sup>. Com a exceção dos cinco membros permanentes, o CSNU conta ainda com 10 membros não permanentes, eleitos por dois anos pela Assembleia Geral, sendo proibida a reeleição depois de cessar o mandato (Art.º 23º). Inicialmente, na sua conceção, eram seis os membros não permanentes, porém, com o fenómeno da descolonização, que originou um aumento do número dos Estados-membros, a ONU procedeu à emenda da Carta em 1965, acrescentando quatro membros. A sua eleição é baseada na contribuição para a manutenção da paz e segurança internacional, bem como na distribuição equitativa e outros propósitos para a organização. Estes são eleitos por dois anos e dois serão eleitos por um período de um ano. É ainda dotado de regulamento interno independente da ONU, que se ocupa do método de seleção do Presidente do CSNU (Art.º 30º).

#### 4.2. Processo de tomada de decisão e Poderes

Apesar de a Assembleia Geral (AG) poder requerer a atenção do CSNU para questões de segurança internacional (Art.º 11º) “Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite” (Art.º 12º nº1). Caso seja do parecer do CSNU, o Secretário-Geral poderá comunicar à AG as questões relativas à paz e segurança internacional (Art.º 12º nº2).

Na Carta das Nações Unidas, estão previstas, do Capítulo V ao Capítulo VIII, o sistema de voto e os poderes de que o CSNU é detentor<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup>Tratado internacional assinado no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco a 26 de junho de 1945. Nele, estão estipulados os compromissos dos Estados-membros para com os direitos humanos e liberdades fundamentais, e ainda, todos os aspetos normativos e institucionais que permitem o funcionamento da ONU.

<sup>52</sup> In: Carta das Nações Unidas disponível *online* em <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas> (consultado a 15 de dezembro de 2020).

<sup>53</sup> Idem.

A propósito de o CSNU não ser uma organização *per se*, podemos afirmar que é representado como a figura organizacional com mais poder no mundo político contemporâneo, em matéria de segurança. No Capítulo V, lhe é conferido, a exclusiva responsabilidade na manutenção da paz e segurança internacional, agindo em nome da organização em concordância com os propósitos e princípios da organização (Art.º 24º). Esta última premissa revela que o CSNU não possui suficiente livre arbítrio para agir de forma desregrada, contando com o apoio dos outros Estados, dado que, deverá submeter relatórios anualmente, e especiais à AG caso se considere necessário (Art.º 25º). Nesse sentido, o Capítulo V prevê, também, que o sistema de tomada de decisões seja baseado num voto por cada membro, havendo divergência consoante o tipo de assuntos, ou seja, em questões processuais, a resolução será tomada por voto afirmativo de nove membros. Pelo contrário, em todas as outras questões, é necessário o voto afirmativo de nove membros, incluindo o dos membros permanentes (Art.º 27º). No caso de um dos membros ser parte envolvida no processo, abster-se-á de votar (Art.º 52º). À data de 2016, o CSNU adotou setenta e duas resoluções, das quais sessenta e sete por unanimidade, incluindo quarenta e duas ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (Einsiendel & Malone, 2018, p.199).

O sistema de voto expressa, assim, a necessidade de haver uma concordância entre os membros. Mesmo que a palavra veto não seja utilizada em momento algum na Carta, ela torna-se implícita no texto. O direito de votar negativamente uma decisão, ou seja, de vetar, garante a não aceitação da resolução. Aquando da realização da Conferência de São Francisco, a forma de utilização do veto foi questionada por se apresentar como um grande privilégio de poder dos membros permanentes consagrados na Carta que, segundo alguns Estados a ONU, poderia ter, no futuro, dificuldades de adaptação à balança de poder no sistema internacional. Foi ainda mencionado que o poder do veto violava a igualdade soberana. Todavia, alguns Estados presentes estavam cientes de que era necessário um veto com um grande peso de poder para o sucesso dos seus objetivos. O veto seria, desta maneira, uma condição imperativa para a sobrevivência da ONU, como foi proferido pelo Delegado dos EUA, Tom Connally “You may go home from San Francisco...and report that you have defeated the veto...but you can also say, ‘We tore up the

Charter!” (p.2-3)<sup>54</sup>. Para Michael Barnett e Martha Finnemore, a ONU e os seus princípios de igualdade são, na realidade, de desigualdade perante os restantes Estados-membros, por apenas cinco e uma pequena percentagem de membros terem o direito ao veto. Apontando o realismo como a principal teoria de influência da ONU, caracterizando o sistema internacional como anárquico, onde há a ausência de autoridade superior para proteger os Estados ou criar ordem.

No Capítulo VI, referente às respostas pacíficas em caso de disputa, o CSNU assume o papel de árbitro, pois somente quando “julgar necessário” convidará as referidas partes para a resolução das suas desavenças. Fica assim da responsabilidade dos implicados, sempre que ambos assim o desejarem, a solução por via da “negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha” (Art.º 33º). O CSNU tem a possibilidade de investigar “qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre os Estados, ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais” (Art.34). A Carta permite que qualquer Estado-membro e não membro da ONU possa recorrer à última para resolver qualquer controvérsia, sob condição de ser parte da discórdia e aceitar as obrigações de solução pacífica presentes na Carta (Art.º 35º).

Tendo em consideração o papel de mediador acima descrito, o CSNU pode fazer a recomendação de procedimentos ou métodos de solução que julgue apropriados mediante o caso. No entanto, se a disputa for do âmbito jurídico, têm de ser reencaminhadas pelas partes à Corte Internacional de Justiça, podendo o CSNU contribuir em várias ocasiões para a solução pacífica da disputa (Art.º 36 a 38º).

O Capítulo VII entra em atuação quando são verificadas ameaças à paz, rutura da paz e atos de agressão. Para tal, o CSNU deve determinar quais as situações que se adequam nesses propósitos, podendo, antes de fazer as recomendações e decidir as medidas a ser implementadas, “convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis” (Art.º 39 e 40º). Primeiramente, as sanções passam pelo cariz económico e diplomático podendo “incluir a interrupção completa ou parcial

---

<sup>54</sup> In: The veto disponível *online* em [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research\\_report\\_3\\_the\\_veto\\_2015.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research_report_3_the_veto_2015.pdf) (consultado a 23 de dezembro de 2020).

das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas”. Todavia, caso se considere que as sanções foram ou serão inadequadas para o caso em específico, o CSNU poderá recorrer ao uso da força, “por meio de forças aéreas, navais ou terrestres” através de “demonstrações, bloqueios e outras operações” (Art.º 41º e 42º).

Tanto o uso da força como o de sanções não eram práticas recorrentes antes da década de 90, muito devido ao contexto de Guerra Fria. O primeiro uso da força foi em 1950, em função da invasão da Coreia do Norte na Coreia do Sul. E o segundo foi no Congo, em 1960, que culminou no assassinato do então Secretário-Geral Dag Hammarskjold. Quanto às sanções, foram aplicadas à Rodésia do Sul, em 1966, e à África do Sul, em 1977, devido às políticas raciais praticadas pelos regimes de minoria branca. Como referem Einsiedel e Malone, o grande uso de sanções é justificado por: ser menos evasivo do que o uso da força; se constituir como um dos poucos meios de coerção ao dispor do CSNU; ser mais económico do ponto de vista dos que impõem, e mais prejudicial para os governos dos Estados impostos (2018, p.193). Pelo contrário, houve uma diminuição do uso do veto de janeiro de 1990 a dezembro de 1994, em comparação com trinta e seis no período precedente de cinco anos, e 193 durante os primeiros quarenta e cinco anos da história da ONU (Einsiendel & Malone, 2018, p.142).

É, assim, necessário que todos os membros contribuam com “acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais” (Art.º 43º). Por outro lado, se um Estado não membro fornecer contingentes, pode, se assim o desejar, participar das decisões do CSNU relativas a essas forças armadas (Art.º 44º). Para levar a cabo a missão, deve-se criar uma Comissão de Estado-Maior com o fim de orientar e assistir o CSNU (em termos de planeamento, comando e operacionalização militar no emprego dos efetivos). A mesma terá, na sua composição, os Chefes de Estado-maior dos membros permanentes, responsáveis pela direção estratégica de todas as forças armadas postas à disposição do Conselho. Prevê-se, também, o uso de “continentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional” que ficará da responsabilidade dos membros (Art.º 45º a 50º). É fundamental ressaltar o “direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva”, consagrado no Artigo 51º, no qual todos os membros da ONU detêm o poder da autodefesa, que não poderá ser prejudicado por

qualquer parte da Carta. Apesar de salvaguardar o poder do CSNU, na medida em que os “Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais”.

O papel dos acordos para a manutenção da paz e segurança internacional fica evidente no Capítulo VIII, no qual é permitido aos Estados-membros a celebração de acordos e de “entidades regionais” mediante os propósitos e princípios da organização. Os primeiros ficam responsáveis por “empregar todos os esforços para chegar a uma solução pacífica nas controvérsias locais”, antes de as submeter ao Conselho de Segurança (que será sempre informado de toda a ação ou projeto). O papel do CSNU passará por estimular o desenvolvimento de soluções pacíficas, podendo beneficiar-se exclusivamente dos “acordos ou entidades regionais para ações coercitivas regionais sob a sua própria autoridade”. Essa exclusividade passará a exceção quando for um Estado inimigo “Estado que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi inimigo de qualquer signatário da presente Carta” (Art.º 52º a 54º).

#### 4.3. Mudança de agenda do Conselho de Segurança

A mudança da agenda do CSNU tornou-se evidente quando houve um maior destaque para a proteção de civis, de acordo com a Lei Internacional Humanitária. Registou também, mudanças nos problemas relacionados com as operações de *peacekeeping* e acesso humanitário, bem como, respostas às crises humanitárias e desarmamentos.

Após o Canadá requerer (através de uma declaração presidencial) a adoção de relatórios periódicos que indiquem como a ONU pode melhorar a proteção de civis ao SG, o CSNU adotou em 17 de setembro de 1999, por unanimidade, a resolução 1265 que salientava o seu desejo de tomar ações em respostas aos ataques a civis e adotando elementos que, mais tarde, foram



associados à R2P. O relatório Brahimi<sup>55</sup>, em 2000, veio adicionar recomendações relativas à prevenção dos conflitos e às missões de determinação em apoio da prevenção da crise a curto prazo (p.ix). A proteção dos civis passa a ser parte central da missão: “Moreover, United Nations peacekeepers — troops or police — who witness violence against civilians should be presumed to be authorized to stop it, within their means, in support of basic United Nations principles.” (p.x). Em seguida, com a resolução 1325, em 2000, relativa às mulheres, paz e segurança, e a resolução 1539, dirigida às crianças e conflitos armados em 2004. Através das resoluções supracitadas, os Estados elaboraram planos de ação que proibiam o recrutamento de crianças-soldado nos conflitos, bem como a utilização de escolas para fins militares. No que se refere ainda aos direitos humanos, a agenda do CSNU, focou-se bastante na responsabilização das *mass atrocities*, sobretudo após criação do TPI, que conferiu autoridade para remeter casos para o TPI, e para suspender investigações ou processos por um período até doze meses (como é o caso da resolução 1593 para o Darfur e a resolução 1970 para a Líbia) (Einsiedel & Malone, 2018, p.192).

Notou-se também uma evolução dos inúmeros tipos de sanções, que passaram também a ser relacionadas com: diplomacia; viagens/voos; embargos de armas, mercadorias e financeiros. Para um maior controlo da aplicação dos métodos de coerção, criaram-se painéis de peritos independentes que, em conjunto com um Comité de sanções do CSNU, asseguram as novas sanções (Einsiedel & Malone, 2018, p.193).

O CSNU aplicou embargo de armas à Jugoslávia em setembro de 1991, a resolução 713, que foi depois substituída por um embargo geral de armas para todos os países sucessores da antiga Jugoslávia, tendo terminado em 1996 (Farral, 2016, p.659). A Somália representa outro caso, a resolução 733, em 1992, onde se recorreu ao embargo de armas contra o Estado (Farral, 2016, p.660)

Na República Democrática do Congo, a sanção 1493 visava atores em específico, e consistia no embargo de armas. Na região do Darfur, no Sudão, em 2004, as sanções foram inicialmente de embargo de armas para atores do conflito, como é o caso dos Janjaweed, que praticaram ataques indiscriminados contra civis, violações e deslocações forçadas. Porém, estendeu-se também para

---

<sup>55</sup> In: Brahimi Report disponível *online* em <http://undocs.org/A/55/305> (consultado a 13 de janeiro de 2021).

o regime do Sudão e para os grupos rebeldes que faziam parte do acordo de cessar-fogo (Farral, 2016, p.661-662).

Como explica Jeremy Farral, o CSNU apenas começa a empregar os termos R2P e *mass atrocities* após o *World Summit* em 2005, sendo que os casos antecedentes a esse tempo, eram denominados como violações da Lei Humanitária Internacional e da Lei Internacional dos Direitos Humanos. É ainda evidente que já tinham sido empregues sanções antes de 2005, como é o caso do Ruanda (1994), da Bósnia (1992) e da Somália (1992), cujos Estados falharam na proteção dos seus civis. Contudo, após endossar a doutrina R2P, houve, da parte do CSNU, um olhar mais atento e consistente na aplicação de sanções com uma linguagem/narrativa própria da R2P (2016,p.659).

No caso da Síria, como identificado na tabela 1, desde a eclosão do conflito, foram seis as resoluções do CSNU fizeram referência à R2P. É evidente a utilização da linguagem própria da doutrina R2P fazendo referência e exigindo: a proteção de civis e a responsabilidade primária do Estado sírio de proteger a sua população; o fim de todos atos de *mass atrocities* cometidos à população, como assassinatos e detenções indiscriminados, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e violência sexual. Sublinha ainda, o papel do ISIS e da Al-Qaeda como responsáveis de abusos dos direitos humanos e da Lei Humanitária.

Tabela 1- Referências à R2P nas resoluções do CSNU sobre o estudo de caso

Fonte: Global Centre for the Responsibility to Protect, disponível *online* em <https://www.globalr2p.org/resources/un-security-council-resolutions-and-presidential-statements-referencing-r2p/> (consultado a 30 de dezembro de 2020).

Date and Document #	Situation or Issue	Text
22 February 2014 S/RES/2139	Syria	“Also demands that all parties take all appropriate steps to protect civilians, including members of ethnic, religious and confessional communities, and stresses that, in this regard, the primary responsibility to protect its population lies with the Syrian authorities;”
14 July 2014	Syria	“Reaffirming the primary responsibility of

<b>S/RES/2165</b>		the Syrian authorities to protect the population in Syria”
<b>15 August 2014 S/RES/2170</b>	Threats to international peace and security caused by terrorist acts	<p>“Underlining the primary responsibility of Member States to protect civilian population on their territories, in accordance with their obligations under international law,”</p> <p>...</p> <p>“Strongly condemns the indiscriminate killing and deliberate targeting of civilians, numerous atrocities, mass executions and extrajudicial killings, including of soldiers, persecution of individuals and entire communities on the basis of their religion or belief, kidnapping of civilians, forced displacement of members of minority groups, killing and maiming of children, recruitment and use of children, rape and other forms of sexual violence, arbitrary detention,”</p> <p>...</p> <p>“Recalls that widespread or systematic attacks directed against any civilian populations because of their ethnic or political background, religion or belief may constitute a crime against humanity, emphasizes the need to ensure that ISIL, ANF and all other individuals, groups, undertakings and entities associated with Al-Qaida are held accountable for abuses of human rights and violations of international humanitarian law, urges all parties to prevent such violations and abuses;”</p>
<b>18 December 2015 S/RES/2254</b>	Syria	“Recalling its demand that all parties take all appropriate steps to protect civilians, including members of ethnic, religious and confessional communities, and stresses that, in this regard, the primary responsibility to protect its population lies with the Syrian authorities”

<b>21 December 2016 S/RES/2332</b>	Syria	“Reaffirming the primary responsibility of the Syrian authorities to protect the population in Syria and, reiterating that parties to armed conflict must take all feasible steps to protect civilians,”
<b>13 December 2018 S/RES/2449</b>	Syria	“Reaffirming the primary responsibility of the Syrian authorities to protect the population in Syria and, reiterating that parties to armed conflict must take all feasible steps to protect civilians”

## V. Metodologia

A questão principal da dissertação foi perceber se o problema da não intervenção no conflito da Síria pelo CSNU residia em torno do veto. Posto isto, os documentos (secundários e qualitativos) escolhidos foram 11 resoluções referentes à Síria vetadas pelo CSNU (na sua maioria pela Rússia, pela China ou por ambas), no período de 2011 a 2018, sendo estas as seguintes: S/2011/612; S/2012/77; S/2012/538; S/2014/348; S/2016/846; S/2016/1026; S/2017/315; S/2017/884; S/2017/962; S/2017/970; S/2018/321 (ver Anexo para aceder às resoluções).

Estes documentos passaram pela fase da pré-análise, onde primeiramente foi feita uma leitura “flutuante”, a fim de estabelecer um primeiro contato com o material a ser explorado (Bardin, 2011, p.126). Em seguida, procedeu-se à organização da codificação, escolhendo a ordem semântica como unidade de registo (Bardin, 2011, p.134-135), dando origem a subcategorias que posteriormente levaram à criação de categorias.

Como refere Bardin (2011, p.144), a análise qualitativa permite a elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou variáveis, o que não se sucederia com a análise quantitativa.

O método utilizado foi uma análise de conteúdo qualitativa, processada e analisada no *software* MAXQDA. Como regra de enumeração (modo de contagem), optou-se por se utilizar a frequência, cuja importância de unidade de registo aumenta consoante o número de aparição.

Da análise de conteúdo surgiram seis grandes categorias: Recurso ao Uso da Força; Intervenção Externa; Soberania; Segurança Humana e R2P; Carta das Nações Unidas e Intervenção Humanitária. De forma a facilitar a interpretação dos resultados, dividiu-se as categorias consoante a aproximação temática, sendo que alguns temas e categorias permaneceram idênticos.

## VI. Análise de Conteúdo

Este capítulo é relativo à Análise de Conteúdo explicada na Metodologia, e nele serão apresentados os resultados e a discussão. Devido ao constrangimento do volume da dissertação, apenas serão utilizados alguns dos exemplos obtidos na análise, podendo ser encontrada na íntegra nos *Anexos*.

### 6.1. Tema I. Recurso ao uso da força

Este tema resulta de duas categorias: Uso da Força e Armas Químicas. Nelas, são expostas todo o uso de recurso à força pelas partes integrantes do conflito e ainda o uso de armas químicas como um instrumento de guerra, como se pode consultar abaixo na Tabela 2.

Tabela 2- Tema I. Recurso ao uso da força, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>1. Uso da Força</b>	1.1. Responsabilização perante as violações	9	81,82%
	1.1.1. Investigação Independente	1	9,09%
	1.2. Violência do Regime (+)	6	54,55%
	1.2.1. Cessar a violência sobre a população	6	54,55%
	1.3. Cessar a Violência (+)	6	54,55%
	1.3.1. Cessar-fogo	6	54,55%
	1.4. Uso da Força Contra a ONU	3	27,27%
	1.5. Uso da Força	2	18,18%
<b>2. Armas Químicas</b>	1.6. Tribunal Penal Internacional	2	18,18%
	1.7. Uso da Força da Oposição	1	9,09%
	2.1. Investigação OPAQ	5	45,45%
	2.2. Cooperação	4	36,36%
	2.2. Proibição	3	27,27%

	2.3. Utilização	2	18,18%
	2.4. Segurança dos peritos	2	18,18%

O primeiro tema, Uso da Força, é subdividido em sete subcategorias, sendo a Responsabilização perante as violações a que aparece com mais ênfase (frequência 9, 81,82%). Na mesma está estabelecido que:

a) Existem violações de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário perpetradas na Síria (quer para com os civis quer para com os membros da ONU), sendo pedida uma punição judicial para os responsáveis.

"Strongly condemning the widespread violations and abuses of human rights and violations of international humanitarian law, stressing the need to end impunity for these violations and abuses, and re-emphasizing in this regard the need that those who have committed or are otherwise responsible for such violations and abuses in Syria must be brought to justice" (2.1, nº10, p. 104).

b) Todos os envolvidos no uso de Armas Químicas devem ser responsabilizados.

"reiterating that those individuals, entities, groups or governments responsible for any use of chemical weapons must be held accountable" (2.1, nº15, p.105).

Face à necessidade de encontrar os responsáveis pelos crimes de violação dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, originou-se a subcategoria Investigação Independente (frequência 1, 9,09%), na qual:

a) É considerado estabelecer uma investigação independente para apurar os factos.

"calling for an independent investigation of all human rights violations during recent demonstrations, and stressing the need to hold to account those responsible for human rights violations" (2.1.1, nº1, p.106).

Heiderali afirma que a responsabilização dos Estados e dos indivíduos pelas suas ações criminalmente é tida em consideração em qualquer tipo de intervenção e aplicação da R2P legalmente. No entanto, regista-se cada vez mais a combinação da linguagem de guerra punitiva, proteção de civis e responsabilidade de Estados e/ou indivíduos em casos de violação dos Direitos Humanos. O que, para o autor, ameaça a lógica por detrás da "responsibility of states to protect their people and the responsibility of the international community to shoulder its secondary responsibility". Denota ainda o "boycott"

de alguns membros do P5 do CSNU em impedir a submissão do caso para o TPI, de modo a responsabilizar os agentes sírios pelas alegações a eles dirigidas: “that although states are ready to cooperate at least to some degree to protect civilians from massacre, they totally reject supporting any kind of responsibility and accountability in this respect, such as resorting to the ICC as a neutral international institution to eliminate the commission of mass atrocity crimes with impunity” (2015, p.1285). No entanto, neste caso significa também que havendo uma responsabilização, o presidente Assad (devido às alegadas acusações) seria afastado do poder e a Síria caminharia para uma transição política, o que daria a vitória para o Ocidente e a derrota para os aliados de Assad.

Em seguida surge a subcategoria Cessar a Violência sobre a população, que posteriormente dá origem à subcategoria Violência do Regime (frequência 6, 54,55%) onde é expressado:

a) O apelo para o fim da violência do Regime sobre a sua população.

"Strongly condemns the continued grave and systematic human rights violations and the use of force against civilians by the Syrian authorities, and expresses profound regret at the deaths of thousands of people including women and children" (2.2, nº2, p.107).

"cease the use of force against civilians" (2.2, nº4, p.107).

Mary Kaldor diferencia as novas guerras das velhas guerras com o intuito de caracterizar os novos paradigmas atuais no contexto da globalização. As primeiras são conflitos que resultam da desintegração dos Estados Autoritários e que contam com múltiplos atores estatais/ não estatais. A sua violência é concentrada em grande parte na população civil (2010, p.16). “Las nuevas guerras desdibujan la distinción entre lo interno y lo externo, y debido a las implicaciones que esa expresión tiene en la política (2010, p.17-18). Adiciona ainda que são utilizadas técnicas como o deslocamento forçado e inúmeras atrocidades que violam o *ius in bello* e os Direitos Humanos como uma estratégia de guerra (2010, p.65) Por sua vez, as velhas guerras são guerras económicas intraestatais travadas por forças militares no qual a batalha é o momento decisivo.

Por um lado, enquanto nas velhas guerras o resultado é a vitória ou derrota, por outro nas novas guerras o fim revela-se difícil, pois as partes inseridas no conflito têm interesses na perduração da violência (2010, p.16).



Segundo a autora, a chave para enfrentar as ditas novas guerras passa pela reconstrução da legitimidade política no que concerne aos direitos humanos e à sociedade civil global (reinventadas nas últimas décadas da Guerra Fria) (2010, p.116).

Primeiramente denominada como Cessar-fogo, esta subcategoria tinha como foco o fim da violência, dando origem a uma nova subcategoria, Cessar a Violência, onde foram identificados:

a) O cessar do conflito em áreas de Investigação da ONU.

"calls upon all parties to pause hostilities in the areas in which the FFM and the JIM require access" (2.3, nº11, p. 112).

b) Os atores armados no conflito e solicitado o fim de todos os ataques, em concordância com a iniciativa da Liga Árabe.

"Condemns all violence, irrespective of where it comes from, and in this regard demands that all parties in Syria, including armed groups, immediately stop all violence or reprisals, including attacks against State institutions, in accordance with the League of Arab States' initiative" (2.3, nº4, p. 110).

A subcategoria Uso da Força contra a ONU (frequência 3, 27,27%) põe em evidência a:

a) Condenação dos ataques contra os membros da Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria.

"Condemns all attacks against UNSMIS" (2.4, nº2, p.113).

A subcategoria Uso da Força (frequência 2, 18,18%) relata a:

a) Preocupação em relação ao escalar da violência.

"Deeply concerned by the continuing deterioration of the situation in Syria and the potential for further escalation of the violence" (2.5, nº1, p.113).

A subcategoria Tribunal Penal Internacional (frequência 2, 18,18%) encoraja:

a) O CSNU a remeter os casos de violações de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário para o TPI, como aconselhado pelo Alto comissário dos Direitos Humanos da ONU.

"Noting the repeated encouragement by the United Nations High Commissioner for Human Rights for the Security Council to refer the situation to the International Criminal Court" (2.6, nº1, p.114).

A subcategoria Uso da Força da Oposição (frequência 1, 9,09%) condena:

a) O uso da força por parte da oposição que resultou na morte de milhares de pessoas.

"Condemning the armed violence in all its forms, including by armed opposition groups, and expressing grave concern at the continued escalation of violence, and expressing its profound regret at the death of many thousands of people in Syria" (2.7, nº1, p.115).

A categoria Armas Químicas é subdividida em múltiplas subcategorias. A primeira com maior expressão é a Investigação OPAQ, ou seja, Investigação da Operação para a Proibição das Armas Químicas (frequência 5, 45,45%), na qual:

a) É questionado um possível envolvimento de grupos terroristas no uso de armas químicas.

"Recalling that resolution 2319 (2016) encouraged the JIM, where relevant, to consult appropriate United Nations counter-terrorism and non-proliferation bodies, in particular, the 1540 Committee and the 1267/1989/2253 ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions Committee, in order to exchange information on non-State actors' perpetration, organization, sponsorship, or other involvement in the use of chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic where the OPCW Fact-Finding Mission determines or has determined that a specific incident in the Syrian Arab Republic involved or likely involved the use of chemical weapons" (3.1, nº10, p.118).

b) É pretendido estabelecer o Mecanismo de Investigação Independente das Nações Unidas (UNIM) com a duração de um ano, com possibilidade de extensão.

"Decides to establish the United Nations Independent Mechanism of Investigation (UNIM) for a period of one year with a possibility of further extension and update by the Security Council if it deems necessary" (3.1, nº16, p.119).

A subcategoria Cooperação (frequência 4, 36,36%) requer:

a) A cooperação de todas as partes envolvidas no conflito para a investigação do uso de armas químicas em Idlib.

"Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties provide delay-free and safe access to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and, as applicable, by the OPCW-United Nations Joint Investigative Mechanism (JIM), to the reported incident in Khan Shaykhun, including the site of the reported incident on 4 April, in accordance with resolution 2118 (2013), and requests that the FFM report the results of its investigation as soon as possible" (3.2, nº1, p.120).

Seguidamente, a subcategoria Proibição (frequência 3, 27,27%) salienta:

a) A proibição do uso de Armas Químicas.

"Recalling the Protocol for the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare, and the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction (CWC)" (3.3, nº8, p.122).

A subcategoria Utilização (frequência 2, 18,18%) surge com:

a) A utilização de armas químicas na região de Douma.

"Expressing deep concern at the alleged use of chemical weapons in the Douma area outside Damascus in the Syrian Arab Republic on 7 April 2018 reportedly causing large-scale loss of life and injuries" (3.4, nº3, p.126).

A segurança dos peritos é a última subcategoria presente na categoria Armas Químicas (frequência 2, 18,18%), onde:

a) É solicitado às partes envolvidas no conflito o acesso dos peritos de forma segura, a fim de proceder a investigação.

"facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites relevant to the investigation" (3.5, nº3, p.127).

## 6.2. Tema II. Cooperação

Este tema é resultante da ausência de Cooperação do Regime sírio e dos grupos armados para com a ONU, representada abaixo na tabela 3.

Tabela 3- Tema II. Cooperação, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>1. Cooperação</b>	1.1. Cooperação do Regime	8	72,73%
	1.1.1. Falta de Reformas	3	27,27%
	1.1.2. Falta de Implementação das Resoluções	1	9,09%
	1.2. Cooperação dos Grupos Armados	5	45,45%

A categoria Cooperação abrange todas as solicitações de cooperação que julgam ser necessários para acabar com o conflito.

A subcategoria Cooperação do Regime (frequência 8, 72,73%) destaca que:

a) É necessário a cooperação das autoridades sírias com a ONU.

"urging the Syrian authorities to cooperate comprehensively with the United Nations" (4.1, nº1, p.127).

A falta de cooperação do regime originou mais duas subcategorias. A primeira, Falta de Reformas (frequência 3, 27,27%), indica que:

a) Existe um incumprimento na aplicação das reformas prometidas por parte das autoridades sírias.

"Noting the announced commitments by the Syrian authorities to reform, and regretting the lack of progress in implementation" (4.1.1, nº1, p.133).

A segunda, a Falta de Implementação das Resoluções (frequência 1, 9,09%), depreende:

a) A falta de implementação efetiva das resoluções.

"Gravely concerned at the lack of effective implementation of its resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014) and 2258 (2016)" (4.1.2, nº1, p.134).

A subcategoria Cooperação dos Grupos Armados (frequência 5, 45,45%) estabelece:

a) A necessidade da cooperação dos grupos armados para as investigações de responsabilização.

"Demands that non-State armed groups in the Syrian Arab Republic also cooperate fully with and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor in connection with investigations and prosecutions undertaken pursuant to this resolution" (4.2, nº1, p.135).

### 6.3. Tema III. Soberania

Este tema reflete a questão da Soberania e como a mesma é percebida do ponto de vista internacional, como evidenciado abaixo na tabela 4.

Tabela 4 – Tema III. Soberania, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>1. Mudança Política</b>	1.1. Apoio ao Estado Soberano da Síria	6	54,55%
	1.2. Ameaça à Paz e Segurança Internacional	6	54,55%
	1.3. Transição Política	4	36,36

A categoria Mudança Política revela a necessidade de haver outro contorno político na Síria, sendo composta por três subcategorias.

A primeira subcategoria, Apoio ao Estado Soberano da Síria (frequência 6, 54,55%) revela:

a) Empenho nos ideais de soberania e coesão territorial.

"Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of Syria" (5.1, nº1, p.138)

A segunda subcategoria, Ameaça à Paz e Segurança Internacional (frequência 6, 54,55%) aponta que:

a) A Síria representa uma ameaça à paz e segurança internacional.

"Determining that the situation in Syria constitutes a threat to international peace and security" (5.2, nº1, p.139).

A terceira subcategoria, Transição Política (frequência 4, 36,36%), salienta que:

a) A transição política é a única solução viável.

"Stressing that the only solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process with the aim of effectively addressing the legitimate aspirations and concerns of the population which will allow the full exercise of fundamental freedoms for its entire population, including of the rights of freedom of expression, assembly and peaceful protest, and further stressing that such a political process can only be advanced through an environment free from any sort of violence, fear and intimidation" (5.3, nº1, p.141).

Mary Kaldor expõe a mudança que ocorreu no sentido de soberania, enfatizando os seguintes fatores: a dificuldade em manter sociedades/esferas de influência fechadas; o crescimento das instituições políticas em todos os níveis; e o aumento da consciencialização que a influência tem nos acontecimentos que se sucedem a longas distâncias. A autora afirma que a soberania é progressivamente condicional, dependendo do consenso nacional e do respeito internacional.

#### 6.4. Tema IV. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário e R2P

Este tema engloba as questões dos Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário, bem como de R2P, como abaixo se apresenta na tabela 5.

Tabela 5 – Tema IV. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário e R2P, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário	1.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário (++)	9	81,82%
	1.1.1. Violações dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário		
	1.1.2. Refugiados		
	1.2. Direitos Fundamentais	3	27,27%
	1.2.1. Segurança dos Deslocados	3	27,27%
	1.2.2. Libertação dos Presos Políticos	3	27,27%
	1.3. Comissão Internacional Independente Síria	2	18,18%
2. R2P	2.1. Responsabilidade Primária	2	18,18%

A categoria Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitária divide-se em 5 subcategorias. A primeira, Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitária (frequência 9, 81.82%), é o resultado da junção de duas subcategorias, Violações dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário e Refugiados, constando:

a) A condenação de Mass Atrocities exercidas pelo regime.

"Condemns the continued widespread and gross violations of human rights and fundamental freedoms by the Syrian authorities, such as the use of force against civilians, arbitrary executions, killing and persecution of protestors and members of the media, arbitrary detention, enforced disappearances, interference with access to medical treatment, torture, sexual violence, and ill-treatment, including against children" (6.1, nº4, p.144).

b) O fluxo de pessoas deslocadas e que necessitam de assistência humanitária.

"Gravely distressed by the continued deterioration of the devastating humanitarian situation in Syria, and the fact that now more than 13.5 million people are in need of humanitarian assistance in Syria, and that about 6.1 million people are internally displaced (in addition to the half a million Palestinian refugees who had settled in Syria), and several hundred thousand people are suffering in besieged areas" (6.1, nº8, p.146).

A subcategoria, Direitos Fundamentais (frequência 3, 27,27%), refere:

a) O direito ao exercício pleno dos direitos fundamentais para a população síria.

"allow the full exercise of human rights and fundamental freedoms by its entire population, including rights of freedom of expression and peaceful assembly, release all political prisoners and detained peaceful demonstrators, and lift restrictions on all forms of media"(6.2, nº1, p.149).

Ainda referente à subcategoria Direitos Fundamentais, foram anexadas duas subcategorias. A primeira subcategoria, Segurança dos Deslocados (frequência 3, 27,27%), considera:

a) Necessário garantir o regresso seguro dos deslocados no seu território.

"ensure the safe and voluntary return of those who have fled the violence to their homes" (6.2.1, nº1, p.149).

E a segunda subcategoria, Libertação dos Presos Políticos (frequência 3, 27,27%), salienta:

a) A libertação de todos os prisioneiros políticos e o levantamento das restrições dos *media*.

"release all political prisoners and detained peaceful demonstrators, and lift restrictions on all forms of media" (6.2.2, nº1, p.150).

A subcategoria Comissão Internacional Independente Síria (frequência 2, 18,18%), tem como propósito:

a) Identificar e responsabilizar os responsáveis por possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

"Taking note of the reports of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic, mandated by the Human Rights Council to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in the Syrian Arab Republic, to establish the facts and circumstances that may amount to such violations and of the crimes



perpetrated and, where possible, to identify those responsible with a view to ensuring that perpetrators of violations, including those that may constitute crimes against humanity, are held accountable" (6.3. n<sup>o</sup>1, p.151).

A categoria R2P é dividida em uma subcategoria, Responsabilidade Primária (frequência 2, 18,18%) onde:

a) É feita referência ao 1<sup>o</sup> pilar da R2P.

"Recalling the Syrian Government's primary responsibility to protect its population" (7.1, n<sup>o</sup>1, p. 152).

Mary Kaldor identifica uma mudança profunda no seio da sociedade internacional, onde as forças militares legítimas continuam a ter um papel a desempenhar. Apesar do seu uso parecer-se mais à imposição de leis do que à guerra (2010, p.238).

A globalização, por via das novas tecnologias, trouxe a percepção de que vivemos numa "comunidade humana única", o que levou ao crescimento da consciência humanitária (adoção de legislação relativa aos Direitos Humanos após a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial). Nos dias que decorrem esta consciência global significa que os Estados autoritários não se conseguirão manter, como é o exemplo das pressões em prol da democratização no Médio Oriente. Estas mudanças significam assim que a soberania do Estado é cada vez mais "condicional", ou seja, depende do comportamento interior e do consenso do mundo exterior (Kaldor, 2010, p.240-241).

## 6.5. Tema V. Carta das Nações Unidas

Este tema explora a Carta das Nações Unidas, tendo como objetivo compreender de que forma ela é utilizada no conflito. Abaixo, encontra-se a tabela 6 com os dados.

Tabela 6 – Tema V. Carta das Nações Unidas, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>1. Carta das Nações Unidas (++++)</b>	1.1. Carta das Nações Unidas (++++)	8	72,73%
	1.1.1. Capítulo VII da Carta		
	1.1.2. Embargo de Armas		
	1.1.3. Art.41º da Carta		
	1.1.4. Sanção Política e Económica		
	1.2. P5 do CSNU	8	72,73%
	1.2.1. France		
	1.2.2. United States of America		
	1.2.3. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland		

A categoria Carta das Nações Unidas deu origem a 2 subcategorias. A primeira é respeitante à Carta das Nações Unidas (frequência 8, 72,73%), que engloba quatro subcategorias: Capítulo VII da Carta, Embargo de Armas, Art. 41º da Carta e Sanção Política e Económica, na qual:

a) É citado o capítulo VII da Carta por haver uma falha na implementação do Plano do Enviado Especial, o que representa uma rutura na criação de diálogo.

“Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Expresses grave concern at the escalation of violence, and the failure of the parties, in particular the Syrian authorities, to implement the Envoy’s six-point plan as annexed to resolution 2042 (2012), thus not permitting the creation of a political space that would allow for meaningful political dialogue, and calls upon all parties to recommit immediately and without waiting for the actions of

others to a sustained cessation of violence in all its forms and implementation of the six-point plan;

2. Endorses in full the 30 June Action Group Final Communiqué and its underlying guidelines and principles (Annex)" (8.1, nº3, p.153).

b) É citado o Art. 41º da Carta como uma medida a considerar.

"including measures under Article 41 of the Charter of the United Nations" (8.1, nº2, p.153).

c) É sublinhada a impossibilidade de agir de acordo com o Art.42º da Carta.

"noting that nothing in this resolution authorizes measures under Article 42 of the Charter" (8.1, nº5, p.154).

A última subcategoria determina quais os países englobados no P5 do CSNU (frequência 8, 72,73%) que foram os mais proeminentes na execução das resoluções, tendo a França, os EUA e o Reino Unido obtido a mesma frequência e percentagem.

O poder é o que Thomas Schelling denominava pela capacidade de influenciar aos demais a nossa vontade (compellence). É neste sentido que Kaldor afirma que, se os EUA fossem realmente um império, seriam capazes de impor o seu sistema (a democracia) às restantes regiões. Apesar de possuir uma considerável capacidade de destruição, o que se verifica é uma menor capacidade de *compellence*. Assim, Kaldor assenta a sua crítica naquilo que é a discordância entre os interesses nacionais norte-americanos, ou seja, o modo como é percebido o mundo dentro dos EUA e como é a realidade no resto do mundo. Todo o sistema político e institucional foi moldado face às experiências da 2ª Guerra Mundial e da Guerra Fria, continuando a exercer uma grande influência na forma em que a política externa é perspectivada, o que não acompanha o mundo atual (2010, p.116-117).

Momani e Hakak revelam que alguns membros do CSNU – o Reino Unido, a França e os EUA – condenam claramente todos os tipos de repressão passados no conflito sírio, sugerindo resoluções com o intuito de cessar o conflito. No entanto, os outros membros do P5, a Rússia e a China, não têm a mesma visão, dando o benefício da dúvida ao regime de Assad, que, segundo estes, apenas responde às investidas dos “armed gangs and terrorists” (2016, p.905).

Esta relação de poder e Estado pode ser explicada com a Teoria Social Construtivista. O Construtivismo surge no final da década de 80 como uma teoria que desafia as políticas internacionais que traçavam as linhas do pensamento positivista (Ulfgard, 2019, p.147) É diferenciada pela sensibilidade entre o nível de ação apropriado e o nível de observação, bem como a relação entre os dois. As questões fixam-se em quais as normas e ideias que têm o poder de influenciar os atores (Ulfgard, 2019, p.148).

O Construtivismo prioriza a construção social e relacional gerada em torno do que os Estados são e do que querem. De forma a aprofundar conceitos-chave nas Relações Internacionais, como os de amigo e inimigo, alguns construtivistas como Friedrich Kratochwil, Nicholas Onu e Wendt utilizaram o caminho empírico a fim de compreender padrões e comportamentos, clarificando as irregularidades das outras abordagens teóricas. Por outro lado, de uma forma mais filosófica, procurou-se perceber quais as implicações entre o construtivismo e outras abordagens dos fenómenos sociais (Ulfgard, 2019, 149).

Segundo Berger e Luckman, com o passar do tempo e devido às interações, os atores adquirem as representações mentais das ações do outro, sendo estas interiorizadas ou incorporadas pelos atores, o que, mais tarde, se torna num padrão de interação institucionalizado (Ulfgard, 2019, p.148).

“Al mismo tiempo, se aleja de esse paradigma al considerar a las interacciones subjetivas como el motor de cambio, más que a las cuestiones materiale, y al hecho de que el construtivismo no considera a las identidades e intereses de los Estados como cuestiones dadas y monolíticas sino construidas y reconstruidas por medio de las interacciones dentro del sistema” (Apud Zehfuss, Ulfgard, 2019, p.150).

“Su consideración de que la realidade es construída permite la possibilidade de que los actores intervengam para reconstruirla y, portanto, modificar aquello que se haya convertido en un lastre para la sociedad, a diferencia del pessimismo realista” (Ulfgard, 2019, p.150).

Uma das premissas fundamentais do Construtivismo refere que as pessoas agem em relação aos objetos, incluindo outros atores, com base nos significados que os objetos têm para eles. Transpondo essa afirmação para os Estados, Wendt detalha que os Estados têm formas de ação diferentes em relação aos amigos e inimigos, pois os inimigos representam uma ameaça e os amigos não, considerando que a anarquia e a distribuição de poder são

insuficientes para expor com clareza quem é o quê “U.S. military power has a different significance for Canada than for Cuba, despite their similar «structural» positions, just as British missiles have a different significance for the United States than Soviet missiles” (1992, p.396-397).

Corroborando ainda que a distribuição do poder afeta a visão dos Estados, devido ao entendimento e expectativa intersubjetiva sobre a “distribution of forges”, que constitui as suas concepções sobre si e sobre os outros, sendo os significados coletivos que constituem as estruturas, e que por sua vez organizam as nossas ações (Wendt, 1992, p.397).

Ressalta que a aquisição de identidades (ativamente estáveis, compreensões e expectativas próprias sobre o seu papel) é parte dos significados coletivos (Wendt, 1992, p.397).

O Estado adquire inúmeras identidades como “sovereign, leader of the world, imperial power”, e são estas identidades a base dos seus interesses, explicando os últimos de acordo com a sua definição de situação (Wendt, 1992, p.398). É neste sentido que o autor define instituição como um conjunto parcialmente estável ou uma estrutura de identidades e interesses.

Wendt defende que a auto-ajuda e a política de poder não estão vinculadas lógicamente e casualmente à anarquia, pelo que, se atualmente vivenciarmos um mundo de auto-ajuda, é devido ao processo e não à estrutura “There is no logic of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process”. Salienta ainda que a auto-ajuda e a política de poder são instituições e não características intrínsecas da anarquia, sendo a anarquia o que os Estados fazem dela. (1992, p.395).

O segundo princípio do Construtivismo revela que os significados em termos dos quais a ação é organizada surgem da interação. A anarquia pode limitar decisivamente a interação e por consequência restringir formas viáveis de teoria sistémica (Wendt, 1992, p.405).

Aborda ainda, o argumento do predador, onde alguns Estados por motivos- biológicos, políticos, internos ou de vitimização sistémica- podem tornar-se predispostos à agressão. No entanto explicita que o facto de haver uma “predação” não obriga os demais Estados a entrarem em guerra, nem que a mesma eclodirá em algum momento. Revela também que numa anarquia de

múltiplos Estados, se a “predação” ocorrer após o primeiro encontro no estado de natureza, obrigará que os outros que entrem em contato se defendam (individualmente ou coletivamente, dependendo da percepção de ameaça comum). Todavia, o efeito da “predação” é dependente do nível de identidade coletiva existente nos sistemas (Wendt, 1992, p.408).

## 6.6. Tema VI. Intervenção Humanitária

Este tema contém a Intervenção Humanitária que se sucedeu no território sírio, como está representado abaixo na tabela 7.

Tabela 7 – Tema VI. Intervenção Humanitária, subcategorias, frequência e percentagem

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>1. Ajuda Humanitária (+)</b>	1.1. Impossibilidade de Atuação da Ajuda Humanitária	6	54,55%
<b>2. Intervenção Externa</b>	1.1. Grupos Terroristas	5	45,45%
	1.2. Pacificação Diplomática do Conflito	4	36,36%
	1.2.1. Plano do Enviado Especial	2	18,18%
	1.2.2. Missão UNSMIS	1	9,09%
	1.3. Intervenção de Estados	3	27,27%
	1.4. Intervenção de Organizações Internacionais	3	27,27%

A subcategoria Impossibilidade de Atuação da Ajuda Humanitária deu origem à categoria Ajuda Humanitária (frequência 6, 54,55%). Nela, é identificada:

- a) A necessidade de garantir a passagem da ajuda humanitária.

"alleviate the humanitarian situation in crisis areas, including by allowing expeditious, unhindered and sustained access for internationally recognized

human rights monitors, humanitarian agencies and workers, and restoring basic services including access to hospitals" (9.1, nº2, p.162).

A autora Mary Kaldor define intervenção humanitária como uma intervenção de cariz militar num outro Estado com ou sem o seu consentimento. As razões que motivam tal intervenção são o impedimento de "genocídio, violaciones a gran escala de los derechos humanos (incluída la hambrura) o violaciones graves del derecho humanitario internacional `las leyes de la guerra'" (2010, p.36).

O princípio da não intervenção dominou no período colonial e da Guerra Fria, no entanto, a década de 90 é sublinhada por uma maior aceitação do emprego do uso da força armada com objetivos humanitários, registada pelo aumento do número de operações de supervisão, manutenção e imposição da paz (Kaldor, 2010, p.37). Esta viragem pode ser considerada como a expressão da emergente sociedade civil global, que enfatiza a igualdade e a responsabilidade de impedir sofrimento onde se produza, mas também devido ao debate público geral sobre estas temáticas, resultado da experiência vivenciada nos conflitos do Ruanda e Sebrenica (Kaldor, 2010, p.38). A autora descreve ainda os fatores que, do seu ponto de entendimento, levaram à mudança das normas internacionais entre os anos 80 e 90, sendo estes: a proliferação das novas guerras nos continentes Africanos e Europeus (Europa de Leste); o aumento das Organizações Não Governamentais Humanitárias; o aumento dos grupos em prol dos Direitos Humanos; e o fim da Guerra Fria.

A Intervenção Externa é apresentada como uma categoria que engloba todos os avanços de interferência externa.

A primeira subcategoria mais proeminente é a dos Grupos Terroristas (frequência 5, 45,45%), onde é referido:

- a) A ameaça terrorista e a necessidade de erradicar os grupos e restabelecer alguns territórios Sírios por eles anexados.

"Prevent and suppress terrorist acts committed specifically by ISIL, Al-Nusra Front (ANF), and all other individuals, groups, undertakings, and entities associated with Al-Qa'ida or ISIL, and other terrorist groups, as designated by the Security Council, and to eradicate the safe haven they have established over significant parts of Syria" (10.1, nº3, p.166).

Amin Maalouf denomina a identidade como "La identidad no está hecha de compartimentos, no se divide en mitades, ni en tercios o en zona estancas. Y

no es que tenga varias identidades: tengo solamente una, producto de todos los elementos que la han configurado mediante una «dosificación» singular que nunca es la misma en dos personas” (1999, p.10).

O autor evidencia a falta de existência de leis e inclusive mentalidades que permitam atualmente uma identidade composta, ou seja, um sentido de pertença entre religiões, nações, raças ou etnias diferentes (1999, p.11). Estas pertenças múltiplas são existentes em todos os seres, sendo que a divergência que por vezes ocorre leva à obrigação de uma escolha em detrimento de outra (1999, p.12). Carateriza a sua identidade como sendo o factor da sua autenticidade (1999, p.18).

“Aunque cada uno de esos elementos está presente en gran número de individuos, nunca se da la misma combinación en dos personas distintas, y es justamente ahí donde reside la riqueza de cada uno, su valor personal, lo que hace que todo ser humano sea singular y potencialmente insustituible” (1999, p.19).

Relata a existência de pessoas que julgam haver só uma pertença primordial, muito superior que as demais em todas as circunstâncias e na qual é justificado apelidá-la de identidade “la religión para unos, la nación para otros”. Afirma ainda que nos diferentes conflitos mundiais não existe nenhuma pertença que se imponha de forma absoluta sobre a outra, exemplificando que “Allí donde la gente se siente amenaza por su fe, es la pertenencia a una religión la que parece resumir toda su identidad. Pero si lo que está amenazado es la lengua materna, o el grupo étnico, entonces se producen feroces enfrentamientos entre correligionários”. O que demonstra que para o autor, embora haja a existência das hierarquias entre os componentes da identidade de uma pessoa, esta hierarquia não é inalterável, contudo modifica-se ao decorrer do tempo e altera profundamente o comportamento (1999, p.21-22).

Identifica que cada uma das pertenças que possui automaticamente o liga com variadas pessoas, especificando que, quantas maiores forem essas pertenças, maior será a especificidade da sua identidade (1999, p.26).

Enfatiza que todos os seres humanos, sem exceção, possuem uma identidade composta que nos constitui como seres complexos, únicos e insubstituíveis, tomando como exemplo “Un serbio es sin duda distinto de todos los demás serbios, y cada croata distinto de todos los demás serbios, y cada croata distinto



de todos los demás croatas” (1999, p.28-29). Esta mesma identidade é construída e transformada enquanto houver existência (p.31). “ni siquiera el color y el sexo son elementos «absolutos» de la identidad... Com más razón, todos los demás son todavía más relativos” (1999, p.32).

Tal significa que o ser humano não se limita a “tomar consciencia” do que é, mas sim faz o que é. Por vezes, de maneira voluntária ou não, aqueles que estão ao seu redor consolidam os sentimentos de ou não pertença. Estas diferenciações, quer sejam maiores ou menores, traçam os traços de personalidade, podendo por vezes produzir efeitos adversos “heridas que no se curan nunca”. Refere ainda que são essas mesmas ditas feridas que determinam, consoante a fase da vida dos indivíduos, a sua atitude (1999, p.33).

Para o autor, a identidade não é, assim, uma justaposição de pertenças autónomas, e sim um “dibujo sobre una piel tirante; basta com tocar una sola de esas pertenencias para que vibre la persona entera” (1999, p.35).

“Depués de cada matanza étnica nos preguntamos, con razón, cómo es posible que seres humanos lleguen a cometer tales atrocidades... Pero cuando son miles o millones los que matan, cuando el fenómeno se repite en un país tras otro, en el seno de culturas diferentes, tanto entre los seguidores de todas las religiones como entre los que no profesan fe alguna, decir «locura» no basta.” Definindo o que comumente se denomina de “locura asesina” como uma propensão dos nossos semelhantes a transformarem-se em assassinos quando sentem que a sua “tribu” está ameaçada (Maalouf, 1999, p.35-36). Como tal, não é a pertença étnica, religiosa, nacionalista, entre outros, que provoca a predisposição para matar. É possível rever os acontecimentos sucedidos nos últimos anos para entender toda a comunidade humana “... a poco que su existencia humana se sienta humillada o amazenada, tiende a producir personas que matarán, que cometerán las peores atrocidades convencidas de que están en su derecho, de que así ganan el Cielo y la admiración de los suyos” (1999, p.36).

É neste sentido que Maalouf evidencia ainda a legitimidade que se encontra por detrás das ações dos assassinos, pensando que o sentimento de ameaça legitima a matança, pois é uma medida necessária para proteger a vida dos seus (1999, p.39).

Uma das questões principais apontada pelo autor é que, na história das civilizações, a modernidade aparece por vezes denegada pelo facto de nem sempre ser percebida como uma evolução positiva (1999, p.51).

Relata a tolerância do islão com o cristianismo numa época em que o último não tinha nenhuma tolerância (1999, p.66). Questiona o que seria do cristianismo se não tivesse triunfado em Roma, um território com raízes de direito romano e filosofia grega, ambos elementos atuais da civilização ocidental (1999, p.70). Maalouf alega que a violência dos muçulmanos face ao Ocidente acontece por não serem muçulmanos, mas acima de tudo porque são pobres, dominados e prejudicados e porque o Ocidente é rico e poderoso (1999, p.73-74).

De seguida, a subcategoria Pacificação Diplomática (frequência 4, 36,36%) do conflito surge como:

a) Apelo para a resolução do conflito por meios pacíficos.

"reaffirming the need to resolve the current crisis in Syria peacefully" (10.2, nº1, p.168).

Ainda tendo em vista a resolução do conflito, acresce a subcategoria do Plano do Enviado Especial (frequência 2, 18,18%), no qual é:

a) Enfatizado a necessidade da aplicação imediata do Plano do Enviado que consta na resolução 2042 de forma a restabelecer a paz.

"Demands the urgent, comprehensive, and immediate implementation of, all elements of the Envoy's six-point proposal as annexed to resolution 2042 (2012) aimed at bringing an immediate end to all violence and human rights violations, securing humanitarian access and facilitating a Syrian-led political transition as S/2012/538 12-44757 3 outlined in the Annex, leading to a democratic, plural political system, in which citizens are equal regardless of their affiliations, ethnicities or beliefs, including through commencing a comprehensive political dialogue between the Syrian authorities and the whole spectrum of the Syrian opposition" (10.2.1, nº1, p.168).

A subcategoria UNSMIS (United Nations Supervision Mission in Syria) (frequência 1, 9,09%) é derivada da subcategoria Plano do Enviado Especial, tendo como foco:

a) A renovação do UNSMIS para 45 dias e a reconfiguração da missão.

"Decides to renew the mandate of the United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) for a period of 45 days, on the basis of the Secretary-General's recommendation to reconfigure the Mission to increase support for dialogue

with and between the parties, and enhance attention to the political track and rights' issues across the six-point plan" (10.2.1.1, nº3, p.172).

Esta missão, apesar de ter sido destacada como uma operação de *peacekeeping*, não detinha um mandato explícito de Proteção de Civis. Isto ocorre devido à complexidade (proveniente dos apoiantes da Proteção de Civis e da R2P) em manter idênticas políticas e estratégias de operacionalização (Williams, 2016, p.525).

A subcategoria Intervenção de Estados (frequência 3, 27,27%) faz referência à intervenção dos Estados no conflito, denotando que:

a) Os Estados-membros devem assegurar que as suas medidas no combate ao terrorismo devem compreender o DH e o DIH.

"Reaffirms that Member States must ensure that any measures taken to combat terrorism comply with all their obligations under international law, in particular international human rights, refugee and humanitarian law" (10.3, nº4, p.174).

A subcategoria Intervenção de Organizações Internacionais (frequência 3, 27,27%) encoraja:

a) A continuação da intervenção da Liga Árabe com o fim de atingir a paz.

"Encourages in this regard the League of Arab states to continue efforts aimed at ending the violence and promoting such an inclusive Syrian-led political process" (10.4, nº3, p.175).

a) O apoio dos Estados e Organizações Regionais para terminar o conflito.

"and encourages all States and regional organizations to contribute to this objective" (10.4, nº2, p.174).

## Conclusão

As raízes da doutrina Responsabilidade de Proteger (R2P) remontam a 1948, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de forma a evitar a repetição de massacres justificados pela raça como aconteceu com o Holocausto. As décadas que se seguiram demonstraram, no entanto, que esta Convenção não era suficiente para evitar o genocídio, sobretudo porque a necessidade de intervenção humanitária era desafiada pela noção de soberania dos Estados.

O relatório da ICISS veio sublinhar a premissa da “soberania como responsabilidade”, justificando, assim, a intervenção num Estado Soberano caso este não consiga assumir a responsabilidade de proteger os seus cidadãos. Mas também redigiu regras pelas quais a comunidade internacional poderia guiar-se em situações de *mass atrocities*, privilegiando primeiro a responsabilidade de prevenção, em seguida a responsabilidade de reação e, por fim, responsabilidade de reconstrução. A Cimeira Mundial de 2005 reforçou os argumentos enunciados no relatório da ICISS, corroborando que o Estado deve proteger a sua população em caso de *mass atrocities*, mas caso o Estado seja incapaz de o fazer, compete à comunidade internacional reagir.

Englobados na categoria de *mass atrocities*, o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e a limpeza étnica assumem, atualmente, um papel relevante na R2P. Todas estas *mass atrocities* têm atos semelhantes e, por vezes, idênticos uns aos outros (assassinato, agressões sexuais, perseguições, maus-tratos, entre outros), sendo o fator diferenciador o propósito de cada *mass atrocities*: o genocídio tem como finalidade o extermínio de uma raça em especial; os crimes contra a humanidade que não visam uma população em específico, são, assim, ataques arbitrários; os crimes de guerra ao modo de condução de guerra em relação aos não combatentes, ou seja, em relação aos civis, prisioneiros de guerra e feridos; e a limpeza étnica, apesar de ainda não ter sido reconhecida como um crime independente, refere-se ao extermínio de um grupo étnico ou religioso em particular.

Pese embora a adoção da cláusula e o relatório da ICISS terem sido uma resposta viável à problemática da R2P, não tiveram uma influência significativa na conduta dos Estados em situações de crise. Na verdade, o conceito de R2P

continuou a ser ignorado em países como Sudão, Sri Lanka, Síria, Mianmar, Zimbabué e República Democrática do Congo (RDC), e violações de direitos humanos continuaram a ocorrer no Iraque e no Afeganistão.

É inegável o papel da religião no conflito sírio. O sucesso do Islão político vivido nos países do Médio Oriente pode ser interpretado pela falha de estruturas políticas, que impossibilitam a responsabilidade de proteger os seus próprios cidadãos. A ambição dos grupos políticos tem sido, de forma regular, o estabelecimento de Estados Islâmicos, ou de Estados onde a Sharia desempenha um papel dominante (Rifkind, Picco, 2016, p.55).

O papel da repressão e de um regime autoritário que governou durante décadas ditou na Síria o despertar para uma revolução que aconteceu após uma gravura na parede de uma escola na cidade de Daraa, onde os jovens mentores foram fortemente reprimidos e encarcerados. Originando uma onda de manifestações pacíficas que ditavam o fim da violência e o início de uma nova era com liberdade de expressão, no entanto, a resposta do regime baseou-se na brutal repressão dos manifestantes, recorrendo, para tal, à milícia Shabiha.

Apesar da ausência do Hamas, o Eixo da Resistência constitui uma peça fundamental para a consolidação do regime de Assad. Por se tratar de uma aliança contra o Ocidente e Israel, o Irão e o Hezbollah protegem militar e economicamente o regime que, do ponto de vista geoestratégico, é o “coração” do eixo, sendo essencial para a sua sobrevivência. Contudo, o interesse passa por proteger as populações xiitas residentes na Síria, bem como travar o progresso do sunismo.

A desestabilização da Síria levou a que os fundamentais islâmicos vissem uma oportunidade para consolidar território. Tanto a entrada dos grupos extremistas sunitas como os ataques com agentes nervosos modificaram o conflito, sendo apontada como a razão da entrada do conflito por parte do Ocidente, de Israel, e da Rússia. No entanto, a Rússia adquire uma posição de aliada ao regime, fornecendo armamento, bloqueando as resoluções que visam o uso da força e ajudando a eliminar os seus inimigos. A Síria resulta, assim, numa guerra de poder ao nível global, onde os interesses geopolíticos de cada Estado parecem sobrepor-se à doutrina a que se comprometeram.

Os atos de violência (execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados) indiscriminada, que se perpetuam e que têm como alvo a população civil, são evidências de crimes contra a humanidade, crimes

de guerra no caso dos combatentes e inclusive genocídio e limpeza étnica no que concerne à maioria sunita.

A Carta das Nações Unidas adquire um papel fundamental na delimitação de todas as questões referentes às normas do CSNU. Como foi referido, o CSNU detém poderes e responsabilidades específicas especiais, por ser o único agente político com a autorização legal para o uso da força e outros meios de coerção, para além do contexto de autodefesa. Na sua estrutura, compreende 15 membros, dos quais cinco – República Popular da China, Federação Russa, Reino Unido, República Francesa e Estados Unidos da América – são permanentes, e 10 eleitos de dois em dois anos pela AG. O método eleitoral para a seleção dos últimos tem em evidência não só a equidade geográfica, mas também a contribuição para a manutenção da paz e segurança internacional, e ainda outros propósitos da organização. O seu regulamento interno é independente da ONU, o que permite “liberdade” na escolha do seu Presidente.

O Capítulo V, relativo às tomadas de decisão, estipula que: em questões processuais, as resoluções passarão com o voto afirmativo de nove membros; em todas as outras questões, será também necessário o voto afirmativo de nove membros. No entanto, estão inclusos os votos dos membros permanentes. É ainda importante ressaltar que o veto (votação negativa), ainda que surja de forma implícita na Carta, foi a condição imposta pelos P5 para a criação da ONU.

Em caso de disputa, o capítulo VI expõe que a resposta passará pela mediação do CSNU quando o mesmo achar necessário, ou quando parte do conflito recorrer ao CSNU. Neste sentido, cabe às partes resolver as divergências pacificamente.

Nos poderes endossados, ressaltam-se dois: o poder de tomar decisões legalmente vinculativas para os Estados-membros e o poder de sancionar ou utilizar a força. Previstas no Capítulo VII, as sanções podem ser económicas ou diplomáticas, e são tomadas quando existem agressões e ameaças à paz. Inicialmente, as sanções eram dirigidas aos Estados. No entanto, o efeito era devastador para a economia dos Estados em questão e levava anos até que os embargos fossem retirados. Houve, então, a necessidade de transformar o alvo das sanções para as pessoas responsáveis. O uso da força será considerado quando se perpetuem as agressões e ameaças à paz, ainda que as sanções tenham sido aplicadas.

A partir de 1999, com a adoção da resolução 1265 sobre os ataques a civis, o CSNU começou a priorizar a proteção dos civis em situações de ataque. O relatório Brahimi (2000) proferia que os *peacekeepers* que fossem testemunhas de violência contra civis são autorizados a pará-la dentro dos seus meios, o que modificou as missões de *peacekeeping*. A mudança para a linguagem R2P deu-se depois da Cimeira Mundial de 2005, sendo utilizada para descrever qualquer ação que se adeque à doutrina. No caso sírio, desde 2011, o CSNU publicou seis resoluções que condenavam as *mass atrocities* e relembravam o Estado da Síria da sua responsabilidade de proteger a sua população.

Como forma de responder à pergunta inicial: Como é que o veto é o principal responsável pela não intervenção militar do CSNU na Síria? Foram analisadas 11 resoluções vetadas pela Rússia e/ou China, a partir de uma análise de conteúdo que procurou, através do número de frequência de aparição, compreender a prioridade de agenda dessas resoluções. Os resultados demonstraram que essa prioridade diz respeito à Responsabilização perante as violações e aos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. O que explica, primeiramente, uma necessidade de, através da via diplomática, retirar Assad do poder e proceder a uma transição política. E, por outro lado, realça o desenvolvimento positivo dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, resultado da aprendizagem ao longo das décadas com outros conflitos.

## Referências Bibliográficas

### Livros

ANNAN, Kofi – **Interventions A Life in War and Peace**. London : Penguin Books, 2012. ISBN 978-0-141-04650-1.

BARDIN, Laurence, trad. – **Análise de Conteúdo**. Brasil : Almedina Brasil, 2011. ISBN 978-85-62938-04-7.

BARON, Xavier – **Histoire de la Syrie 1918 à nos jours**. Paris : Tallandier, 2013. ISBN 979-10-210-0870-0.

EINSIEDEL, Sebastian Von; MALONE, David M. - **Security Council**. In WASS, Thomas; DAWS Sam - **The Oxford Handbook on the United Nations 2<sup>nd</sup> Edition**. United Kingdom : Oxford University Press, 2018. ISBN 978-0-19-880316-4.

ERLICH, Reese - **Inside Syria: The Backstory of Their Civil War and What the World Can Expect**. New York : Prometheus Books, 2014. ISBN 978-1-61614-949-9.

EVANS, Gareth - **The Responsibility to protect- Ending Mass Atrocity Crimes Once and For all**. Washington D.C. : Brookings Institution Press, 2008. ISBN 978-0-8157-2504-6.

GLANVILLE, Luke - **Sovereignty**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

HANNIKAINEN, Lauri - **Peremptory Norms (Jus Cogens) in International Law: Historical Development, Criteria, Present Status**. Helsinki : Finnish Lawyers' Publishing Company, 1988. ISBN 9516403948.

HOFFMAN, Julia, NOLKAEMPER, André - **Responsibility to Protect: From Principle to Practise**. Amsterdam : Amsterdam University Press, 2012. ISBN 978-90-4851-504-2.



JANZEKOVIC, John, SILANDER, Daniel - **Responsibility to Protect and Prevent: Principles, Promises and Practicalities**. United Kingdom : Anthem Press, 2013. ISBN 978-0-85728-059-6.

KALDOR, Mary, trad. – **El poder y la fuerza La seguridad de la población civil en un mundo global**. Barcelona : Tusquets Editores, 2010. ISBN 978-84-8383-276-9.

KILCULLEN, David - **Blood Year The Unraveling of Western Counterterrorism**. UK : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-060054-9.

LEMKIN, Raphael – **Axis Rule in Occupied Europe Law of Occupation, Analysis of Government Proposals for Redress**. Washington : Carnegie Endowment for International Peace Division of International Law, 1944. ISBN 978-1584775768.

LESCH, David – **Syria the fall of the House of Assad**. London : Yale University Press, 2013. ISBN 978-0-300-18651-2.

MAALOUF, Amin, trad. – **Identidades asesinas**. Madrid : Alianza Editorial, 1999. ISBN 978-84-206-5722-6.

MANN, Michael - **The Dark Side of Democracy Explaining Ethnic Cleansing**. Cambridge : Cambridge University Press, 2005. ISBN 978-0-511-23165-0.

MOMANI, Bessma, HAKAK, Tanzeel – **Syria**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

MORRIS, Justin; WHEELER, Nicholas- **The Responsibility Not to Veto: A Responsibility Too Far?**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

ORFORD, Anne - **International Authority and Responsibility to Protect**. United Kingdom : Cambridge University Press, 2011. ISBN 978-0-521-19999-5.

RIFKIND, Gabrielle; PICCO, Giandomenico – **The Fog of Peace How to Prevent War**. London, New York : I.B.Tauris & Co.Ltd, 2016. ISBN 978-1-78453-680-0.

SEYBOLT, Taylor - **The Use of Force**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

STEPANOVA, Ekaterina - **Russia**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

TOMASS, Mark – **The Religious Roots of the Syrian Conflict**. United Kingdom : Palgrave Macmillan, 2016. ISBN 978-1-349-70886-4.

TU, Anthony – **Chemical and Biological Weapons and Terrorism**. New York : CRC Press, 2018. ISBN 978-1-315-30551-6.

ULFGARD, Rebecka – **Cooperación internacional en las relaciones internacionales: teorías, debates, perspectivas**. Ciudad de México : Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2019. ISBN 978-607-8611-36-2.

WALZER, Michael – **Arguing about war**. London : Yale University Press, 2005. ISBN 978-0-300-10978-4.

WILLIAMS, Paul – **The R2P, Protection of Civilians, and UN Peacekeeping Operations**. In BELLAMY, Alex ; DUNNE Tim - **The Oxford Handbook of Responsibility to Protect**. United Kingdom : Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-875384-1.

ZITER, Edward. [et al.] - **Political Performance in Syria: From the Six-Day War to the Syrian Uprising**. New York : Palgrave Macmillan, 2015. ISBN 978-1-349-47141-6.

### **Artigos Científicos**

AARONSON, Michael – Syria and the crisis of Humanitarian Intervention. MCKAY, Alasdair, MURRAY, Robert - Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarian in Crisis. **E-International Relations**. (2014). ISSN 2053-8626.

BALANCHE, Fabrice – Éditorial La Crise Syrienne révèle les faiblesses du Liban. **CAIRN**. (2013). ISSN 1762-3162.

BELLAMY, Alex – Genocide. **Blackwell Publishing Ltd**. (2012).

- BELLAMY, Alex, Davies, Sara – The Responsibility to Protect in the Asia-Pacific Region. **Security Dialogue**. (2009). DOI 10.1177/097010609349907.
- BERGEN, Peter, ROWLAND, Jennifer – Decade of the Drone. **Cambridge**. (2015).
- BLATER, Ariela - The Responsibility not to veto: a way forward. **Citizens for Global Solutions**. (2014).
- CHARAP, Samuel; TREYGER, Elina; GEIST, Edward - Understanding Russia's Intervention in Syria. **RAND Corporation**. (2019). DOI 10.7249/RR3180.
- COHN, Marjorie, MIRER, Jeanne - Armed Drones Violate the Right of Peace. **Peace Review**. ISSN 1469-9982. (2015).
- CUNY, Thomas – After Syria, whither R2P. MCKAY, Alasdair, MURRAY, Robert - Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarian in Crisis. **E-International Relations**. (2014). ISSN 2053-8626.
- EVANS, Gareth – The consequences of non-interventions in Syria: does the Responsibility to Protect have a future. MCKAY, Alasdair, MURRAY, Robert - Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarian in Crisis. **E-International Relations**. (2014). ISSN 2053-8626.
- GLANVILLE, Luke – Syria teaches us little about questions of military intervention. MCKAY, Alasdair, MURRAY, Robert - Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarian in Crisis. **E-International Relations**. (2014). ISSN 2053-8626.
- GUIDÈRE, Mathieu – Daech En Syrie : Origines et Développement. **CAIRN**. (2016). ISSN 0767-6468.
- HEHIR, Aidan, LANG, Anthony - The impact of the Security Council on the efficacy of the international criminal court and the responsibility to protect. **Springer Science**. (2015). DOI 10.1007/s10609-015-9245-4.
- KASSIM, Yang - The Geopolitics of Intervention. **SpringerBriefs**. (2014). DOI: 10.1007/978-981-4585-48-4-2.
- KLASTA, Martin - Le Hezbollah En Syrie: La Résistance Redéfinie?. **CAIRN**. (2013). ISSN 1762-3162.

KOMP, Lisa-Marie - How the Responsibility to Protect Influences the Security Council's Powers, Limits and Dynamic. **Journal of International Humanitarian Legal Studies** 4. (2013). DOI 10.1163/18781527-00402005.

MCGLYNN, Sean – War Crimes. **Blackwell Publishing Ltd.** (2012).

MULAJ, Klejda – Ethnic Cleansing. **Blackwell Publishing Ltd.** (2013).

PICHON, Frédéric – Retour De Syrie. **CAIRN.** (2016). ISSN 0767-6468.

TEIMOURI, Heidarali - Protecting while not being responsible: the case of Syria and responsibility to protect. **The Journal of Human Rights.** (2015). ISSN 1364-2987.

THAKUR, Ramesh – Syria and the Responsibility to Protect. MCKAY, Alasdair, MURRAY, Robert - Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarian in Crisis. **E-International Relations.** (2014). ISSN 2053-8626.

WENDT, Alexander – Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization.** (1992).

### Sites

ARMS CONTROL ASSOCIATION - **What You Need to Know About Chemical Weapons Use in Syria** [Em linha], 14 Mar. 2019. [Consult. 15 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.armscontrol.org/blog/2018-09-23/what-you-need-know-about-chemical-weapons-use-syria>>.

BARACK, OBAMA - **Remarks by the President at the National Defense University** [Em linha], 23 Mai. 2013. [Consult. 11 Nov. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/05/23/remarks-president-national-defense-university>>.

BENNETT RAMBERG - **Applying the Responsibility to Protect Syria** [Em linha], 5 Mar. 2012. [Consult. 21 Out. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://yaleglobal.yale.edu/content/applying-responsibility-protect-syria>>.

BBC NEWS - **Guide to the Syrian Rebels** [Em linha], 13 Dez. 2013 [Consult. 20 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-24403003>>.

BBC NEWS - **Houla: How a massacre unfolded** [Em linha], 8 jun. 2012. [Consult. 6 Jan. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-18233934>>.

BBC NEWS - **Syria Profile Timeline** [Em linha], 14 Jun. 2019. [Consult. 13 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14703995>>.

BBC NEWS - **Syria unrest: Who are the Shabiha?** [Em linha], 29 Mai. 2012. [Consult. 16 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14482968>>.

CARNEGIE MIDDLE EAST CENTRE - **The Kurdish Democratic Union Party** [Em linha], 1 Mar. 2012 [Consult. 4 Jan. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://carnegie-mec.org/diwan/48526?lang=en>>.

FSA PLATFORM – **Free Syrian Army operations across Syria** [Em linha] [Consult. 20 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <http://fsaplatform.org/past-op>>.

CSIS - **Hay'at Tahrir al-Sham (HTS)** [Em linha] [Consult. 24 Jun. 2019]. Disponível na WWW: <URL: <http://en.etilaf.org/about-us/goals.html>>.

GENERAL ASSEMBLY UN - **Resolution adopted by the Human Rights Council Syria** [Em linha], 13 Out. 2015 [Consult. 24 Out. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.refworld.org/docid/56b1c8554.html>>.

GENERAL ASSEMBLY – **Resolution A/HRC/RES/31/17 Syria** [Em linha], 8 Abr. 2016. [Consult. 16 Mar. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/072/25/PDF/G1607225.pdf?OpenElement>>.

GLOBAL CENTRE FOR THE RESPONSIBILITY TO PROTECT - **UN Security Council Resolutions and Presidential Statements Referencing R2P** [Em linha] 4 Jan. 2020 [Consult. 30 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.globalr2p.org/resources/un-security-council-resolutions-and-presidential-statements-referencing-r2p/>>.

HUMAN RIGHTS COUNCIL - **Rule of Terror: Living under ISIS in Syria A/HRC/27/CRP.3** [Em linha], 19 Nov. 2014. [Consult. 6 Jan. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/A/HRC/27/CRP.3>>.

NATIONAL COALITION FOR SYRIAN REVOLUTIONARY AND OPPOSITION FORCES - **Mission Statement and Goals** [Em linha], 18 Out. 2012. [Consult. 24 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL:<http://en.etilaf.org/about-us/goals.html>>.

NATO REVIEW - **The Gulf monarchies' complex fight against Daesh** [Em linha], 28 Set. 2016. [Consult. 25 Jun. 2019]. Disponível na WWW: <URL:<https://www.nato.int/docu/review/2016/Also-in-2016/geopolitics-gulf-monarchies-fight-against-daesh/EN/index.htm>>.

NEW YORK TIMES - **In Shift, Iran's President Calls for End to Syrian Crackdown** [Em linha], 8 Set. 2011 [Consult. 24 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL:<https://www.nytimes.com/2011/09/09/world/middleeast/09iran.html>>.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION - **COUNCIL IMPLEMENTING REGULATION (EU) No 266/2012 of 23 March 2012** [Em linha], 23 Mar. 2012. [Consult. 10 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL:<https://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:087:0045:0048:EN:PDF>>.

OPCW - **What is a Chemical Weapon?** [Em linha] [Consult. 10 Set. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.opcw.org/our-work/what-chemical-weapon>>.

RAND – **Raqqa: Capital of the Caliphate** [Em linha] [Consult. 24 Jun. 2019]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.rand.org/nsrd/projects/when-isil-comes-to-town/case-studies/raqqah.html>>.

SECURITY COUNCIL UN - **Resolution 1674** [Em linha], 28 Abr. 2006 [Consult. 23 Out. 2017]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1674\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1674(2006))>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2011/ 612** [Em linha], 4 Out. 2011 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL:<https://undocs.org/en/S/2011/612>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2012/ 538** [Em linha], 19 Jul. 2012 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2012/538>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2012/ 77** [Em linha], 4 Fev. 2012 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2012/77>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2014/ 348** [Em linha], 22 Mai. 2014 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2014/348>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2016/ 1026** [Em linha], 5 Dez. 2016 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2016/1026>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2016/ 846** [Em linha], 8 Out. 2016 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2016/846>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2017/ 315** [Em linha], 12 Abr. 2017 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2017/315>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2017/ 884** [Em linha], 24 Out. 2017 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2017/884>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2017/ 962** [Em linha], 16 Nov. 2017 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2017/962>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2017/ 970** [Em linha], 17 Nov. 2017 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2017/970>>.

SECURITY COUNCILUN – **Resolution 2018/ 321** [Em linha], 18 Abr. 2018 [Consult. 27 Jul. 2021]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/en/S/2018/321>>.

SNHR - **The most significant Kurdish Human Rights Violations** disponível [Em linha], 18 Jan.2016 [Consult.8 Jan.. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <http://sn4hr.org/blog/2016/01/18/16610/>>.

SYRIAN NATIONAL COUNCIL - **Syrian Nation Council Mission & Program** [Em linha] [Consult. 25 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL:<http://syriancouncil.org/en/mission-statement.html>>.

THE WASHINGTON POST - **Read Putin's U.N. General Assembly speech** [Em linha], 28 Set. 2015. [Consult. 6 Fev. 2021]. Disponível na WWW: <URL:<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/28/read-putins-u-n-general-assembly-speech/>>.

UNHCR AGENCY - **Syria Emergency** [Em linha] [Consult. 24 Outubro 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.unhcr.org/syria-emergency.html>>.

UN PRESS- **Secretary- General speech** [Em linha] 18 de Mai. 1999 [Consult. 5 Nov. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.un.org/press/en/1999/19990518.SGSM6997.html>>.

UNICEF - **Carta das Nações Unidas** [Em linha] 26 Jun. 1945 [Consult. 15 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL:<https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>>.

US DEPARTEMENT OF THE TREASURY - **Syria Sanctions** [Em linha] [Consult. 25 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://home.treasury.gov/policy-issues/financial-sanctions/sanctions-programs-and-country-information/syria-sanctions>>.

YALE UNIVERSIRTY - **Hamas Covenant 1988**. [Em linha] [Consult. 17 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/hamas.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hamas.asp)>.

## **Relatórios**

GENERAL ASSEMBLY UN - **Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic** [Em linha], 22 Fev. 2012. [Consult. 6 Jan. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://undocs.org/A/HRC/19/69>>.

INTERNATIONAL COMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY - **Responsibility to Protect Report** [Em linha], 1 JAN. 2001 [Consult. 20 Out. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>.



INTERNATIONAL CRISIS GROUP - **Israel, Hizbollah and Iran: Preventing Another War in Syria** [Em linha] [Consult. 26 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/syria/182-israel-hizbollah-and-iran-preventing-another-war-syria>>.

SECRETARY- GENERAL UN - **An Agenda for Peace Forty-seventh Session report** [Em linha], 17 jun. 1992 [Consult. 21 Outubro 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.un-documents.net/a47-277.html> >.

SECRETARY- GENERAL UN - **Implementing Responsibility to Protect Sixty-third Session report** [Em linha], 12 Jan. 2009 [Consult. 21 Outubro 2017]. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/implementing%20the%20rtop.pdf>>.

SECRETARY- GENERAL UN - **2005 World Summit Outcome report** [Em linha], 24 Out. 2005 [Consult. 22 Out. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf>>.

SECURITY COUNCIL REPORT - **The Veto 2015** [Em linha], 19 Out. 2015 [Consult. 23 Dez. 2020]. Disponível na WWW: <URL: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research\\_report\\_3\\_the\\_veto\\_2015.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research_report_3_the_veto_2015.pdf)>.

UN - Brahimi Report [Em linha], 21 Ago. 2012.[Consult. 13 Jan. 2020]. Disponível na WWW: <URL: <http://undocs.org/A/55/305> (consultado a 13 de janeiro de 2021)>.

UN PRESS - **Secretary General Presents his annual report to General Assembly** [Em linha], 20 Set. 1999. [Consult. 5 Nov. 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.un.org/press/en/1999/19990920.sgsm7136.html>>.

UN - **We the Peoples the Role of United Nations 21st Century** [Em linha] 2000. [Consult. 20 Outubro 2017]. Disponível em: [https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We\\_The\\_Peoples.pdf](https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf).

## Anexos

### Anexo 1. Mass Atrocities cometidas no conflito sírio

Ano	Partes do Conflito	Execução Extrajudicial	Combatentes	Perseguição	Prisões Arbitrárias	Desaparecimento Forçado	Mortos em ataques quínicos	Torturados até à morte	Munição Cluster	Total
2011	Forças do Regime	89								89
		31					12			43
2013		88							27	115
2014	Grupos não identificados	1254	143							1397
	Forças do Regime	24430	8077	342	6400	9500	23	1915	76	50763
	Alianças internacionais	40								40
	Jabhat al-Nusra	89	29		950	450				1518

	ISIS	915	2642		1800				20		5377
	PYD	102	8		580				4		694
	Grupos armados da oposição	1183	74		650	760					2667
	Grupos armados da oposição	1072	49		214				9		1344
	Alianças internacionais	271	6								277
	Grupos não identificados	619	168		1142						1929
	PYD	132			846				4		982
	Exército Russo	832	17								849
	Forças do Regime	12044	3704		6909				1546		24203
	Jabhat al-Nusra	89	78		886				19		1072
	ISIS	1366	732		1956				10		4064
2015											

2016									
Alianças internacionais									
Forças do Regime	537			7543		447		8527	
Jabhat al-Nusra	8736					4		8740	
ISIS	18			1419		8		1445	
Grupos não identificados	1510			243		1		1754	
PYD	951			673		6		1630	
Exército Russo	146							146	
Grupos armados da oposição	3967		1	178		10		4156	
Grupos não identificados	1048					4		1052	
Forças do Regime	913	96		4796		211		6016	
Exército Russo	4148							4148	
2017									

	Hay'at Tahrir al Sham	1436				304				4			1744
	ISIS	25				539				1			565
	Alianças internacionais	1421											1421
	Grupos armados da oposição	1759				231				7			1997
	PYD	186				647				5			838
	Forças do Regime	316	39			5607				951			6913
	Exército Russo	4162											4162
	Hay'at Tahrir al Sham	467				417							884
2018	ISIS	32				338				1			371
	Alianças internacionais	446											446
	Grupos armados da oposição	417				379				9			805

	PYD	48				965				10			1023		
	Exército Russo	285											285		
	Forças do Regime	452				2797				275			3524		
	Hay'at Tahrir al Sham	1497				303				4			1804		
	ISIS	45				64							109		
	Partido Islâmico do Turquistão	94											94		
2019	Partidos com coligação USA	4											4		
	Grupos armados da oposição	68				405				4			477		
	Grupos não identificados	21								9			30		
	PYD	1019				1102				13			2134		
		80820		15862		343		41227		20766		23	5523	103	164667

## Anexo 2. Análise de conteúdo

### 1. Resoluções

No.	Resoluções
1	S_2011_612_E <sup>56</sup>
2	S_2012_538_E <sup>57</sup>
3	S_2012_77_E <sup>58</sup>
4	S_2014_348_E <sup>59</sup>
5	S_2016_1026_E <sup>60</sup>
6	S_2016_846_E <sup>61</sup>
7	S_2017_315_E <sup>62</sup>

---

<sup>56</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2011/612> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>57</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2012/538> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>58</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2012/77> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>59</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2014/348> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>60</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2016/1026> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>61</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2016/846> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>62</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2017/315> (consultado a 27 de julho de 2021).

8	S_2017_884_E <sup>63</sup>
9	S_2017_962_E <sup>64</sup>
10	S_2017_970_E <sup>65</sup>
11	S_2018_321_E <sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2017/884> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>64</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2017/962> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>65</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2017/970> (consultado a 27 de julho de 2021).

<sup>66</sup> In: UN Documents disponível *online* em <https://undocs.org/en/S/2018/321> (consultado a 27 de julho de 2021).



## 2. Uso da Força

### 2.1. Responsabilização perante as violações

1. "calling for an independent investigation of all human rights violations during recent demonstrations, and stressing the need to hold to account those responsible for human rights violations,"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 1: 573 - 1: 767; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:47; Peso do resultado: 0]*
2. "Recalls that those responsible for all violence and human rights violations should be held accountable;"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 2: 701 - 2: 807; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:54; Peso do resultado: 0]*
3. "recalling that those responsible shall be held accountable"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1673 - 1: 1730; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:45; Peso do resultado: 0]*
4. "Recalls that all those responsible for human rights violations and abuses, including acts of violence, must be held accountable"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 3: 1917 - 3: 2045; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:02; Peso do resultado: 0]*
5. "reaffirms that perpetrators of attacks against UN personnel must be held to account,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 68 - 4: 153; Criado por: luisa; 18/03/2021 11:11; Peso do resultado: 0]*

6. "Recalls that all those responsible for human rights violations, including acts of violence, must be held accountable"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1452 - 2: 1569; Criado por: luisa; 18/03/2021 19:44; Peso do resultado: 0]*

7.

"Recalling its full endorsement of the Geneva Communiqué of 30 June 2012 which states that accountability for acts committed during the present conflict in the Syrian Arab Republic must be addressed,"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 1380 - 1: 1581; Criado por: luisa; 21/03/2021 10:52; Peso do resultado: 0]*

8.

"Taking note of the reports of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic, mandated by the Human Rights Council to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in the Syrian Arab Republic, to establish the facts and circumstances that may amount to such violations and of the crimes perpetrated and, where possible, to identify those responsible with a view to ensuring that perpetrators of violations, including those that may constitute crimes against humanity, are held accountable,"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 1585 - 1: 2158; Criado por: luisa; 21/03/2021 10:55; Peso do resultado: 0]*

9.

"and recalls that violations and abuses committed in Syria must not go unpunished;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 1101 - 2: 1184; Criado por: luisa; 22/03/2021 07:26; Peso do resultado: 0]*

10.

"Strongly condemning the widespread violations and abuses of human rights and violations of international humanitarian law, stressing the need to end impunity for these violations and abuses, and re-emphasizing in this regard the need that those who have committed or are otherwise responsible for such violations and abuses in Syria must be brought to justice,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 2: 2133 - 2: 2500; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:56; Peso do resultado: 0]*

11.

"and recalls that those violations and abuses committed in Syria that may amount to war crimes and crimes against humanity shall not go unpunished;"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 500 - 3: 651; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:54; Peso do resultado: 0]*

12.

"affirming that the use of chemical weapons constitutes a serious violation of international law, and stressing that those responsible for any use of chemical weapons must be held accountable"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 924 - 1: 1117; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:18; Peso do resultado: 0]*

13.

"expresses its determination that those responsible must be held accountable;"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 2766 - 1: 2844; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:26; Peso do resultado: 0]*

14.

"Requests that the Secretary-General make the necessary arrangements for the JIM to liaise closely with the FFM to expeditiously investigate any incident the FFM determines involved or likely involved the use of chemicals as weapons in order to identify those involved in accordance with the provisions of paragraph 5 of its resolution 2235 (2015);"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 2: 506 - 2: 861; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:48; Peso do resultado: 0]*

15.

"reiterating that those individuals, entities, groups or governments responsible for any use of chemical weapons must be held accountable,"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 1071 - 1: 1211; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:08; Peso do resultado: 0]*

16.

"Recalling that the FFM is not mandated to reach conclusions about attributing responsibility for chemical weapons use,"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 1215 - 1: 1334; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:46; Peso do resultado: 0]*

17.

"stressing that those responsible for any use of chemical weapons must be held accountable,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 1499 - 1: 1590; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:39; Peso do resultado: 0]*

18.

"Recalling that the FFM is not mandated to reach conclusions about attributing responsibility for chemical weapons use,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 1154 - 2: 1273; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:45; Peso do resultado: 0]*

19.

"in order to identify those involved"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2178 - 3: 2212; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:22; Peso do resultado: 0]*

### **2.1.1. Investigação independente ONU**

1.

"calling for an independent investigation of all human rights violations during recent demonstrations, and stressing the need to hold to account those responsible for human rights violations,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 573 - 1: 767; Criado por: Luisa; 18/03/2021 12:41; Peso do resultado: 0]*

2.

"Noting Human Rights Council's report of its 17th Special session (A/HRC/S-17/1), including the decision to dispatch an independent international commission of inquiry to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in Syria,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 770 - 1: 1040; Criado por: Luisa; 18/03/2021 12:42; Peso do resultado: 0]*

### **2.2. Violência do Regime (+)**

1.

"Syrian Government to halt its violent offensive at once"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 514 - 1: 570; Criado por: Luisa; 18/03/2021 12:39; Peso do resultado: 0]*

2. "Strongly condemns the continued grave and systematic human rights violations and the use of force against civilians by the Syrian authorities, and expresses profound regret at the deaths of thousands of people including women and children;"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 346 - 2: 592; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:36; Peso do resultado: 0]*
3. "cease violations of human rights, comply with their obligations under applicable international law, and cooperate fully with the office of the High Commissioner for Human Rights;"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 869 - 2: 1052; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:28; Peso do resultado: 0]*
4. "cease the use of force against civilians"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1342 - 2: 1381; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:25; Peso do resultado: 0]*
5. "Condemning the Syrian authorities' increasing use of heavy weapons, including indiscriminate shelling from tanks and helicopters, in population centres and failure to withdraw its troops and heavy weapons to their barracks contrary to paragraph 2 of resolution 2043 (2012),"  
*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 980 - 1: 1258; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:34; Peso do resultado: 0]*
6. "Condemning the armed violence in all its forms, including by armed opposition groups, and expressing grave concern at the continued escalation of violence, and expressing its profound regret at the death of many thousands of people in Syria,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1262 - 1: 1508; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:40; Peso do resultado: 0]*

7.

"cease all use of heavy weapons in such centres,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 633 - 3: 681; Criado por: luisa; 18/03/2021 15:01; Peso do resultado: 0]*

8.

"Demands that the Syrian government immediately put an end to all human rights violations and attacks against those exercising their rights to freedom of expression, peaceful assembly and association, protect its population, fully comply with its obligations under applicable international law and fully implement Human Rights Council resolutions S-16/1, S-17/1, S-18/1 and General Assembly resolution A/RES/66/176;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 723 - 2: 1148; Criado por: luisa; 18/03/2021 19:42; Peso do resultado: 0]*

9.

"cease all violence and protect its population;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1763 - 2: 1808; Criado por: luisa; 21/03/2021 11:22; Peso do resultado: 0]*

10.

"Reaffirms its strong condemnation of the widespread violations of human rights and international humanitarian law by the Syrian authorities and pro-government militias, as well as the human rights abuses and violations of international humanitarian law by non-State armed groups, all committed in the course of the ongoing conflict in the Syrian Arab Republic since March 2011;"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 2: 394 - 2: 779; Criado por: luisa; 22/03/2021 06:00; Peso do resultado: 0]*

## 11.

"Demands that all parties to the Syrian conflict, in particular the Syrian authorities, immediately comply with their obligations under international humanitarian law and international human rights law as applicable, including with respect to all besieged and hard-to-reach areas, and fully and immediately implement all the provisions of resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014), 2199 (2015), 2254 (2015), 2258 (2015) and 2268 (2016)"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 648 - 2: 1098; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:30; Peso do resultado: 0]*

## 12.

"Demands that all parties to the Syrian conflict, in particular the Syrian authorities, immediately comply with their obligations under international humanitarian law and international human rights law as applicable, including with respect to all besieged and hard-to-reach areas,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 29 - 3: 313; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:52; Peso do resultado: 0]*

## 2.3. Cessar a violência (+)

### 1.

"thus not permitting the creation of a political space that would allow for meaningful political dialogue"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 2496 - 2: 2601; Criado por: Luisa; 26/07/2021 18:15; Peso do resultado: 0]*

### 2.

"Demands that all parties in Syria, including the opposition, immediately cease all armed violence in all its forms, thereby creating an atmosphere conducive to a sustained cessation of violence and a Syrian-led political transition;"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 944 - 3: 1180; Criado por: Luisa; 23/03/2021 11:35; Peso do resultado: 0]*



3. "Expressing grave concern at the deterioration of the situation in Syria, and profound concern at the death of thousands of people and calling for an immediate end to all violence,"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 709 - 1: 891; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:18; Peso do resultado: 0]*

4. "Condemns all violence, irrespective of where it comes from, and in this regard demands that all parties in Syria, including armed groups, immediately stop all violence or reprisals, including attacks against State institutions, in accordance with the League of Arab States' initiative"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1154 - 2: 1443; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:43; Peso do resultado: 0]*

5. "Decides that all parties to the Syrian conflict shall cease, 24 hours after the adoption of this resolution, any and all attacks in the city of Aleppo, including with any weapons, including rockets, mortars, and anti-tank guided missiles, and including shelling and airstrikes, to allow urgent humanitarian needs to be addressed for a period of 7 days and expresses its intention to consider further extensions for 7-day periods on a recurring basis, and demands that all parties allow and facilitate immediate, safe, sustained and unimpeded humanitarian access to all of Aleppo by the United Nations and its implementing partners; S/2016/1026

2. Demands, in addition to paragraph 1, that all parties, immediately implement and ensure full implementation of the cessation of hostilities, including the call for humanitarian agencies to be provided with rapid, safe, and unhindered access throughout Syria, as described in resolution 2268 (2016), including the Annex referred to therein and stresses that the cessation of hostilities does not apply to offensive or defensive action against the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Da'esh), Al-Nusra Front (ANF), and other terrorist groups, as designated by the Security Council;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 1740 - 2: 642; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:25; Peso do resultado: 0]*

6. "Gravely concerned at the lack of effective implementation of its resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014) and 2258 (2016) and recalling in this regard the legal obligations of all parties under international humanitarian law and international human rights law, as well as all the relevant decisions of the Security Council, including by ceasing all attacks against civilians and civilian objects, including those involving attacks on schools, medical facilities and the deliberate interruptions of water supply, the indiscriminate use of weapons, including artillery, barrel bombs and air strikes, indiscriminate shelling by mortars, car bombs, suicide attacks and tunnel bombs, as well as the use of starvation of civilians as a method of combat, including by the besiegement of populated areas, and the widespread use of torture, ill-treatment, arbitrary executions, extrajudicial killings, enforced disappearances, sexual and gender-based violence, as well as all grave violations and abuses committed against children,"

*[S\_2016\_846\_E; Posição: 2: 621 - 2: 1675; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:24; Peso do resultado: 0]*

7.

"Demands that all parties to the Syrian conflict, in particular the Syrian authorities, immediately comply with their obligations under international humanitarian law and international human rights law as applicable, including with respect to all besieged and hard-to-reach areas,"

*[S\_2016\_846\_E; Posição: 3: 29 - 3: 313; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:53; Peso do resultado: 0]*

8.

"Urges immediate implementation of the cessation of hostilities as well as immediate, safe and unhindered humanitarian access throughout Syria"

*[S\_2016\_846\_E; Posição: 3: 655 - 3: 798; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:11; Peso do resultado: 0]*

9.

"Demands that all parties immediately end all aerial bombardments of and military flights over Aleppo city;"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 805 - 3: 913; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:13; Peso do resultado: 0]*

10.

"Demands all parties to comply with United Nations and their implementing partners requests for humanitarian access including by observing the cessation of hostilities as described in resolution 2268 (2016), and ending all bombardments of and military flights over Aleppo city, in order to facilitate safe and unhindered humanitarian access including to all of Aleppo by the United Nations and their implementing partners, recognizing this requires a sustained absence of violence as determined sufficient by the United Nations and their implementing partners to allow humanitarian assistance;"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 1738 - 3: 2345; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:05; Peso do resultado: 0]*

11.

"calls upon all parties to pause hostilities in the areas in which the FFM and the JIM require access"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 3: 1748 - 3: 1849; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:28; Peso do resultado: 0]*

12.

"calls upon all parties to pause hostilities in the areas in which the FFM and the UNIMI require access in fulfillment of OP10,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2632 - 3: 2758; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:24; Peso do resultado: 0]*

## 2.4. Uso da Força contra a ONU

### 1.

"Strongly condemns attacks on diplomatic personnel and recalls the fundamental principle of the inviolability of diplomatic agents and the obligations on host States, including under the 1961 Vienna Convention on Diplomatic Relations, to take all appropriate steps to protect embassy premises and prevent attacks on diplomatic agents;"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 2614 - 2: 2954; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:18; Peso do resultado: 0]*

### 2.

"Condemns all attacks against UNSMIS,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 31 - 4: 66; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:10; Peso do resultado: 0]*

### 3.

"Strongly condemns acts of violence, attacks and threats against the wounded and sick, medical personnel and humanitarian personnel exclusively engaged in medical duties, their means of transport and equipment, as well as hospitals and other medical facilities;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 1189 - 2: 1454; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:39; Peso do resultado: 0]*

## 2.5. Uso da Força

### 1.

"Deeply concerned by the continuing deterioration of the situation in Syria and the potential for further escalation of the violence"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 2230 - 1: 2362; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:39; Peso do resultado: 0]*

2.

"Deeply concerned by the continuing deterioration of the situation in Syria and the potential for further escalation of the violence"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 1189 - 2: 1454; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:39; Peso do resultado: 0]*

## **2.6. Tribunal Penal Internacional**

1.

"Noting the repeated encouragement by the United Nations High Commissioner for Human Rights for the Security Council to refer the situation to the International Criminal Court;"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 2: 26 - 2: 204; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:10; Peso do resultado: 0]*

2.

"2. Decides to refer the situation in the Syrian Arab Republic described in paragraph 1 above since March 2011 to the Prosecutor of the International Criminal Court;

3. Decides also that the Government of the Syrian Arab Republic shall cooperate fully with and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor, including by implementing fully the Agreement on the Privileges and Immunities of the International Criminal Court, pursuant to this resolution and, while recognizing that States not party to the Rome Statute have no obligation under the Statute, strongly urges all States and concerned regional and other international organizations to cooperate fully with the Court and the Prosecutor;"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 2: 782 -2: 1512; Criado por: Luisa; 22/03/2021 06:02; Peso do resultado: 0]*

3.

"Strongly condemning the widespread violations and abuses of human rights and violations of international humanitarian law, stressing the need to end impunity for these violations and abuses, and re-emphasizing in this regard the need that those who have committed or are otherwise responsible for such violations and abuses in Syria must be brought to justice,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 2: 2133 -2: 2500; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:46; Peso do resultado: 0]*

## **2.7. Uso da Força Oposição**

1.

"Condemning the armed violence in all its forms, including by armed opposition groups, and expressing grave concern at the continued escalation of violence, and expressing its profound regret at the death of many thousands of people in Syria,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1262 -1: 1508; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:40; Peso do resultado: 0]*

2.

"Condemning the series of bombings that have made the situation more complex and deadly, some of which are indicative of the presence of well-organised terrorist groups"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1735 -1: 1905; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:36; Peso do resultado: 0]*

### 3. Armas Químicas

#### 3.1. Investigação OPAQ

1.

"Noting the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW) has announced, in addition to its ongoing investigation, that its Fact Finding Mission (FFM) is in the process of gathering and analysing information on this incident from all available sources and will report to the OPCW Executive Council,"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 1121 - 1: 1437; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:17; Peso do resultado: 0]*

2.

"Recalling the report by the Director-General of the OPCW (EC-82/DG18 dated 6 July 2016) that the OPCW Technical Secretariat is not able to resolve all identified gaps, inconsistencies and discrepancies in Syria's declaration, and therefore cannot fully verify that Syria has submitted a declaration that can be considered accurate and complete in accordance with the CWC"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 1844 - 1: 2221; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:24; Peso do resultado: 0]*

3.

"Requests that the Secretary-General make the necessary arrangements for the JIM to liaise closely with the FFM to expeditiously investigate any incident the FFM determines involved or likely involved the use of chemicals as weapons in order to identify those involved in accordance with the provisions of paragraph 5 of its resolution 2235 (2015);"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 2: 506 - 2: 861; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:48; Peso do resultado: 0]*

4.

"Decides to renew the mandate of the Joint Investigative Mechanism, as set out in Resolution 2235 for a further period of one year, with a possibility of further extension by the Security Council if it deems necessary;"

*[S\_2017\_884\_E; Posição: 1: 722 - 1: 942; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:58; Peso do resultado: 0]*

5.

"Requests the Joint Investigative Mechanism to complete a report within 90 days of adoption of this resolution, and complete subsequent reports as appropriate thereafter, and requests the Joint Investigative Mechanism to present the report or reports, to the United Nations Security Council and inform the OPCW Executive Council, and invites the Joint Investigative Mechanism to brief, as appropriate, the 1540 Committee, the 1267/1989/2253 Committee or other relevant counter-terrorism or non-proliferation bodies on relevant results of their work"

*[S\_2017\_884\_E; Posição: 1: 948 - 1: 1507; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:59; Peso do resultado: 0]*

6.

"Expressing grave concern regarding the additional allegations of chemical weapons use in the Syrian Arab Republic which are being investigated by the Fact-Finding Mission (FFM) of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW)"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 1: 460 - 1: 708; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:06; Peso do resultado: 0]*

7.

"Recalling that the FFM is not mandated to reach conclusions about attributing responsibility for chemical weapons use,"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 1: 1215 - 1: 1334; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:09; Peso do resultado: 0]*



8. "Taking note of the third, fourth and seventh reports of the OPCW-United Nations Joint Investigative Mechanism (JIM), and in particular the recent findings of the seventh report and its conclusions,"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 1: 1338 - 1: 1538; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:11; Peso do resultado: 0]*

9.

"Noting the importance of the JIM working in an independent, impartial and professional manner in implementing its mandate,"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 1: 2227 - 1: 2350; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:13; Peso do resultado: 0]*

10.

"Recalling that resolution 2319 (2016) encouraged the JIM, where relevant, to consult appropriate United Nations counter-terrorism and non-proliferation bodies, in particular, the 1540 Committee and the 1267/1989/2253 ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions Committee, in order to exchange information on non-State actors' perpetration, organization, sponsorship, or other involvement in the use of chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic where the OPCW Fact-Finding Mission determines or has determined that a specific incident in the Syrian Arab Republic involved or likely involved the use of chemical weapons,"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 1680 - 2: 2313; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:20; Peso do resultado: 0]*

11.

"Decides to renew the mandate of the Joint Investigative Mechanism (JIM) as set out in resolution 2235 (2015) for a further period of 12 months from the date of adoption of this resolution, with a possibility of further extension by the Security Council if it deems it necessary;"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 2562 - 2: 2846; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:23; Peso do resultado: 0]*

12. "Decides to renew the mandate of the Joint Investigative Mechanism, as set out in resolution 2235, for a period of 30 days, with a possibility of further extension by the Security Council if it deems necessary;"  
*IS\_2017\_970\_E; Posição: 1: 265 - 1: 477; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:30; Peso do resultado: 0]*
13. "Noting that additional allegations of chemical weapons use in Syria continue to be investigated by the Fact-Finding Mission (FFM) of the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW)"  
*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 988 - 1: 1186; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:37; Peso do resultado: 0]*
14. "Emphasizing the importance of conducting an independent, impartial and transparent investigation that examines relevant evidence with professionalism"  
*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 469 - 2: 619; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:43; Peso do resultado: 0]*
15. "Recalling that the FFM is not mandated to reach conclusions about attributing responsibility for chemical weapons use,"  
*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 1154 - 2: 1273; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:45; Peso do resultado: 0]*
16. "Decides to establish the United Nations Independent Mechanism of Investigation (UNIM) for a period of one year with a possibility of further extension and update by the Security Council if it deems necessary;"  
*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2943 - 2: 3154; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:51; Peso do resultado: 0]*

17.

"Requests the UNIMM to retain any evidence related to possible use of chemical weapons in the Syrian Arab Republic"

*[S\_2018\_321\_E; Posição: 4: 502 - 4: 616; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:27; Peso do resultado: 0]*

## 3.2. Cooperação

1.

"Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties provide delay-free and safe access to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and, as applicable, by the OPCW-United Nations Joint Investigative Mechanism (JIM), to the reported incident in Khan Shaykhun, including the site of the reported incident on 4 April, in accordance with resolution 2118 (2013), and requests that the FFM report the results of its investigation as soon as possible;"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 29 - 2: 500; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:33; Peso do resultado: 0]*

2.

"Recalling paragraph 6 of resolution 2235 (2015) whereby the Security Council requested the United Nations Secretary-General, in coordination with the OPCW Director-General, to undertake the steps, measures, and arrangements necessary for the full functioning of the JIM, including the recruitment of impartial and experienced staff with relevant expertise"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 26 - 2: 388; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:34; Peso do resultado: 0]*

3.

"Requests the UN Secretary-General, in coordination with the Director-General of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW), to submit to the Security Council, within 20 days of the adoption of this resolution, proposals for the structure and methodology of the Joint Investigative Mechanism reflecting views of Security Council members"

*IS\_2017\_970\_E; Posição: 1: 483 - 1: 847; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:35; Peso do resultado: 0]*

4.

"where safety and security permits, in coordination with the United Nations Department of Safety and Security and the OPCW, safe travel to sites the investigators deem relevant to the investigation"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 639 - 2: 838; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:35; Peso do resultado: 0]*

5.

"Requests further that the United Nations Secretary-General, in coordination with the OPCW Director-General, undertake without delay steps, measures, and arrangements necessary for the speedy establishment and full functioning of the UNIMI, including recruiting impartial and experienced staff with relevant skills and expertise"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 252 - 3: 586; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:15; Peso do resultado: 0]*

6.

"Reaffirms support to the OPCW and UNIMI as they undertake their respective investigations"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 766 - 3: 856; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:16; Peso do resultado: 0]*

7.

"to ensure the FFM and UNNIMI can safely travel to sites they deem relevant to their investigation, which could include but is not limited to the site of the alleged attack, where they determine there are reasonable grounds to believe access is justified based on their assessment of the facts and circumstances known to them at the time"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 1132 - 3: 1474; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:18; Peso do resultado: 0]*

8.

"Requests the OPCW to provide UNNIMI full access to all of the information and evidence obtained or prepared by the OPCW,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 1603 - 3: 1723; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:20; Peso do resultado: 0]*

9.

"Encourages the UNNIMI where relevant, to consult and cooperate with appropriate United Nations counter-terrorism and non-proliferation bodies,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 4: 30 - 4: 172; Criado por: luisa; 23/03/2021 04:26; Peso do resultado: 0]*

### **3.3. Proibição**

1.

"Recalling the Protocol for the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare, and the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction (CWC) acceded to by the Syrian Arab Republic on 14 September 2013"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 261 - 1: 615; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:21; Peso do resultado: 0]*

2.

"Recalling that in resolution 2118 (2013) the Council decided that the Syrian Arab Republic shall not use, develop, produce, otherwise acquire, stockpile or retain chemical weapons or transfer, directly or indirectly, chemical weapons, to other States or non-State actors and underscored that no party in Syria should use, develop produce acquire, stockpile, retain or transfer chemical weapons"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 1440 - 1: 1840; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:22; Peso do resultado: 0]*

3.

"Condemns in the strongest terms the reported use of chemical weapons in the Syrian Arab Republic, in particular the attack on Khan Shaykhun reported on 4 April 2017, expresses its outrage that individuals continue to be killed and injured by chemical weapons in the Syrian Arab Republic"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 2469 - 1: 2760; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:26; Peso do resultado: 0]*

4.

"Condemning in the strongest terms any use of any toxic chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic and expressing grave concern that civilians continue to be killed and injured by toxic chemicals used as weapons in the Syrian Arab Republic"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 713 - 1: 962; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:06; Peso do resultado: 0]*

5.

"Recalling that in resolution 2118 (2013) the Security Council underscored that no party in Syria should use, develop, produce, acquire, stockpile, retain or transfer chemical weapons and decided that member States shall inform immediately the Security Council of any violations of resolution 1540 (2004), including acquisition by non-State actors of chemical weapons, their means of delivery and related materials in order to take necessary measures therefor"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 1756 - 1: 2223; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:13; Peso do resultado: 0]*

6. "Recalls its decision that the Syrian Arab Republic shall not use, develop, produce, otherwise acquire, stockpile or retain chemical weapons, or transfer, directly or indirectly, chemical weapons to other States or non-State actors"  
*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 2852 - 2: 3085; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:23; Peso do resultado: 0]*
7. "Further recalls that no party in Syria shall use, develop, produce, otherwise acquire, stockpile or retain, or transfer chemical weapons;"  
*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 3093 - 2: 3232; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:24; Peso do resultado: 0]*
8. "Recalling the Protocol for the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare, and the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction (CWC)"  
*[S\_2018\_321\_E; Posição: 1: 522 - 1: 814; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:37; Peso do resultado: 0]*
9. "Condemning in the strongest terms any use of chemical weapons and toxic chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic, and expressing grave concern that civilians continue to be killed and injured by chemical weapons and toxic chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic"  
*[S\_2018\_321\_E; Posição: 1: 1956 - 1: 2239; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:39; Peso do resultado: 0]*

10. "Reiterates its condemnation in the strongest terms of any use of any toxic chemical, including chlorine, as a weapon in the Syrian Arab Republic"

*[S\_2018\_321\_E; Posição: 2: 1279 - 2: 1424; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:47; Peso do resultado: 0]*

11.

"Reiterates that no party in the Syrian Arab Republic should use, develop, produce, acquire, stockpile, retain, or transfer chemical weapons"

*[S\_2018\_321\_E; Posição: 2: 1590 - 2: 1730; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:48; Peso do resultado: 0]*

12.

"Recalls its decision in resolution 2118 that the Syrian Arab Republic shall not use, develop, produce, otherwise acquire, stockpile or retain chemical weapons, or, transfer, directly or indirectly, chemical weapons to other States or non-State actors;"

*[S\_2018\_321\_E; Posição: 2: 1738 - 2: 1994; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:48; Peso do resultado: 0]*

### 3.4. Utilização

1.

"Expressing its horror at the reported use of chemical weapons in the Khan Shaykhun area of southern Idlib in the Syrian Arab Republic on 4 April 2017 causing large-scale loss of life and injuries, affirming that the use of chemical weapons constitutes a serious violation of international law, and stressing that those responsible for any use of chemical weapons must be held accountable"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 1: 723 - 1: 1117; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:17; Peso do resultado: 0]*



2. "Recalling its determination that the use of chemical weapons in the Syrian Arab Republic represents a threat to international peace and security,"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 2317 - 1: 2463; Criado por: Luisa; 26/07/2021 17:58; Peso do resultado: 0]*

3.

"Expressing deep concern at the alleged use of chemical weapons in the Douma area outside Damascus in the Syrian Arab Republic on 7 April 2018 reportedly causing large-scale loss of life and injuries,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 1192 - 1: 1394; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:38; Peso do resultado: 0]*

4.

"Condemns in the strongest terms the continued reported use of chemical weapons in the Syrian Arab Republic, in particular the alleged use of chemical weapons in Douma on 7 April 2018"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2001 - 2: 2186; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:48; Peso do resultado: 0]*

### **3.5. Segurança dos peritos**

1.

"demands that all parties provide delay-free and safe access to any sites deemed relevant by the OPCW FFM"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 2: 73 - 2: 178; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:32; Peso do resultado: 0]*

2.

"can safely travel to sites they deem relevant to their investigation,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 1162 - 3: 1230; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:20; Peso do resultado: 0]*

3.

"facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites relevant to the investigation"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2408 - 3: 2554; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:24; Peso do resultado: 0]*

## **4. Cooperação**

### **4.1. Cooperação do regime**

1.

"urging the Syrian authorities to cooperate comprehensively with the United Nations,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 1340 - 1: 1426; Criado por: Luisa; 18/03/2021 12:46; Peso do resultado: 0]*

2.

"calling upon all parties in Syria, in particular the Syrian authorities, to cooperate fully with the United Nations and relevant humanitarian organizations to facilitate the provision of humanitarian assistance,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 2353 - 1: 2567; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:54; Peso do resultado: 0]*

3.

"including through commencing a comprehensive political dialogue between the Syrian authorities and the whole spectrum of the Syrian opposition"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 186 - 3: 331; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:32; Peso do resultado: 0]*

4. "Decides that the Syrian authorities shall implement visibly and verifiably their commitments in their entirety, as they agreed to do in the Preliminary Understanding and as stipulated in resolution 2042 (2012) and 2043(2012), to (a) cease troop movements towards population centres, (b) cease all use of heavy weapons in such centres, (c) complete pullback of military concentrations in and around population centres, and to withdraw its troops and heavy weapons from population centres to their barracks or temporary deployment places to facilitate a sustained cessation of violence"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 339 - 3: 936; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:35; Peso do resultado: 0]*

5. "Decides that the Syrian Government shall provide the UN Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic and individuals working on its behalf immediate entry and access to all areas of Syria, decides that the Syrian authorities shall cooperate fully with the Commission of Inquiry in the performance of its mandate"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 2053 - 3: 2403; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:04; Peso do resultado: 0]*

6. "Demands that the Syrian authorities ensure the effective operation of UNSMIS by: facilitating the expeditious and unhindered deployment of its personnel and capabilities as required to fulfil its mandate; ensuring its full unimpeded, and immediate freedom of movement and access as necessary to fulfil its mandate, underlining in this regard the need for the Syrian authorities and the United Nations to come rapidly to an agreement on appropriate air transportation assets for UNSMIS; allowing its unobstructed communications; and allowing it to freely and privately communicate with individuals throughout Syria without retaliation against any person as a result of interaction with UNSMIS"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 385 - 4: 1091; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:26; Peso do resultado: 0]*

7. "Calls upon the Syrian authorities, in the event of a resumption of the observer mission, to cooperate fully with the League of Arab States' observer mission, in accordance with the League of Arabs States' Protocol of 19 December 2011, including through granting full and unhindered access and freedom of movement to the observers, facilitating the entry of technical equipment necessary for the mission, guaranteeing the mission's right to interview, freely or in private, any individual and guaranteeing also not to punish, harass, or retaliate against, any person who has cooperated with the mission; 10. Stresses the need for all to provide all necessary assistance to the mission in accordance with the League of Arab States' Protocol of 19 December 2011 and its decision of 22 January 2012;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 328 - 3: 1145; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:59; Peso do resultado: 0]*

8. "Demands that the Syrian authorities cooperate fully with the Office of the High Commissioner for Human Rights and with the Commission of Inquiry dispatched by the Human Rights Council, including by granting it full and unimpeded access to the country;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 1152 - 3: 1408; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:57; Peso do resultado: 0]*

9. "Calls upon the Syrian authorities to allow safe and unhindered access for humanitarian assistance in order to ensure the delivery of humanitarian aid to persons in need of assistance;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 1417 - 3: 1603; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:51; Peso do resultado: 0]*

10. "Decides also that the Government of the Syrian Arab Republic shall cooperate fully with and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor, including by implementing fully the Agreement on the Privileges and Immunities of the International Criminal Court, pursuant to this resolution and, while recognizing that States not party to the Rome Statute have no obligation under the Statute, strongly urges all States and concerned regional and other international organizations to cooperate fully with the Court and the Prosecutor;"

[S\_2014\_348\_E; Posição: 2: 956 - 2: 1511; Criado por: Luisa; 22/03/2021 06:03; Peso do resultado: 0]

11. "Calls upon the parties to the conflict to support the United Nations' and its implementing partners' planning for, and actions to facilitate expeditiously, including through local agreements, the evacuation of the wounded and sick, the elderly, children and maternity cases from besieged and hard to reach areas to places of their choosing based solely on urgency and need, as well as all those wishing to depart Aleppo voluntarily, and stresses the need for civilians to be respected as such and permitted to move freely to places of their choosing;"

[S\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 1459 - 2: 2021; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:46; Peso do resultado: 0]

12. "Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties provide delay-free and safe access to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and, as applicable, by the OPCW-United Nations Joint Investigative Mechanism (JIM), to the reported incident in Khan Shaykhun, including the site of the reported incident on 4 April, in accordance with resolution 2118 (2013), and requests that the FFM report the results of its investigation as soon as possible;"

[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 29 - 2: 500; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:28; Peso do resultado: 0]

13. "Recalls that in its resolutions 2118 (2013) and 2235 (2015) it decided that the Syrian Arab Republic and all parties in Syria shall cooperate fully with the OPCW including the FFM and the United Nations including the JIM"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 865 - 2: 1089; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:50; Peso do resultado: 0]*

14.

"Emphasises that this includes the obligation upon the Syrian Arab Republic of complying with the relevant recommendations of the OPCW and the United Nations, including the FFM and the JIM, by accepting personnel designated by the OPCW or the United Nations, by providing for and ensuring the security of activities undertaken by these personnel, by providing these personnel with immediate and unfettered access to and the right to inspect, in discharging their functions, any and all sites, and by allowing immediate and unfettered access to individuals whom the OPCW or the United Nations, including the JIM,"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 1096 - 2: 1719; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:52; Peso do resultado: 0]*

15.

"(a) flight plans, flight logs, and any other information on air operations, including all flight plans or flight logs filed on 4 April 2017;

(b) names of all individuals in command of any aircraft;

(c) arrange meetings requested including with generals or other officers, within no more than five days of the date on which such meeting is requested;

(d) immediately provide access to relevant air bases from which the JIM or the FFM believe attacks involving chemicals as weapons may have been launched"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 1961 - 2: 2472; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:52; Peso do resultado: 0]*

16. "Calls upon all parties within the Syrian Arab Republic, including State and non-State actors, to provide full cooperation with the FFM and JIM, and to facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites the JIM and FFM deem relevant within the scope of their mandate, in order for the FFM and the JIM to accomplish their mandates,"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 3: 1337 - 3: 1736; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:27; Peso do resultado: 0]*

17.

"calls upon all parties to pause hostilities in the areas in which the FFM and the JIM require access"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 3: 1748 - 3: 1849; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:28; Peso do resultado: 0]*

18.

"Recalling that the Syrian Arab Republic acceded to the CWC, noting that the use of any toxic chemical, such as chlorine, as a chemical weapon in the Syrian Arab Republic is a violation of resolution 2118, and further noting that any such use by the Syrian Arab Republic would constitute a violation of the CWC"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 2244 - 1: 2558; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:40; Peso do resultado: 0]*

19.

"Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties in the Syrian Arab Republic provide unhindered and safe access without delay to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and requests that the FFM report the results of its investigation of the alleged attack in Douma to the Director-General of the OPCW as soon as practicable;"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2193 - 2: 2548; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:49; Peso do resultado: 0]*

20. "Reiterates its demand, reminding in particular the Syrian authorities, that all parties facilitate safe and unimpeded passage for medical personnel and humanitarian personnel exclusively engaged in medical duties, their equipment, transport and supplies, including surgical items, to all people in need, particularly in Douma, consistent with international humanitarian law;"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2555 - 2: 2937; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:50; Peso do resultado: 0]*

21.

"Calls upon all parties within the Syrian Arab Republic, to provide full cooperation with the FFM and UNIML, and to facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites relevant to the investigation, in order for the FFM and the UNIML to accomplish their mandates"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2291 - 3: 2621; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:23; Peso do resultado: 0]*

22.

"Recalls its decision in paragraph 7 of resolution 2118 that the Syrian Arab Republic shall cooperate fully with the OPCW and United Nations, including by complying with their relevant recommendations"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2999 - 3: 3201; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:25; Peso do resultado: 0]*

#### **4.1.1. Falta de reformas**

1.

"Noting the announced commitments by the Syrian authorities to reform, and regretting the lack of progress in implementation,"



*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 1978 - 1: 2104; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:43; Peso do resultado: 0]*

2. "regretting the lack of a substantive response by the Syrian authorities to these demand"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 248 - 2: 336; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:51; Peso do resultado: 0]*

3. "Expresses grave concern at the escalation of violence, and the failure of the parties, in particular the Syrian authorities, to implement the Envoy's six-point plan as annexed to resolution 2042 (2012), thus not permitting the creation of a political space that would allow for meaningful political dialogue, and calls upon all parties to recommit immediately and without waiting for the actions of others to a sustained cessation of violence in all its forms and implementation of the six-point plan;"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 2289 - 2: 2801; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:15; Peso do resultado: 0]*

4. "Noting the announced commitments by the Syrian authorities to reform, and regretting the lack of progress in implementation"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 1717 - 1: 1841; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:30; Peso do resultado: 0]*

#### **4.1.2. Falta de implementação das resoluções**

1. "Gravely concerned at the lack of effective implementation of its resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014) and 2258 (2016)"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 2: 621 - 2: 1675; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:42; Peso do resultado: 0]*

2. "fully and immediately implement all the provisions of Security Council resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014), 2199 (2015), 2254 (2015), 2258 (2015) and 2268 (2016)"  
*[S\_2016\_846\_E; Posição: 3: 320 - 3: 497; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:58; Peso do resultado: 0]*

## **4.2. Cooperação dos grupos armados**

1. "Demands that non-State armed groups in the Syrian Arab Republic also cooperate fully with and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor in connection with investigations and prosecutions undertaken pursuant to this resolution;"  
*[S\_2014\_348\_E; Posição: 2: 1518 - 2: 1773; Criado por: Luisa; 22/03/2021 06:57; Peso do resultado: 0]*
2. "Calls upon the parties to the conflict to support the United Nations' and its implementing partners' planning for, and actions to facilitate expeditiously, including through local agreements, the evacuation of the wounded and sick, the elderly, children and maternity cases from besieged and hard to reach areas to places of their choosing based solely on urgency and need, as well as all those wishing to depart Aleppo voluntarily, and stresses the need for civilians to be respected as such and permitted to move freely to places of their choosing;"  
*[S\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 1459 - 2: 2021; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:45; Peso do resultado: 0]*

3. "Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties provide delay-free and safe access to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and, as applicable, by the OPCW-United Nations Joint Investigative Mechanism (JIM), to the reported incident in Khan Shaykhun, including the site of the reported incident on 4 April, in accordance with resolution 2118 (2013), and requests that the FFM report the results of its investigation as soon as possible;"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 2: 29 - 2: 500; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:29; Peso do resultado: 0]*

4. "Recalls that in its resolutions 2118 (2013) and 2235 (2015) it decided that the Syrian Arab Republic and all parties in Syria shall cooperate fully with the OPCW including the FFM and the United Nations including the JIM"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 2: 865 - 2: 1089; Criado por: Luisa; 23/03/2021 02:50; Peso do resultado: 0]*

5. "Calls upon all parties within the Syrian Arab Republic, including State and non-State actors, to provide full cooperation with the FFM and JIM, and to facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites the JIM and FFM deem relevant within the scope of their mandate, in order for the FFM and the JIM to accomplish their mandates,"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 3: 1337 - 3: 1736; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:26; Peso do resultado: 0]*

6. "calls upon all parties to pause hostilities in the areas in which the FFM and the JIM require access"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 3: 1748 - 3: 1849; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:28; Peso do resultado: 0]*

7.

"Expresses its full support to the OPCW FFM, demands that all parties in the Syrian Arab Republic provide unhindered and safe access without delay to any sites deemed relevant by the OPCW FFM, and requests that the FFM report the results of its investigation of the alleged attack in Douma to the Director-General of the OPCW as soon as practicable;"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2193 - 2: 2548; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:49; Peso do resultado: 0]*

8.

"Calls upon all parties within the Syrian Arab Republic, to provide full cooperation with the FFM and UNIMI, and to facilitate immediate and unfettered, safe and secure access to witnesses, evidence, reporting, material and sites relevant to the investigation, in order for the FFM and the UNIMI to accomplish their mandates"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 3: 2291 - 3: 2621; Criado por: Luisa; 23/03/2021 04:23; Peso do resultado: 0]*

## 5. Mudança Política

### 5.1. Apoio ao Estado soberano da Síria

#### 1.

"Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of Syria,"

*[S\_2011\_612\_E; Posição: 1: 2107 - 1: 2228; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:37; Peso do resultado: 0]*

#### 2.

"Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria, and to the purposes and principles of the Charter,"

*[S\_2012\_538\_E; Posição: 1: 428 - 1: 591; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:36; Peso do resultado: 0]*

#### 3.

"Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria, emphasizing its intention to resolve the current political crisis in Syria peacefully"

*[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 1846 - 1: 2044; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:31; Peso do resultado: 0]*

#### 4.

"Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of the Syrian Arab Republic, and to the purposes and principles of the Charter of the United Nations"

*[S\_2014\_348\_E; Posição: 1: 1173 - 1: 1376; Criado por: Luisa; 21/03/2021 10:51; Peso do resultado: 0]*

5. "Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria, and to the purposes and principles of the Charter of the United Nations,"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 378 - 1: 565; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:09; Peso do resultado: 0]*

6. "Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria, and to the purposes and principles of the Charter of the United Nations,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 1: 868 - 1: 1053; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:19; Peso do resultado: 0]*

## 5.2. Ameaça à paz e segurança internacional

1.

"Determining that the situation in Syria constitutes a threat to international peace and security"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 2118 - 2: 2215; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:13; Peso do resultado: 0]*

2.

"They are deeply concerned at the failure to protect civilians, the intensification of the violence, the potential for even deeper conflict in the country and the regional dimensions of the problem. The S/2012/538 12-44757 5 unacceptable nature and magnitude of the crisis demands a common position and joint international action."

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 2746 - 5: 133; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:41; Peso do resultado: 0]*

3. "Mindful that stability in Syria is key to peace and stability in the region"  
*[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 1638 - 1: 1712; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:28; Peso do resultado: 0]*
4. "Determining that the situation in the Syrian Arab Republic constitutes a threat to international peace and security"  
*[S\_2014\_348\_E; Posição: 2: 208 - 2: 324; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:13; Peso do resultado: 0]*
5. "Emphasizing that the deteriorating humanitarian situation in Syria continues to constitute a threat to peace and security in the region, and will continue to deteriorate further in the absence of a full implementation of the cessation of hostilities and a political solution to the crisis, and stressing in this regard that there is no military solution to the conflict in Syria,"  
*[S\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 992 - 1: 1381; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:16; Peso do resultado: 0]*
6. "Emphasizing that the humanitarian and human rights situation in Syria continues to constitute a threat to peace and security in the region, and will continue to deteriorate further in the absence of a political solution to the crisis, and stressing in this regard that there is no military solution to the conflict in Syria,"  
*[S\_2016\_846\_E; Posição: 2: 2504 - 2: 2833; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:54; Peso do resultado: 0]*
7. "Recalling its determination that the use of chemical weapons in the Syrian Arab Republic represents a threat to international peace and security,"

### **5.3. Transição política**

1. "Stressing that the only solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process with the aim of effectively addressing the legitimate aspirations and concerns of the population which will allow the full exercise of fundamental freedoms for its entire population, including of the rights of freedom of expression, assembly and peaceful protest, and further stressing that such a political process can only be advanced through an environment free from any sort of violence, fear and intimidation,"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 1428 - 1: 1974; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:32; Peso do resultado: 0]*
2. "Calls for an inclusive Syrian-led political process conducted in an environment free from violence, fear, intimidation, and extremism, and aimed at effectively addressing the legitimate aspirations and concerns of Syria's population, and encourages the Syrian opposition and all sections of Syrian society to contribute to such a process,"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1771 - 2: 2118; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:19; Peso do resultado: 0]*
3. ", as part of the necessary conditions for a political transition,"  
*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 513 - 2: 579; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:59; Peso do resultado: 0]*
4. "noting that progress towards an atmosphere of safety and calm is key to enabling a credible transition,"



*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 1401 - 2: 1509; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:08; Peso do resultado: 0]*

5. "facilitating a Syrian-led political transition"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 3280 - 2: 3326; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:30; Peso do resultado: 0]*

6. "Syrian-led political transition"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 1148 - 3: 1179; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:48; Peso do resultado: 0]*

7.

"The members of the Action Group are committed to the sovereignty, independence, national unity and territorial integrity of the Syrian Arab Republic. They are determined to work urgently and intensively to bring about an end to the violence and human rights abuses, and to facilitate the launch of a Syrian-led political process leading to a transition that meets the legitimate aspirations of the Syrian people and enables them independently and democratically to determine their own future"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 5: 138 - 5: 639; Criado por: Luisa; 18/03/2021 16:27; Peso do resultado: 0]*

8.

"Demands the full and immediate implementation of the political process outlined in resolution 2254, and in that respect reiterates that the only sustainable solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process that meets the legitimate aspirations of the Syrian people in line with the Geneva Communiqué and resolution 2254, and in this regard strongly supports the intention of the Secretary-General, through his good offices and the efforts of his Special Envoy for Syria, to convene formal negotiations as soon as possible;"

*[S\_2016\_1026\_E; Posición: 3: 1768 - 3: 2349; Creado por: luisa; 22/03/2021 08:13; Peso do resultado: 0]*

## 6. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário (+) (+)

### 6.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário (+) (+)

1. "cease violations of human rights, comply with their obligations under applicable international law, and cooperate fully with the office of the High Commissioner for Human Rights;"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 2: 869 - 2: 1052; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:59; Peso do resultado: 0]*
2. "Condemning the continued widespread violations of human rights by the Syrian authorities, as well as any human rights abuses by armed opposition groups,"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1512 - 1: 1665; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:44; Peso do resultado: 0]*
3. "an immediate end to all violence and human rights violations"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 2: 3183 - 2: 3242; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:29; Peso do resultado: 0]*
4. "Condemns the continued widespread and gross violations of human rights and fundamental freedoms by the Syrian authorities, such as the use of force against civilians, arbitrary executions, killing and persecution of protestors and members of the media, arbitrary detention, enforced disappearances, interference with access to medical treatment, torture, sexual violence, and ill-treatment, including against children"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 288 - 2: 714; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:36; Peso do resultado: 0]*

5. "Taking note of the reports of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic, mandated by the Human Rights Council to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in the Syrian Arab Republic, to establish the facts and circumstances that may amount to such violations and of the crimes perpetrated and, where possible, to identify those responsible with a view to ensuring that perpetrators of violations, including those that may constitute crimes against humanity, are held accountable,"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 1585 - 1: 2158; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:03; Peso do resultado: 0]*

6. "Recalling the statements made by the Secretary-General and the United Nations High Commissioner for Human Rights that crimes against humanity and war crimes are likely to have been committed in the Syrian Arab Republic,"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 2161 - 1: 2383; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:02; Peso do resultado: 0]*

7. "Reaffirms its strong condemnation of the widespread violations of human rights and international humanitarian law by the Syrian authorities and pro-government militias, as well as the human rights abuses and violations of international humanitarian law by non-State armed groups, all committed in the course of the ongoing conflict in the Syrian Arab Republic since March 2011,"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 2: 394 - 2: 779; Criado por: Luisa; 22/03/2021 06:00; Peso do resultado: 0]*

8. "Gravely distressed by the continued deterioration of the devastating humanitarian situation in Syria, and the fact that now more than 13.5 million people are in need of humanitarian assistance in Syria, and that about 6.1 million people are internally displaced (in addition to the half a million Palestinian refugees who had settled in Syria), and several hundred thousand people are suffering in besieged areas,"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 567 - 1: 989; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:12; Peso do resultado: 0]*

9. "Demands that all parties to the Syrian conflict, in particular the Syrian authorities, immediately comply with their obligations under international humanitarian law and international human rights law as applicable, including with respect to all besieged and hard-to-reach areas, and fully and immediately implement all the provisions of resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014), 2199 (2015), 2254 (2015), 2258 (2015) and 2268 (2016)"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 648 - 2: 1098; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:32; Peso do resultado: 0]*

10. "Calls upon the parties to the conflict to support the United Nations' and its implementing partners' planning for, and actions to facilitate expeditiously, including through local agreements, the evacuation of the wounded and sick, the elderly, children and maternity cases from besieged and hard to reach areas to places of their choosing based solely on urgency and need, as well as all those wishing to depart Aleppo voluntarily, and stresses the need for civilians to be respected as such and permitted to move freely to places of their choosing;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 1459 - 2: 2021; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:46; Peso do resultado: 0]*

11.

#Reaffirms that Member States must ensure that any measure taken to combat terrorism comply with all their obligations under international law, in particular international human rights, refugee and humanitarian law;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 3: 1539 - 3: 1761; Criado por: luisa; 22/03/2021 08:12; Peso do resultado: 0]*

12.

"Gravely distressed by the continued deterioration of the devastating humanitarian situation in Syria, and the fact that now more than 13.5 million people are in need of humanitarian assistance in Syria, and that about 6.1 million people are internally displaced (in addition to the half a million Palestinian refugees who had settled in Syria), several hundred thousands of people are suffering in besieged areas, Expressing outrage at the alarming number of civilian casualties caused by escalating level of violence and intensified campaigns, in recent days, of indiscriminate aerial bombings in Aleppo and recalling in this regard the statements made on 25th September by the Secretary General's Special Envoy for Syria, Staffan de Mistura, reporting a situation in eastern Aleppo that "deteriorates to new heights of horror", as well as by Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator, Stephen O'Brien, on 29th September, reporting a situation of "now besieged eastern Aleppo""

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 1: 1057 - 1: 2099; Criado por: luisa; 22/03/2021 08:21; Peso do resultado: 0]*

13.

"Gravely concerned at the lack of effective implementation of its resolutions 2139 (2014), 2165 (2014), 2191 (2014) and 2258 (2016) and recalling in this regard the legal obligations of all parties under international humanitarian law and international human rights law, as well as all the relevant decisions of the Security Council, including by ceasing all attacks against civilians and civilian objects, including those involving attacks on schools, medical facilities and the deliberate interruptions of water supply, the indiscriminate use of weapons, including artillery, barrel bombs and air strikes, indiscriminate shelling by mortars, car bombs, suicide attacks and tunnel bombs, as well as the use of starvation of civilians as a method of combat, including by the besiegement of populated areas, and the

widespread use of torture, ill-treatment, arbitrary executions, extrajudicial killings, enforced disappearances, sexual and gender-based violence, as well as all grave violations and abuses committed against children,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 2: 621 - 2: 1675; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:23; Peso do resultado: 0]*

14.

"Strongly condemning the widespread violations and abuses of human rights and violations of international humanitarian law, stressing the need to end impunity for these violations and abuses, and re-emphasizing in this regard the need that those who have committed or are otherwise responsible for such violations and abuses in Syria must be brought to justice,"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 2: 2133 - 2: 2500; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:56; Peso do resultado: 0]*

15.

"affirming that the use of chemical weapons constitutes a serious violation of international law,"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 924 - 1: 1021; Criado por: Luisa; 26/07/2021 18:03; Peso do resultado: 0]*

16.

"Reaffirming that the use of chemical weapons constitutes a serious violation of international law"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 967 - 1: 1065; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:08; Peso do resultado: 0]*

17.

"affirming that the use of chemical weapons constitutes a serious violation of international law,"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 1396 - 1: 1493; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:38; Peso do resultado: 0]*

## 6.2. Direitos fundamentais

1. "allow the full exercise of human rights and fundamental freedoms by its entire population, including rights of freedom of expression and peaceful assembly, release all political prisoners and detained peaceful demonstrators, and lift restrictions on all forms of media;"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1059 - 2: 1335; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:06; Peso do resultado: 0]*
2. "to enjoy the freedom to assemble, including to demonstrate peacefully and freedom of movement for journalists throughout the country"  
*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 377 - 2: 512; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:58; Peso do resultado: 0]*
3. "guarantee the freedom of peaceful demonstrations;"  
*IS\_2012\_77\_E; Posição: 2: 2020 - 2: 2069; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:23; Peso do resultado: 0]*

### 6.2.1. Segurança dos deslocados

1. "ensure the safe and voluntary return of those who have fled the violence to their homes;"  
*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1674 - 2: 1765; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:17; Peso do resultado: 0]*



2. "Expresses grave concern at the increasing numbers of refugees and internally displaced persons as a result of the ongoing violence, and reiterates its appreciation of the significant efforts that have been made by the States bordering Syria to assist those who have fled across Syria's borders as a consequence of the violence, a"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 1188 - 3: 1524; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:51; Peso do resultado: 0]*

3. "Underscoring the importance of ensuring the voluntary return of refugees and internally displaced persons to their homes in safety and with dignity,"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 1485 - 1: 1634; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:26; Peso do resultado: 0]*

## 6.2.2. Libertação de presos políticos

1. "release all political prisoners and detained peaceful demonstrators, and lift restrictions on all forms of media"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1219 - 2: 1332; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:08; Peso do resultado: 0]*

2. "Condemning the continued detention of thousands of Syrians in networks of Government-run facilities and deploring that there is no freedom of assembly contrary to points 4 and 6 of the six-point plan, and recalling the urgency of intensifying the pace and scale of release of arbitrarily detained persons, and reiterating the need for Syrians to enjoy the freedom to assemble, including to demonstrate peacefully and freedom of movement for journalists throughout the country, as part of the necessary conditions for a political transition"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 26 - 2: 576; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:56; Peso do resultado: 0]*

3. "release all persons detained arbitrarily due to the recent incidents;"

[S\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1817 - 2: 1885; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:22; Peso do resultado: 0]

### 6.3. **Comissão Internacional Independete Síria**

1. "Taking note of the reports of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic, mandated by the Human Rights Council to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in the Syrian Arab Republic, to establish the facts and circumstances that may amount to such violations and of the crimes perpetrated and, where possible, to identify those responsible with a view to ensuring that perpetrators of violations, including those that may constitute crimes against humanity, are held accountable;"

[S\_2014\_348\_E; Posição: 1: 1585 - 1: 2158; Criado por: Luisa; 21/03/2021 10:58; Peso do resultado: 0]

2. "Taking note of the decision of the Secretary-General to establish an internal United Nations Board of Inquiry on the incident involving bombing of a United Nations-Syrian Arab Red Crescent relief operation to Urum al-Kubra, Syria, on 19 September 2016, urging all parties concerned to cooperate fully with the Board and underlining the importance of completing the investigation without delay with a view to hold the perpetrators accountable;"

[S\_2016\_846\_E; Posição: 2: 1679 - 2: 2130; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:53; Peso do resultado: 0]

## 7. R2P

### 7.1. Responsabilidade Primária

#### 1.

"Recalling the Syrian Government's primary responsibility to protect its population,"

*[S\_2011\_612\_E; Posição: 1: 1044 - 1: 1129; Criado por: Luis; 18/03/2021 07:27; Peso do resultado: 0]*

#### 2.

"stresses that the primary responsibility in this regard lies with the Syrian authorities"

*[S\_2012\_538\_E; Posição: 4: 286 - 4: 375; Criado por: Luis; 18/03/2021 11:20; Peso do resultado: 0]*

#### 3.

"failure to protect civilians,"

*[S\_2012\_538\_E; Posição: 4: 2780 - 4: 2809; Criado por: Sara; 26/07/2021 17:57; Peso do resultado: 0]*

#### 4.

"cease all violence and protect its population,"

*[S\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1763 - 2: 1808; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:22; Peso do resultado: 0]*

## 8. Carta das Nações Unidas (+) (+) (+) (+)

### 8.1. Carta das Nações Unidas (+) (+) (+) (+)

#### 1.

"Calls upon all States to exercise vigilance and restraint over the direct or indirect supply, sale or transfer to Syria of arms and related materiel of all types, as well as technical training, financial resources or services, advice, or other services or assistance related to such arms and related materiel"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 3: 29 - 3: 34I; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:29; Peso do resultado: 0]*

#### 2.

"including measures under Article 41 of the Charter of the United Nations"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 3: 622 - 3: 695; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:15; Peso do resultado: 0]*

#### 3.

"Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Expresses grave concern at the escalation of violence, and the failure of the parties, in particular the Syrian authorities, to implement the Envoy's six-point plan as annexed to resolution 2042 (2012), thus not permitting the creation of a political space that would allow for meaningful political dialogue, and calls upon all parties to recommit immediately and without waiting for the actions of others to a sustained cessation of violence in all its forms and implementation of the six-point plan;

2. Endorses in full the 30 June Action Group Final Communiqué and its underlying guidelines and principles (Annex);"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 2220 - 2: 2924; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:16; Peso do resultado: 0]*

4. "Decides that, if the Syrian authorities have not fully complied with paragraph 4 above within ten days, then it shall impose immediately measures under Article 41 of the UN Charter"

*[S\_2012\_538\_E; Posição: 4: 1115 - 4: 1298; Criado por: Luisa; 18/03/2021 15:11; Peso do resultado: 0]*

5. "noting that nothing in this resolution authorizes measures under Article 42 of the Charter"

*[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 2050 - 1: 2142; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:33; Peso do resultado: 0]*

6. "Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Reaffirms its strong condemnation of the widespread violations of human rights and international humanitarian law by the Syrian authorities and pro-government militias, as well as the human rights abuses and violations of international humanitarian law by non-State armed groups, all committed in the course of the ongoing conflict in the Syrian Arab Republic since March 2011; 2. Decides to refer the situation in the Syrian Arab Republic described in paragraph 1 above since March 2011 to the Prosecutor of the International Criminal Court; 3. Decides also that the Government of the Syrian Arab Republic shall cooperate fully with and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor, including by implementing fully the Agreement on the Privileges and Immunities of the International Criminal Court, pursuant to this resolution and, while recognizing that States not party to the Rome Statute have no obligation under the Statute, strongly urges all States and concerned regional and other international organizations to cooperate fully with the Court and the Prosecutor; 4. Demands that non-State armed groups in the Syrian Arab Republic also cooperate fully and provide any necessary assistance to the Court and the Prosecutor in connection with investigations and prosecutions undertaken pursuant to this resolution; 5. Expresses its commitment to an effective follow-up of the present resolution; 6. Recalls the guidance issued by the Secretary-General on contacts with persons who are the subject of arrest warrants or summonses issued by the

International Criminal Court; 7. Decides that nationals, current or former officials or personnel from a State outside the Syrian Arab Republic which is not a party to the Rome Statute of the International Criminal Court shall be subject to the exclusive jurisdiction of that State for all alleged acts or omissions arising out of or related to operations in the Syrian Arab Republic established or authorized by the Council, unless such exclusive jurisdiction has been expressly waived by the State; 8. Recognizes that none of the expenses incurred in connection with the referral, including expenses related to investigations or prosecutions in connection with that referral, shall be borne by the United Nations and that such costs shall be borne by the parties to the Rome Statute and those States that wish to contribute voluntarily and encourages States to make such contributions, noting the need for funding of expenses related to investigations or prosecutions of the International Criminal Court, including in connection with situations referred to the Court by the Security Council, as stated in General Assembly resolution 67/295"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 2: 328 - 2: 3177; Criado por: Luisa; 22/03/2021 05:39; Peso do resultado: 0]*

7.

"Emphasizing that the deteriorating humanitarian situation in Syria continues to constitute a threat to peace and security in the region, and will continue to deteriorate further in the absence of a full implementation of the cessation of hostilities and a political solution to the crisis, and stressing in this regard that there is no military solution to the conflict in Syria,"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 992 - 1: 1381; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:23; Peso do resultado: 0]*

8.

"Recalling that Member States are obligated under Article 25 of the Charter of the United Nations to accept and carry out the Council's decisions"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 1587 - 1: 1732; Criado por: Luisa; 22/03/2021 07:22; Peso do resultado: 0]*

9.

"Recalling that Member States are obligated under Article 25 of the Charter of the United Nations to accept and carry out the Council's decisions,"

*[S\_2016\_846\_E; Posição: 2: 3446 - 2: 3592; Criado por: luisa; 22/03/2021 08:54; Peso do resultado: 0]*

**10.**

"Recalls its decision in response to violations of resolution 2118 to impose measures under Chapter VII of the Charter of the United Nations;"

*[S\_2017\_315\_E; Posição: 2: 2714 - 2: 2855; Criado por: luisa; 23/03/2021 02:55; Peso do resultado: 0]*

**11.**

"Recalling the decisions taken by the Security Council in resolutions 2118 (2013), 2209 (2015) and 2235 (2015) that in the event of future non-compliance with resolution 2118 (2013), the Security Council will impose measures under Chapter VII of the United Nations Charter;"

*[S\_2017\_962\_E; Posição: 2: 434 - 2: 711; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:17; Peso do resultado: 0]*

## **8.1. P5 CSNU**

### **8.1.1. France**

**1.**

"France"

*[S\_2012\_538\_E; Posição: 1: 132 - 1: 137; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*

2.  
"France"  
*[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 160 - 1: 165; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*
3.  
"France"  
*[S\_2014\_348\_E; Posição: 1: 348 - 1: 353; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*
4.  
"France"  
*[S\_2016\_846\_E; Posição: 1: 260 - 1: 265; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*
5.  
"France"  
*[S\_2017\_315\_E; Posição: 1: 127 - 1: 132; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*
6.  
"France"  
*[S\_2017\_884\_E; Posição: 1: 241 - 1: 246; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*
7.  
"France"



*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 131 - 1: 136; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*

8.  
"France"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 194 - 1: 199; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:07; Peso do resultado: 0]*

## **8.1.2. United States of America**

1.  
"United States of America"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 218 - 1: 241; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

2.  
"United States of America"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 354 - 1: 377; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

3.  
"United States of America"

*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 920 - 1: 945; Criado por: luisa; 21/03/2021 10:48; Peso do resultado: 0]*

4.  
"United States of America"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 1: 621 - 1: 646; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:21; Peso do resultado: 0]*

5. "United States of America"

*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 194 - 1: 217; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

6. "United States of America"

*IS\_2017\_884\_E; Posição: 1: 567 - 1: 590; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

7. "United States of America"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 229 - 1: 252; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

8. "United States of America"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 1: 455 - 1: 478; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*

### 8.1.3. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (+)

1. "United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 164 - 1: 217; Criado por: Luisa; 18/03/2021 13:50; Peso do resultado: 0]*

2.

- "United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 295 - 1: 349; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:17; Peso do resultado: 0]*
3.  
", United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2014\_348\_E; Posição: 1: 859 - 1: 914; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:22; Peso do resultado: 0]*
4.  
"United  
Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2016\_846\_E; Posição: 1: 561 - 1: 615; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:21; Peso do resultado: 0]*
5.  
"United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2017\_315\_E; Posição: 1: 135 - 1: 186; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:20; Peso do resultado: 0]*
6.  
"United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2017\_884\_E; Posição: 1: 508 - 1: 560; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:20; Peso do resultado: 0]*
7.  
"United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"  
*IS\_2017\_962\_E; Posição: 1: 170 - 1: 223; Criado por: luisa; 18/03/2021 14:19; Peso do resultado: 0]*

8.

"United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland"

[S\_2018\_321\_E; Posição: 1: 396 - 1: 449; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:18; Peso do resultado: 0]

## 9. Ajuda Humanitária (+)

### 9.1. Ajuda Humanitária (+)

1. ", and the Secretary-General's call for the Syrian Government to allow unhindered and sustained access for humanitarian aid and humanitarian organizations, welcoming OCHA's humanitarian assessment mission and urging the Syrian authorities to cooperate comprehensively with the United Nations,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 1: 1128 - 1: 1426; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:28; Peso do resultado: 0]*

2. "alleviate the humanitarian situation in crisis areas, including by allowing expeditious, unhindered and sustained access for internationally recognized human rights monitors, humanitarian agencies and workers, and restoring basic services including access to hospitals;"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 1391 - 2: 1665; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:10; Peso do resultado: 0]*

3. "Deploing the deteriorating humanitarian situation and the failure to ensure timely provision of humanitarian assistance to all areas affected by the fighting contrary to point 3 of the Envoy's six-point plan, reiterating its call for the Syrian parties to allow immediate, full and unimpeded access of humanitarian personnel to all populations in need of assistance, in particular to civilian populations in need of evacuation,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1910 - 1: 2347; Criado por: Luisa; 18/03/2021 14:44; Peso do resultado: 0]*

4.  
"securing humanitarian access"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 3247 - 2: 3274; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:30; Peso do resultado: 0]*

5.  
"requesting UNHCR to provide assistance as requested by member states receiving these displaced persons;"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 1528 - 3: 1632; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:52; Peso do resultado: [40]*

6.  
"Calls upon the Syrian authorities to allow safe and unhindered access for humanitarian assistance in order to ensure the delivery of humanitarian aid to persons in need of assistance;"

*IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 1417 - 3: 1603; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:51; Peso do resultado: 0]*

7.  
"Decides that all parties to the Syrian conflict shall cease, 24 hours after the adoption of this resolution, any and all attacks in the city of Aleppo, including with any weapons, including rockets, mortars, and anti-tank guided missiles, and including shelling and airstrikes, to allow urgent humanitarian needs to be addressed for a period of 7 days and expresses its intention to consider further extensions for 7-day periods on a recurring basis, and demands that all parties allow and facilitate immediate, safe, sustained and unimpeded humanitarian access to all of Aleppo by the United Nations and its implementing partners;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 1: 1740 - 1: 2384; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:28; Peso do resultado: 0]*

8. "Urges immediate implementation of the cessation of hostilities as well as immediate, safe and unhindered humanitarian access throughout Syria"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 655 - 3: 798; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:12; Peso do resultado: 0]*

9. "Demands all parties to comply with United Nations and their implementing partners requests for humanitarian access including by observing the cessation of hostilities as described in resolution 2268 (2016), and ending all bombardments of and military flights over Aleppo city, in order to facilitate safe and unhindered humanitarian access including to all of Aleppo by the United Nations and their implementing partners, recognizing this requires a sustained absence of violence as determined sufficient by the United Nations and their implementing partners to allow humanitarian assistance;"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 1738 - 3: 2345; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:05; Peso do resultado: 0]*

10. "Underlines that humanitarian access should be to the full number of people in need as identified by the United Nations and their implementing partners, with the full spectrum of humanitarian assistance as determined by the United Nations and their implementing partners, and evacuation of urgent medical cases should be facilitated by all sides based solely on urgency and need"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 2350 - 3: 2734; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:03; Peso do resultado: 0]*

11. "Reiterates its demand, reminding in particular the Syrian authorities, that all parties facilitate safe and unimpeded passage for medical personnel and humanitarian personnel exclusively engaged in medical duties, their equipment, transport and supplies, including surgical items, to all people in need, particularly in Douma, consistent with international humanitarian law;"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 2555 - 2: 2937; Criado por: luisa; 23/03/2021 03:50; Peso do resultado: 0]*

## **10. Intervenção externa**

### **10.1. Grupos Terroristas**

1.

"some of which are indicative of the presence of well-organised terrorist groups,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 1: 1825 - 1: 1908; Criado por: luisa; 26/07/2021 18:10; Peso do resultado: 0]*

2.

"6. Calls upon all States to stem the flow of foreign terrorist fighters, and recalls its decision in paragraph 2 of resolution 2253 with respect to ensuring that no funds, financial assets or economic resources are made available to ISIL (also known as Da'esh), Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities and its clarification in paragraph 19 that the obligation in paragraph 1(d) of resolution 1373 (2001) applies to making funds, financial assets or economic resources or financial or other related services available, directly or indirectly, for the benefit of terrorist organizations or individual terrorists for any purpose; 7. Demands all parties to the conflict cease all collaboration with ISIL, Al-Nusra Front (ANF), and other terrorist groups, as designated by the Security Council; and further demands that all combatants not designated by the Security Council take steps to separate expeditiously from terrorists designated by the Security Council, and also demands members of the International Syria Support Group to dissuade any party from fighting in collaboration with terrorists designated by the Security Council;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 2: 2024 - 2: 3210; Criado por: luisa; 22/03/2021 07:53; Peso do resultado: 0]*



3. "Prevent and suppress terrorist acts committed specifically by ISIL, Al-Nusra Front (ANF), and all other individuals, groups, undertakings, and entities associated with Al-Qa'ida or ISIL, and other terrorist groups, as designated by the Security Council, and to eradicate the safe haven they have established over significant parts of Syria;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 3: 1190 - 3: 1537; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:34; Peso do resultado: 0]*

4. "Strongly condemning the increased terrorist attacks resulting in numerous casualties and destruction carried out by the control of Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Da'esh), Al Nusra Front (ANF) and all other S/2016/846 2/4 16-17502 individuals, groups, undertakings and entities associated with Al Qaeda or ISIL (also known as Daesh), and other terrorist groups, as designated by the Security Council, and reiterating its call on all parties to commit to putting an end to terrorist acts perpetrated by such organizations and individuals while reaffirming that terrorism in all its forms constitutes one of the most serious threats to international peace and security, and that any acts of terrorism are criminal and unjustifiable, regardless of their motivation, wherever, whenever, and by whomsoever committed"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 1: 2104 - 2: 616; Criado por: Luisa; 22/03/2021 11:39; Peso do resultado: 0]*

5. "Calls on all parties to prevent material and financial support from reaching individuals, groups, undertakings and entities associated with Al Qaeda or ISIL (also known as Daesh), and other terrorist groups, as designated by the Security Council, and urges members of the International Syria Support Group to dissuade any party from fighting in collaboration with them"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 917 - 3: 1293; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:15; Peso do resultado: 0]*

6. "Reaffirming its grave concern that the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Da'esh), and other individuals, groups, undertakings and entities associated with ISIL (Da'esh) or Al-Qaida, including but not limited to foreign terrorist fighters who have joined ISIL (Da'esh) in Syria, groups that have pledged allegiance to ISIL (Da'esh), and Al-Nusra Front (ANF), continue operating in the Syrian Arab Republic"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 2: 714 - 2: 1151; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:18; Peso do resultado: 0]*

7. "Recalling that resolution 2319 (2016) encouraged the JIM, where relevant, to consult appropriate United Nations counter-terrorism and non-proliferation bodies, in particular, the 1540 Committee and the 1267/1989/2253 ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions Committee, in order to exchange information on non-State actors' perpetration, organization, sponsorship, or other involvement in the use of chemicals as weapons in the Syrian Arab Republic where the OPCW Fact-Finding Mission determines or has determined that a specific incident in the Syrian Arab Republic involved or likely involved the use of chemical weapons,"

*IS\_2017\_962\_E; Posição: 2: 1680 - 2: 2313; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:20; Peso do resultado: 0]*

8. "Reaffirming their grave concern that the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Da'esh) and other individuals, groups, undertakings, and entities associated with ISIL (Da'esh) or Al-Qaida, including but not limited to foreign terrorist fighters who have joined ISIL (Da'esh) in Syria, groups that have pledged allegiance to ISIL (Da'esh), and Al-Nusra Front (ANF), continue operating in the Syrian Arab Republic"

*IS\_2018\_321\_E; Posição: 2: 26 - 2: 464; Criado por: Luisa; 23/03/2021 03:42; Peso do resultado: 0]*

## 10.2. Pacificação diplomática do conflito

1. "reaffirming the need to resolve the current crisis in Syria peacefully"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 1: 2369 - 1: 2440; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:41; Peso do resultado: 0]*
2. "Demands an immediate end to all violence and urges all sides to reject violence and extremism;"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 2: 598 - 2: 694; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:54; Peso do resultado: 0]*
3. "Requests the Secretary-General to continue to urge the Syrian Government to implement paragraphs 2 and 4 above, including by appointing at the appropriate time a Special Envoy in consultation with the Security Council,"  
*[S\_2011\_612\_E; Posição: 2: 2124 - 2: 2345; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:32; Peso do resultado: 0]*
4. "Stressing that rapid progress on a political solution represents the best opportunity to resolve the situation in Syria peacefully"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 2: 1170 - 2: 1301; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:07; Peso do resultado: 0]*
5. "thus not permitting the creation of a political space that would allow for meaningful political dialogue"  
*[S\_2012\_538\_E; Posição: 2: 2496 - 2: 2601; Criado por: Luisa; 26/07/2021 18:15; Peso do resultado: 0]*

6. "Welcoming the League of Arab States' Action Plan of 2 November 2011 and its subsequent decisions, including its decision of 22 January 2012, which aims to achieve a peaceful resolution of the crisis,"

[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 895 - 1: 1097; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:21; Peso do resultado: 0]

7.

"Demands the full and immediate implementation of the political process outlined in resolution 2254, and in that respect reiterates that the only sustainable solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process that meets the legitimate aspirations of the Syrian people in line with the Geneva Communiqué and resolution 2254, and in this regard strongly supports the intention of the Secretary-General, through his good offices and the efforts of his Special Envoy for Syria, to convene formal negotiations as soon as possible;"

[S\_2016\_1026\_E; Posição: 3: 1768 - 3: 2349; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:13; Peso do resultado: 0]

### 10.2.1. Plano do Enviado Especial

1.

"Demands the urgent, comprehensive, and immediate implementation of, all elements of the Envoy's six-point proposal as annexed to resolution 2042 (2012) aimed at bringing an immediate end to all violence and human rights violations, securing humanitarian access and facilitating a Syrian-led political transition as S/2012/538 12-44/57 3 outlined in the Annex, leading to a democratic, plural political system, in which citizens are equal regardless of their affiliations, ethnicities or beliefs, including through commencing a comprehensive political dialogue between the Syrian authorities and the whole spectrum of the Syrian opposition;"

[S\_2012\_538\_E; Posição: 2: 3009 - 3: 334; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:28; Peso do resultado: 0]

2. "Having considered the Secretary-General's report on UNSMIS dated 6 July 2012, commending United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) personnel for their continued efforts in a dangerous and volatile environment, and deploring that, due to the failure of the parties to implement the six-point plan and to the level of violence, monitoring access restrictions and direct targeting, the Mission's operational activities were rendered unworkable, and supporting the Secretary-General's recommendation that a shift in Mission structure and focus should be considered,"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 581 - 2: 1168; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:05; Peso do resultado: 0]*

3. "Demands that all Syrian parties work with the Office of the Joint Special Envoy to implement rapidly the transition plan set forth in the Final Communiqué in a way that assures the safety of all in an atmosphere of stability and calm;"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 1654 - 3: 1892; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:00; Peso do resultado: 0]*

4. "Decides to renew the mandate of the United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) for a period of 45 days, on the basis of the Secretary-General's recommendation to reconfigure the Mission to increase support for dialogue with and between the parties, and enhance attention to the political track and rights' issues across the six-point plan"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 2423 - 3: 2778; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:07; Peso do resultado: 0]*

5. "demands that the parties guarantee the safety of UNSMIS personnel without prejudice to its freedom of movement and access"

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 155 - 4: 279; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:12; Peso do resultado: 0]*

6. "Welcoming the League of Arab States' Action Plan of 2 November 2011 and its subsequent decisions, including its decision of 22 January 2012, which aims to achieve a peaceful resolution of the crisis,"

[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 895 - 1: 1097; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:21; Peso do resultado: 0]

7.

"5. Demands that the Syrian government, in accordance with the Plan of Action of the League of Arab States of 2 November 2011 and its decision of 22 January 2012, without delay:

- (a) cease all violence and protect its population;
- (b) release all persons detained arbitrarily due to the recent incidents;
- (c) withdraw all Syrian military and armed forces from cities and towns, and return them to their original home barracks;
- (d) guarantee the freedom of peaceful demonstrations;
- (e) allow full and unhindered access and movement for all relevant League of Arab States' institutions and Arab and international media in all parts of Syria to determine the truth about the situation on the ground and monitor the incidents taking place; and
- (f) allow full and unhindered access to the League of Arab States' observer mission;"

[S\_2012\_77\_E; Posição: 2: 1575 - 2: 2427; Criado por: Luisa; 21/03/2021 11:22; Peso do resultado: 0]

### **10.2.1.1. Missão LNSMIS**

1.

"Demands the urgent, comprehensive, and immediate implementation of, all elements of the Envoy's six-point proposal as annexed to resolution 2042 (2012) aimed at bringing an immediate end to all violence and human rights violations, securing humanitarian access

and facilitating a Syrian-led political transition as S/2012/538 12-44757 3 outlined in the Annex, leading to a democratic, plural political system, in which citizens are equal regardless of their affiliations, ethnicities or beliefs, including through commencing a comprehensive political dialogue between the Syrian authorities and the whole spectrum of the Syrian opposition;”

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 3009 - 3: 334; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:28; Peso do resultado: 0]*

2.

“Having considered the Secretary-General’s report on UNSMIS dated 6 July 2012, commending United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) personnel for their continued efforts in a dangerous and volatile environment, and deploring that, due to the failure of the parties to implement the six-point plan and to the level of violence, monitoring access restrictions and direct targeting, the Mission’s operational activities were rendered unworkable, and supporting the Secretary-General’s recommendation that a shift in Mission structure and focus should be considered,”

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 2: 581 - 2: 1168; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:05; Peso do resultado: 0]*

3.

“Decides to renew the mandate of the United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) for a period of 45 days, on the basis of the Secretary-General’s recommendation to reconfigure the Mission to increase support for dialogue with and between the parties, and enhance attention to the political track and rights’ issues across the six-point plan”

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 3: 2423 - 3: 2778; Criado por: Luisa; 18/03/2021 11:07; Peso do resultado: 0]*

4.

“demands that the parties guarantee the safety of UNSMIS personnel without prejudice to its freedom of movement and access”

*IS\_2012\_538\_E; Posição: 4: 155 - 4: 279; Criado por: Luisa; 18/03/2021 12:54; Peso do resultado: 0]*

### 10.3. Intervenção de Estados

1. "Welcoming the engagement of the Secretary-General and the League of Arab States, and all other diplomatic efforts aimed at addressing this situation, including those of Turkey, Russia, Brazil, India, South Africa, and regretting the lack of a substantive response by the Syrian authorities to these demands,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 26 - 2: 338; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:45; Peso do resultado: 01*

2. "and encourages all States and regional organizations to contribute to this objective;"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 2347 - 2: 2435; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:25; Peso do resultado: 01*

3. "Calls upon all relevant Member States, in particular the members of the International Syria Support Group, to coordinate efforts in order to: (i) Ensure adequate monitoring of the ceasefire in the city of Aleppo as well as the cessation of hostilities throughout Syria in accordance with the procedures set out by the Co-Chairs of the International Syria Support Group; (ii) Allow and facilitate immediate, unimpeded and sustained humanitarian access to all areas, including to besieged and hard to reach areas throughout Syria, on the basis of needs assessed by the United Nations and its implementing partners; (iii) Prevent and suppress terrorist acts committed specifically by ISIL, Al-Nusra Front (ANF), and all other individuals, groups, undertakings, and entities associated with Al-Qa'ida or ISIL, and other terrorist groups, as designated by the Security Council, and to eradicate the safe haven they have established over significant parts of Syria;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 3: 556 - 3: 1536; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:08; Peso do resultado: 01*



4.

"1. Reaffirms that Member States must ensure that any measures taken to combat terrorism comply with all their obligations under international law, in particular international human rights, refugee and humanitarian law;"

*IS\_2016\_1026\_E; Posição: 3: 1539 - 3: 1761; Criado por: Luisa; 22/03/2021 08:12; Peso do resultado: 0]*

5.

"requests the Secretary-General to propose options to this effect, with a view to a swift implementation, and encourages all member States, especially the members of the International Syria Support Group, to increase their contribution to the information of the monitoring mechanism;"

*IS\_2016\_846\_E; Posição: 3: 1442 - 3: 1733; Criado por: Luisa; 22/03/2021 12:08; Peso do resultado: 0]*

#### **10.4. Intervenção de Organizações Internacionais**

1.

"Welcoming the engagement of the Secretary-General and the League of Arab States, and all other diplomatic efforts aimed at addressing this situation, including those of Turkey, Russia, Brazil, India, South Africa, and regretting the lack of a substantive response by the Syrian authorities to these demands,"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 26 - 2: 340; Criado por: Luisa; 18/03/2021 07:48; Peso do resultado: 0]*

2.

"and encourages all States and regional organizations to contribute to this objective;"

*IS\_2011\_612\_E; Posição: 2: 2347 - 2: 2435; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:26; Peso do resultado: 0]*

3. "Encourages in this regard the League of Arab states to continue efforts aimed at ending the violence and promoting such an inclusive Syrian-led political process;"

[S\_2011\_612\_E; Posição: 2: 2441 - 2: 2608; Criado por: Luisa; 18/03/2021 08:22; Peso do resultado: 0]

4.

"Reaffirming also its support to the Joint Special Envoy for the United Nations and the League of Arab States, Kofi Annan, and his work, following General Assembly resolution A/RES/66/253 of 16 February 2012 and relevant resolutions of the League of Arab States, aimed at securing full implementation of his six-point plan in its entirety, as annexed to resolution 2042 (2012),"

[S\_2012\_538\_E; Posição: 1: 593 - 1: 976; Criado por: Luisa; 18/03/2021 09:38; Peso do resultado: 0]

5.

"Welcoming the Syrian Opposition Conference held under the auspices of the League of Arab States in Cairo on July 3, 2012, as part of the efforts of the League of Arab States to engage the whole spectrum of the Syrian opposition, and encouraging greater cohesion among the opposition"

[S\_2012\_538\_E; Posição: 2: 1511 - 2: 1798; Criado por: Luisa; 18/03/2021 10:10; Peso do resultado: 0]

6.

"Welcoming the League of Arab States' Action Plan of 2 November 2011 and its subsequent decisions, including its decision of 22 January 2012, which aims to achieve a peaceful resolution of the crisis,"

[S\_2012\_77\_E; Posição: 1: 895 - 1: 1097; Criado por: Luisa; 18/03/2021 19:18; Peso do resultado: 0]

7. "Noting the deployment of the League of Arab States' observer mission, commending its efforts, regretting that, due to the escalation in violence, the observer mission was not in a position to monitor the full implementation of the League of Arab States' Action Plan of 2 November 2011, and noting the subsequent decision of the League of Arab states to suspend the mission"
- IS\_2012\_77\_E; Posição: 1: 1101 - 1: 1480; Criado por: luisa; 18/03/2021 19:24; Peso do resultado: 0]*
8. "Encourages the League of Arab States to continue its efforts in cooperation with all Syrian stakeholders;"
- IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 214 - 3: 320; Criado por: luisa; 18/03/2021 19:48; Peso do resultado: 0]*
9. "Calls upon the Syrian authorities, in the event of a resumption of the observer mission, to cooperate fully with the League of Arab States' observer mission, in accordance with the League of Arabs States' Protocol of 19 December 2011, including through granting full and unhindered access and freedom of movement to the observers, facilitating the entry of technical equipment necessary for the mission, guaranteeing the mission's right to interview, freely or in private, any individual and guaranteeing also not to punish, harass, or retaliate against, any person who has cooperated with the mission; 10. Stresses the need for all to provide all necessary assistance to the mission in accordance with the League of Arab States' Protocol of 19 December 2011 and its decision of 22 January 2012;"
- IS\_2012\_77\_E; Posição: 3: 328 - 3: 1145; Criado por: luisa; 18/03/2021 19:59; Peso do resultado: 0]*